



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

Caio Carvalho Correia Barros

**DISCURSO POPULISTA NA REPÚBLICA LIBERAL:
Análise de Discursos e o conceito de populismo**

Brasília

2019

Caio Carvalho Correia Barros

DISCURSO POPULISTA NA REPÚBLICA LIBERAL:

**Análise de Discursos e o conceito de
populismo.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós- Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador (a): Prof. (a). Dr. (a). Cristiane Brum Bernardes

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Brasília
2019

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Barros, Caio Carvalho Correia.

Discurso populista na República liberal [manuscrito] : análise de discursos e o conceito de populismo / Caio Carvalho Correia Barros. -- 2019.

101 f.

Orientadora: Cristiane Brum Bernardes.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2019.

1. Populismo. 2. Discurso político, análise. 3. Política e governo, Brasil, 1946-1964. I. Título.

CDU 32

Bibliotecária: Débora Machado de Toledo – CRB1: 1303



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: DISCURSO POPULISTA NA REPÚBLICA LIBERAL: Análise de Discursos e o conceito de populismo”.

Autor (a): Caio Carvalho Correia Barros

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Trabalho de conclusão de curso submetido à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Trabalho aprovado em 4 de julho de 2019.

Prof. Dra. Cristiane Brum Bernardes
Presidente da Banca - Câmara dos Deputados

Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros
Membro - Câmara dos Deputados

Prof. Dra. Débora Messenberg
Membro - UnB

Resumo

Este trabalho busca compreender a maneira pela qual o populismo se manifesta em discursos políticos proferidos no contexto da República Liberal – período da história política brasileira que vai de 1946 a 1964. Para entender o populismo como um tipo específico de linguagem política, inicialmente, analisamos o conceito a partir do estudo de três dimensões teóricas: 1) a dimensão ideacional, 2) a dimensão de parte da sociologia brasileira e 3) a dimensão da filosofia política de Ernesto Laclau. Então, estabelecemos “elementos populistas” para, a partir de um plano de leitura qualitativo de pronunciamentos de Getúlio Vargas, de João Goulart e de Carlos Lacerda, identificar neles a eventual presença de “elementos populistas”. Ainda, a conjuntura política e social do período em tela foi percorrida para destacarmos a relação entre linguagem e prática social. Dessa forma, concluímos que a análise de discursos pode ser um bom meio de se analisar e problematizar conceitos, como o de populismo.

Palavras-Chave: Populismo. República Liberal. Análise de Discurso. Discurso Populista. Poder Legislativo.

Abstract

This paper sought to understand the manner in which populism manifested itself in political speeches in the context of the Liberal Republic - period of Brazilian political history from 1946 to 1964. To understand populism as a specific type of political language, we first analyzed this concept from the study of three theoretical dimensions: 1) the ideational dimension, 2) the dimension of part of Brazilian sociology and 3) the dimension of the political philosophy of Ernesto Laclau. Thus, we established “populist elements”, based on a qualitative reading plan, to identify the presence of “populist discourses” from the speeches of Getúlio Vargas, João Goulart and Carlos Lacerda. Still, we cover the political and social conjuncture of the period in question to highlight the relationship between language and social practice. Thus, we conclude that discourse analysis can be a different way to analyze concepts such as populism.

Keywords: Populism. Liberal Republic. Discourse Analysis. Populist Discourse. Legislative Branch.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Elementos populistas por autor	30
QUADRO 2 – Elementos populistas	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 POPULISMO E LINGUAGEM POPULISTA.....	11
1.1 A IDEOLOGIA POPULISTA	11
1.2 ESCOLA PAULISTA: IDEOLOGIA E CRÍTICA	14
1.3 O POVO COMO ATOR: O POPULISMO DE LACLAU	23
1.4 A LINGUAGEM POPULISTA.....	28
2 REPÚBLICA LIBERAL: DEMOCRACIA DIFÍCIL.....	33
2.1 GUERRA FRIA: CONDICIONANTES EXTERNAS.....	33
2.2 SUBDESENVOLVIMENTO: O ATRASO E O MODERNO	34
2.3 CLASSES SOCIAIS	36
2.4 LUTA DE CLASSES, POLARIZAÇÃO E CRISE.....	40
3 DISCURSO POPULISTA.....	45
3.1 O CORPUS.....	50
3.2 GETÚLIO: TRABALHISMO E POPULISMO	51
3.3 POPULISMO DO UDENISMO	71
3.3.1 Antipopulismo, populismo liberal ou populismo anticomunista?	71
3.3.2 Discurso de posse: populismo anticomunista	78
3.4 JANGO: CONCILIAÇÃO E RUPTURA	83
3.4.1 Contexto.....	83
3.4.2 Discurso de posse: compromisso.....	85
3.4.3 A conjuntura da ruptura.....	89
3.4.4 Discurso da Central do Brasil: populismo.	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a refletir acerca do conceito de populismo e sua relação com o discurso político. Em particular, busca-se realizar um plano de leitura de pronunciamentos de líderes políticos, no contexto da República Liberal, focado na identificação “elementos populistas”. Para tanto, iremos inicialmente analisar o conceito a partir de diversas lentes teóricas, quais sejam, a dimensão que considera o populismo como sendo uma ideologia, a dimensão que caracterizou a República Liberal como uma “Democracia Populista” e a dimensão que encara o conceito como uma forma de estratégia discursiva. É por meio de uma melhor compreensão do conceito que buscaremos expressar o que pode vir a ser um “discurso populista”. Para tanto, identificamos um conjunto de ideias, ou “elementos populistas”, constantes de pronunciamentos políticos que necessariamente devem estar presentes em determinado texto para que possamos nele apontar a presença de um discurso populista.

Como dito, o *corpus*, ou seja, o conjunto de textos escolhidos, se situa historicamente na República Liberal brasileira, também conhecida como “Democracia Populista”, que foi um período caracterizado por intensas transformações e embates políticos e sociais, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o golpe civil militar de 1964. Porquanto diversos líderes políticos do período são designados como populistas por sociólogos, em particular por aqueles ligados à Universidade de São Paulo (USP), buscamos analisar alguns dos discursos de presidentes da República – e de seus opositores – para discutir o conceito. Grosso modo, este trabalho busca analisar qualitativamente discursos políticos para responder à seguinte questão: como o fenômeno populista se expressou em pronunciamentos de Getúlio Vargas, de João Goulart e de Carlos Lacerda?

Como um tipo particular de discurso político, podemos associar o populismo à radicalização da linguagem política. Para captar o contexto dessa radicalização da linguagem, buscamos compreender a realidade social, política e econômica da República Liberal. Nesse ínterim, discutiremos o conceito à luz das conclusões pensadores da assim chamada “escola paulista” que se debruçaram sobre o fenômeno, como Otávio Ianni e Francisco Weffort, e buscaremos sistematizar um conceito mais aderente às diferentes implicações das

manifestações populistas. Não se trata de um trabalho de revisão histórica. O objetivo é buscar na história política do Brasil um exemplo de governos considerados populistas para verificar se os discursos dos líderes desses governos podem ser considerados populistas sob a ótica teórica que se adota neste trabalho.

No primeiro capítulo, aprofundamos o conceito de “populismo” por meio do estudo da dimensão ideacional do fenômeno, que considera o populismo como sendo uma ideologia (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Discutimos, outrossim, a dimensão da sociologia brasileira (WEFFORT, 1980; IANNI, 1968), que buscou principalmente na análise da relação entre líderes e massas, no âmbito da República Liberal, uma compreensão crítica da realidade social brasileira. Ainda nesta etapa, as diversas críticas à interpretação da escola paulista da República Liberal também serão objeto de escrutínio. Após, procedemos com a análise da dimensão que considera o fenômeno populista como uma construção discursiva da identidade popular (LACLAU, 2013), para então relacionarmos a discussão do populismo a uma dimensão discursiva do conceito, uma forma particular de discurso político.

Já o segundo capítulo tem por objetivo situar o leitor historicamente. Discursos, entendidos como práticas sociais, não surgem no vazio. Antes, estão intimamente ligados à realidade social. Mais precisamente, discursos obrigatoriamente se originam da realidade social em que se manifestam. O discurso é uma forma de a linguagem construir e se relacionar com a realidade. Portanto, a análise de conjuntura é fundamental para se apreender os discursos e suas implicações. Neste capítulo, inicialmente percorremos o contexto internacional em tela para então adentrarmos na estrutura econômica, política e social do Brasil nesse período.

Já o terceiro capítulo será iniciado com a apresentação do *corpus* ao leitor. Será o momento de citar quais textos serão analisados, explicar por que foram escolhidos. Em seguida se inicia a análise dos discursos propriamente dita. Primeiro, pronunciamentos de Getúlio Vargas. Em segundo lugar, será analisado um discurso de Carlos Lacerda, a fim de relacionarmos esta análise ao conceito de antipopulismo proposto por Otávio Dulci (1985). Finalmente, buscamos analisar discursos de João Goulart. Nas considerações finais, expomos as principais conclusões do estudo.

1 POPULISMO E LINGUAGEM POPULISTA

A compreensão satisfatória daquilo que se pode chamar de “linguagem populista” requer uma pequena revisão bibliográfica sobre o conceito de populismo. Neste capítulo, abordamos o conceito a partir de três dimensões teóricas, quais sejam, a dimensão que considera o populismo uma ideologia, a dimensão que compreende o conceito como uma forma de estratégia discursiva e a que interpretou a política brasileira da República Liberal a partir desse conceito. Essa abordagem preliminar busca fundamentar conceitualmente o termo para subsidiar as análises de discursos políticos a serem empreendidas posteriormente.

1.1 A IDEOLOGIA POPULISTA

Para Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo é uma ideologia. Mais precisamente, o populismo é considerado como uma ideologia hospedeira, porque é um fenômeno sem um programa político próprio, dependente de outra ideologia para obter conteúdo político claro. Assim, cada circunstância histórica é instrumentalizada ideologicamente por líderes carismáticos, conferindo maior efetividade a seu discurso político. Desde que interprete a realidade social de forma binária e estabeleça uma fronteira social antagônica, articulando a formação de uma identidade popular que passa a se contrapor a uma elite (considerada homogênea), um líder pode ser considerado populista, independentemente de ser de esquerda, direita, nativista, extremista ou religioso (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Assim, por meio de um conjunto basilar de ideias é possível caracterizar um fenômeno como populista, independentemente da ideologia que este populismo hospeda. Primeiramente, a prática populista se consubstancia na ideia da divisão social. Nessa visão de mundo, a sociedade se divide em dois campos homogêneos e antagônicos: “o povo” contra “a elite”. No populismo, o apelo do líder ao povo contra a elite é estrutural. O povo, a gente simples e virtuosa, as pessoas comuns, sempre são colocadas em posição de oposição em relação às elites corrotas, degeneradas ou privilegiadas.

O populismo, ainda segundo Mudde e Kaltwasser (2017), é uma tentativa de mudança do *status quo* a partir de uma crítica radical ao *establishment*. Assim, a vontade da maioria seria soberana frente aos interesses do grupo social “degenerado”. Para os analistas, uma das implicações de asserções como essa é a valorização extremada da legitimidade política do

“povo”, uma espécie de “tirania da maioria” contra as regras formais próprias das democracias liberais, que na visão de críticos seriam disfarces legitimadores para manutenção do *status quo*.

Mas a tentativa de se construir politicamente essa divisão social não é suficiente para caracterizar um fenômeno como populista. Isso porque a dicotomia amigo/inimigo, a formação de um “nós” contrário a um “eles”, é, para Carl Schmitt (1932) a própria alma da política. A política, portanto, seria essencialmente conflituosa. A própria constituição de qualquer identidade política não prescinde do antagonismo, do estabelecimento de uma fronteira política antagônica. Para Chantal Mouffe, “toda identidade é relacional. A afirmação de uma diferença é a precondição para a existência de qualquer identidade” (MOUFFE, 2015, p. 77). Em resumo, na formação das identidades coletivas, a criação de um “nós” só pode existir por meio da demarcação de um “eles”. Para Schmitt, a relação amigo/inimigo tende a ameaçar a existência do outro grupo, porque a identidade inimiga tenderia a ser aniquilada. Mouffe, contudo, adverte que a relação amigo/inimigo pode se dar em ambientes democráticos, em que o inimigo deixa de ser uma identidade a ser aniquilada para se tornar um legítimo adversário a ser combatido.

Ainda que exista certa imprecisão no conceito de populismo, é preciso esclarecer diferenças básicas entre o que seria populismo, elitismo e pluralismo. Como observamos, o populismo é uma ideia que prega a insurgência do povo contra a elite. Um “povo” contra uma oligarquia, que, por sua vez, pode ser entendida como um modo de controle social operado por grupos minoritários que reproduzem e distribuem poder político, material e simbólico em uma sociedade de forma concentrada e desigual. Mesmo uma democracia liberal pode ter um caráter elitista – ou oligárquico – a depender da forma como o poder político e econômico é distribuído e reproduzido. A República Velha no Brasil é um exemplo de uma sociedade regida por uma Constituição Liberal controlada por uma pequena oligarquia.

Assim, o elitismo seria tanto o controle social das elites, quanto a compreensão dessa elite de que o povo é incompetente para tomar decisões coletivas, de que a política deve ser exercida por homens de superioridade moral e intelectual. Ou, por outro lado, competente o bastante para se valer da maioria numérica para impor leis que ameacem a propriedade privada¹. Por outro lado, o pluralismo, em tese, implica em uma sociedade com diferentes centros de decisão, em que o consenso tende a preponderar sobre o conflito e em que o

¹ Para uma interessante compreensão acerca da relação- conflituosa- entre liberalismo e democracia ver Vitullo (2009).

compromisso político é propenso a gerar um equilíbrio de interesses que garante que nenhum grupo social tenha suficiente poder para impor seus interesses sobre outros grupos.

Vimos que o simples estabelecimento de uma fronteira antagônica não é suficiente para identificar um fenômeno como populista, já que a construção de uma divisão social entre “nós” e “eles” é a própria essência da política. Assim, partimos para a constituição do povo. No populismo, o “povo” é entendido como o único ente legítimo a exercer o poder soberano, porque é a maioria social. Tem-se a ideia rosseauiana de “vontade geral”, de “povo legislador”, ideal de democracia oriundo de Atenas e presente em diversas constituições na forma da construção “todo o poder emana do povo”. A constituição dessa identidade popular opera ao sabor da conjuntura e da efetividade política dessa das narrativas políticas, não havendo uma forma única ou estanque de se estabelecer uma unidade aglutinadora do “povo”.

Em determinado contexto, a “maioria silenciosa” – os socialmente excluídos – é que detém a “vontade soberana”. Na Argentina de Perón, por exemplo, o termo “descamisados” era mobilizado para inserir essas massas no jogo político. Em outros contextos é a “gente simples”, “as pessoas comuns”, o homem médio que simboliza a constituição do povo, por meio da mobilização de afetos como a dignidade e a simplicidade, contra a elite cultural. Já em outras circunstâncias, a constituição do povo ocorre quando afetos nacionalistas são mobilizados. Os mitos fundadores de uma nação são exaltados e os patriotas são chamados a lutarem contra os entreguistas da pátria ou contra identidades que ameaçam a identidade nacional.

São as habilidades de um líder popular que mais contribuem para a constituição de um povo. No populismo, uma liderança extraordinária lidera indivíduos ordinários (MUDDE; KALTWASSER, 2017). O fundamento da legitimidade desses líderes perante o povo reside no carisma. Weber ressalta que quando “a autoridade se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo” há o carisma, que seria “uma devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas” (WEBER, 2004, p. 55). Assim, na relação de dominação carismática reside a dimensão afetiva do fenômeno populista, enquanto prática e discurso. Um laço de lealdade e paixão ata um líder carismático ao “povo”, que se sente verdadeiramente representado, devido às qualidades extraordinárias de líder que, ainda, por vezes, é tido como “gente como a gente”. Os líderes

populistas normalmente se posicionam como gente do povo, contra a elite cultural do país, projetando imagens de virilidade e de anti-intelectualismo.

A tentativa de compreensão do populismo a partir de uma perspectiva ideológica, que busca capturar os elementos centrais das manifestações populistas ao longo da história é um empreendimento teórico necessário para uma apreensão mais abrangente do fenômeno, mas é insuficiente para compreender as idiossincrasias do acontecimento conforme ocorrera no Brasil. Trata-se de um instrumental insuficiente para se analisar o populismo na República Liberal, porque, para tanto, será necessário captar nuances econômicas, políticas e sociais inscritos no período, o que exigirá uma abordagem conjuntural específica.

Nesse diapasão, Mudde e Kaltwasser asseveram que a primeira onda populista na América Latina se deu com a crise de 1929 e durou até o fim dos anos 1960: Perón na Argentina, Vargas no Brasil e Ibarra no Equador seriam os exemplos mais notórios. Tais líderes mobilizaram setores excluídos e colocavam como a “elite corrupta” a oligarquia em aliança com as forças imperialistas. Já a segunda onda, segundo os autores, se deu nos anos 90, pós crise dos anos 80, tendo como expoentes Collor, Menen e Fujimori, que colocavam como “inimigos da pátria” a classe política e o Estado, adotando ideias neoliberais. A terceira onda, por sua vez, se dá com a ascensão de Chávez, Morales, Correa a partir de 1998, com discursos anti-imperialistas, em resposta aos anos de hegemonia neoliberal.

Assim, na próxima seção, analisamos a primeira onda do populismo no Brasil a partir da perspectiva de autores que tornaram clássicas suas compreensões acerca do fenômeno na República Liberal, quais sejam, Weffort (1980) e Ianni (1968). Esses estudos, originados de intelectuais ligados à USP, juntamente com o trabalho de sociólogos como Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e outros, fazem parte daquilo que se passou a denominar “Escola Paulista de Sociologia”, ou apenas “escola paulista”. Além da abordagem acerca das conclusões da escola paulista sobre o populismo no Brasil, também estudamos as críticas que a escola sofreu ao longo do tempo.

1.2 ESCOLA PAULISTA: IDEOLOGIA E CRÍTICA

De 1946 a 1954, o Brasil viveu sob os auspícios da Constituição de 1946, em uma democracia liberal pluripartidária. Com o fim da Ditadura do Estado Novo, o país celebrou um novo pacto político, por meio de uma Assembleia Constituinte. No período, a

população brasileira apta a votar escolheu democraticamente quatro presidentes (e quatro vice-presidentes, conforme a legislação dispunha): Dutra, Getúlio, Juscelino e Jânio Quadros. Foi um período de profundas mudanças estruturais. Ao mesmo tempo em que o país crescia, se industrializava e se urbanizava, crises econômicas e políticas se sucederam até que a polarização social e a radicalização política confluíram no golpe de força de 1964. Após o golpe civil-militar, sociólogos brasileiros radicados em São Paulo, influenciados pelo marxismo, abordaram a República Liberal a partir de um enfoque classista.

Em ensaios sobre o populismo na política brasileira que se tornaram clássicos, Weffort (1980) foca sua análise na República Liberal, em particular, no segundo governo Vargas (1951- 1954). Para o autor, o governo democrático do antigo ditador se viabilizou por meio de uma série de compromissos e conciliações em um equilíbrio de poder instável que agregava diversos interesses, como, por exemplo, os de produtores, os de exportadores, os da classe média, entre outros. É a instabilidade intrínseca a esse compromisso pluriclassista que leva Vargas a agir como um líder populista.

Nessa visão, Vargas passa a atuar como um árbitro dos diversos interesses em disputa, já que nenhum grupo é forte o suficiente para impor seus interesses sobre outros (WEFFORT, 1980). Inicia-se assim, na República Liberal, um estilo de exercício do poder que relembra características do Estado Novo, como a personalização do poder, a preponderância do Estado sobre a sociedade e a mobilização das massas. Getúlio, que passa a se confundir com o próprio Estado, utiliza a mobilização das massas como fonte social de seu poder pessoal, legitimando-se como árbitro e equilibrando as forças presentes na aliança.

A crise de hegemonia entre os grupos dominantes abre espaço para a emergência política de um novo ator social: as massas populares. É o “Estado de Compromisso”: grupos dominantes e as massas se relacionam em um ténue equilíbrio de poder sustentado pelo chefe da nação. Para Weffort, as massas eram dirigidas pelo governante para atender a seus interesses particularistas de poder. Por isso o sociólogo compreende que as massas seriam uma espécie de “fantasma popular” a ser manipulado por Vargas, o que resulta em espécie de relação de dependência entre massas e líder. Nesse entendimento, a manipulação populista se configurava em uma relação de troca, em que o Estado controlava as massas ao mesmo tempo em que atendia parcialmente suas demandas. Nessa relação massas-líder, é inescapável

retomar a compreensão do populismo como ideologia: o populismo requer pessoas extraordinárias liderando indivíduos ordinários (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Portanto, em sua perspectiva classista, Weffort (1980) destaca a falta de consciência da classe trabalhadora, a passividade, a alienação, tudo isso bastante diferente da tradição europeia de luta de classes. Essa “falsa consciência” dissimula o conteúdo de classe na relação entre o povo e o Estado, impedindo a “libertação” das massas do jugo do leviatã, por meio de inevitáveis choques políticos e sociais que adviriam de sua conscientização. Mas, ao mesmo tempo, Vargas se antecipa aos eventuais conflitos sociais que poderiam advir de demandas de classe, quando, por exemplo, “doa” direitos de cidadania aos trabalhadores urbanos.

Weffort (1980), portanto, direciona suas críticas ao processo de cooptação das massas pelo Estado, mais precisamente pelo líder populista, mesmo reconhecendo o papel relativamente ativo da mobilização popular por acesso a empregos, por maior participação no consumo e por maior participação política, o que tendeu a pressionar o governo em diversos momentos. Assim, esse tênue equilíbrio de interesses só seria abalado por crises econômicas que corroessem empregos e o poder de compra dos trabalhadores, o que aumentaria a mobilização popular acima da capacidade de absorção dessas demandas pelo Estado. Em suma, o carisma do líder populista e o atendimento pontual de demandas populares fazia com que as massas se desviassem do devir marxista de tomada do poder por meio de uma revolução socialista no Brasil.

Em Ianni (1968), o foco está em explicar o golpe de 1964 a partir do colapso do modelo de desenvolvimento da “Democracia Populista” (IANNI, 1986, p. 55). Este autor corrobora com a visão de Weffort acerca da “Política das Massas”, mas busca na urbanização acelerada a origem da falta de consciência de classe dos trabalhadores, devido a ascendência camponesa destes, acostumados culturalmente aos ritos de sociedades mais tradicionais, onde a submissão, a violência e o conformismo eram a regra. Ainda assim, nessa interpretação, a “Política das Massas” seria uma política de ruptura parcial, porquanto diversas conquistas sociais foram alcançadas.

Além disso, nos grandes centros urbanos, uma eventual consciência de classes seria prejudicada tanto pela diversidade e discrepância na renda dos trabalhadores, quanto pela mobilidade social. Isso impedia o trabalhador de se reconhecer como membro de

determinada classe. Outrossim, esses fatores possibilitariam um desenvolvimentismo com arrocho salarial para os trabalhadores, o “modelo de acumulação getuliano”, porque os trabalhadores se deixariam explorar sem alimentar posições e diretrizes políticas de classe. Tanto em Weffort quanto em Ianni, portanto, uma das características mais essenciais do populismo da República Liberal era a fraqueza das massas, sua falta de consciência de classe e sua relação de dependência para com o líder manipulador.

Assim, programas políticos só ganhariam sentido quando identificados com o líder, impossibilitando a autonomia dos trabalhadores. Ianni (1968) ainda considera que a democracia populista foi uma técnica social para controlar e utilizar a força política das classes assalariadas. Assim, por meio de uma ampla conciliação de interesses – “Estado de Compromisso” –, o governo, contando com massas afônicas, ou seja, alienadas de suas posições de classe, logrou industrializar o país de forma autônoma, buscando o desenvolvimento nacional. Eis o modelo getuliano, segundo este expoente da Escola Paulista. Extrai-se desse entendimento uma possível contradição: afinal, se as massas “intensificam suas lutas” em momentos de crise, elas não seriam tão passivas como insiste esses pensadores da escola paulista.

A raiz do golpe de 1964, portanto, deve ser compreendida a partir de uma disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento. Um desses modelos é a democracia populista, a forma política do modelo econômico getuliano, um modelo autônomo de desenvolvimento, caracterizado pelo dirigismo estatal, política de massas e industrialização substitutiva de importações.

Esse modelo autônomo de desenvolvimento contrapõe-se ao modelo de desenvolvimento associado ao capital internacional, que congregava setores agrários e industriais objetivando a reprodução ampliada do capital. Em um contexto de crise econômica, com o esgotamento do ciclo de ampliação do modelo getuliano, as massas intensificam as lutas⁵ por maior participação no produto, mas não obtêm resultados. Para esse entendimento, trata-se de uma contradição insuperável: a democracia populista seria incompatível com a crise econômica, que torna impossível o atendimento de demandas populares por mais emprego e renda. Cria-se um impasse. A crise econômica, portanto, leva à crise política e ao golpe de 64, que “limpa o terreno para a execução mais ampla e eficaz – isto é, ortodoxa – do modelo internacionalista” (IANNI, 1968, p. 111).

As interpretações de Weffort (1980) e Ianni (1968) acerca do populismo e do colapso do populismo na República Liberal se tornaram clássicas no meio acadêmico e na imprensa. Não sem críticas, contudo. Uma relevante contestação a essas interpretações vem de Ângela de Castro Gomes (2005). Para a autora, é falsa a ideia de que um líder astuto manipularia sem resistências uma massa estéril e sem consciência de seus próprios interesses. Gomes insere a relação especial entre Getúlio e as massas dentro da perspectiva da história das lutas dos trabalhadores, buscando no Estado Novo a origem da formação da classe trabalhadora brasileira. Em seu estudo, prefere utilizar o termo “trabalhismo” ao invés de “populismo”, justamente para evidenciar o papel ativo dos trabalhadores em sua interlocução com o Estado. Nessa visão, evita-se atribuir às massas um papel subordinado e ao líder um papel de exímio manipulador.

O principal argumento da autora no que concerne à ideia da “Ideologia da Outorga”, que significa uma relação de doação entre o chefe e o povo. Assim, ao antecipar as demandas sociais e outorgar aos trabalhadores a cidadania, por meio da legislação trabalhista, por exemplo, Vargas buscou construir uma sociedade harmônica, removendo conflitos que certamente adviriam de uma sociedade socialmente injusta. Ao “doar” a legislação, o Estado cria um vínculo com o povo, que assume um dever político de natureza ética baseado na retribuição. A base ideológica desta operação não é a dívida (contrato), mas o compromisso.

Assim, em desacordo com os intérpretes marxistas do populismo na República Liberal, que consideravam que as massas eram cooptadas, Gomes conclui que as massas eram verdadeiramente representadas. Ao invés de um sujeito passivo incapaz de pensar como classe para cumprir seu “destino histórico”, havia uma relação de troca, um pacto trabalhista, em que as massas retribuía com suporte político o apoio vindo do Estado. Desse modo, a relação entre o líder populista e as massas não foi apenas de manipulação e cooptação para eliminar o operariado mais combativo, mas de cooperação e de negociação, o que gerou benefícios efetivos aos trabalhadores, com recursos materiais e simbólicos.

Além de Gomes (2005), Ferreira (2001) expõe outras críticas à interpretação do populismo em Weffort e Ianni. Influenciados por Thompson, em uma abordagem crítica ao marxismo, acadêmicos brasileiros passam a destacar o realismo e o senso de cálculo retorno-benefício dos trabalhadores, que, por meio da mobilização, impõem concessões e

deveres ao Estado. Mesmo havendo uma relação de poder desigual entre estado e trabalhadores, estes protagonizaram sucessivas negociações no período.

Desse modo, o “Estado de Compromisso” apontado por Weffort significa tanto um pacto oligárquico no topo do Estado, como também um papel ativo dos trabalhadores na aliança pluriclassista. Ademais, a intervenção do Estado, que mitigou o poder patronal, consubstanciada na legislação sindical, favoreceu a organização e mobilização dos trabalhadores urbanos², que se valeram desses recursos legais para a proteção de seus direitos contra as investidas patronais, em uma “reatualização da luta de classes” (FERREIRA, 2001, p. 218). Portanto, as críticas mais recentes à interpretação do populismo destacam o papel ativo da mobilização dos trabalhadores – sem o que seus interesses não se fariam representados – e consideram essas lutas como momentos fundamentais da história da classe trabalhadora no Brasil.

Reis (2001), por sua vez, em crítica específica à interpretação de Ianni (1968) acerca do “Colapso do Populismo”, mais precisamente em relação ao suposto arrocho dos trabalhadores – característico do modelo getuliano – assevera que não houve no Brasil um desenvolvimentismo à custa do arrocho do trabalhador. Isso porque a participação do salário na renda nacional do trabalhador urbano aumentou constantemente ao longo da República Liberal, chegando a uma média de 64,9%, apenas inferior a participação do salário na renda nacional dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Suécia e da Noruega.

Reis (2001) chama igualmente atenção para o marxismo da concepção de Ianni, que lamenta a incapacidade da esquerda de direcionar os trabalhadores para uma política revolucionária, sugerindo, como vimos, que o golpe de 1964 seria uma consequência histórica inescapável, porquanto a crise do “modelo getuliano” ofereceria apenas duas alternativas: ou a revolução socialista ou a reintegração plena do Brasil ao capitalismo mundial. Conclusão que corrobora para o entendimento de que o populismo no Brasil se tratava de um engodo para os trabalhadores, que na ausência de consciência de classe, dariam legitimidade a um regime mantenedor do *status quo*.

² Para Boris Fausto (2004), dois fatores foram fundamentais para que Getúlio Vargas tivesse ignorado os trabalhadores do campo em sua política trabalhista, primeiro o desejo de manter boas relações com os grandes proprietários e o fato de não existirem no período mobilizações significativas no campo. Nós incluiríamos mais um elemento: já que a Constituição proibia o voto de alfabetos, e a taxa de analfabetismo no campo era bastante superior a do meio urbano, não havia incentivos políticos para Getúlio mobilizar esse setor, em que pese neste momento histórico, antes dos anos 60, haver mais pessoas no meio rural que no urbano.

Para a visão marxista, a Revolução Socialista seria inevitável e a ditadura apenas uma etapa histórica necessária à sua concretização. Assim, a ditadura esgarçaria a luta de classes, asfixiando a classe trabalhadora até que, em cumprimento de seu devir histórico, a classe trabalhadora libertaria a si mesma das ilusões, enfrentando o regime militar e abrindo espaço para uma política revolucionária. A história mostrou a falha dessa visão e a habilidade da ditadura em neutralizar e cooptar os trabalhadores por uma série de mecanismos políticos, materiais e simbólicos (REIS, 2001).

Na disputa interpretativa acerca do fenômeno populista da República Liberal, subjaz uma verdadeira rivalidade política dissimulada de divergência científica. É preciso retomar o contexto da criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Após São Paulo ter sido derrotado na Revolução Constitucionalista de 1932, a oligarquia paulista, para não ficar a reboque da nova hegemonia política e cultural que emerge com a ascensão de Vargas, cria a USP. Assim, a escola uspiana de forte viés marxista – e também liberal – hegemoniza uma interpretação intencionalmente negativa do período Vargas, estando aí possivelmente as raízes do uso político, ou acusatório, da palavra “populismo”. Reis (2014) chega a denunciar o “ataque sistemático” dos sociólogos uspianos contra as tradições trabalhistas do PTB e as nacionalistas do PCB na República Liberal.

O ataque ao Estado também foi a regra, o que afetou negativamente a compreensão dessa instituição pela sociedade, por meio do conceito de “patrimonialismo”, derivado de uma apropriação dos estudos desenvolvidos pelo teórico Max Weber, e aqui colocado como a “origem” do mal brasileiro em lugar da institucionalização do modo de produção escravagista por mais de três séculos (ou mesmo da secular exploração das potências estrangeiras sobre o Brasil), como apontado por Jessé

Toda a argumentação do livro [Os Donos do Poder de Raimundo Faoro] baseia-se nessa transfiguração: sempre que temos Estado, temos um estamento que o controla em nome de interesses próprios, impedindo o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora (SOUZA, 2015, p. 58)³.

Como observamos nos ensaios de Weffort e Ianni, o fenômeno populista foi interpretado como uma técnica de um líder onipresente – que se confundia com o próprio

³ Para uma crítica acerca das origens do discurso da demonização do Estado no Brasil, ver Souza (2015).

Estado- de manipular demagogicamente massas sem consciência. Dessa crítica subentende-se um Estado apropriado por um líder, que atravanca o desenvolvimento do seu povo e da economia do país, apenas para garantir a reprodução de seu poder pessoal e de seu entorno. Nada obstante, impende questionar um dos fundamentos da teoria do patrimonialismo brasileiro:

Além disso, entre 1930 e 1980 o Brasil foi um dos países de maior crescimento econômico no mundo, logrando construir um parque industrial significativo sem paralelo na América Latina. Como é possível exibir tamanho dinamismo econômico em um contexto, como o do patrimonialismo, que pressuporia “indiferenciação da esfera econômica”, e, portanto, ausência de pressupostos indispensáveis e de estímulos duradouros de toda a espécie de atividade econômica? (SOUZA, 2015, p. 65).

Como destacado acima, Gomes (2005) entende que o termo “trabalhismo” é mais preciso que “populismo” para explicar a relação entre as massas e o líder no período varguista, isso porque foi por meio das diversas lutas e diversas negociações com o Estado empreendidas pelos trabalhadores que estes lograram ganhos institucionais referentes a uma série de direitos de cidadania. Para ratificar a opção política subjacente à interpretação uspiana da República Liberal, rememora-se, por oportuno, que o próprio Weffort foi o primeiro Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores (PT), que desde sua concepção se colocou como antivarguista, crítico do corporativismo sindical getulista, inclusive para se diferenciar do Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola em 1979. Relembra-se, destarte, da famosa frase de Lula: “a CLT é o AI-5 dos trabalhadores”, proferida ao longo dos anos 1980 e que se direcionava ao corporativismo da era Vargas, exemplificado tanto pela unidade sindical, quanto pelo imposto sindical obrigatório, o que, na visão do líder do novo sindicalismo, impedia a livre negociação. O relato está presente em entrevista de Viana (2013).

Como vimos acima, entendido como ideologia, o fenômeno populista pressupõe a compreensão de que a realidade social é atravessada por uma fronteira antagonica. Assim, o “povo” sempre se constitui a partir do antagonismo em relação a uma elite homogênea. Ora, se compararmos essa compreensão com os achados da escola paulista, principalmente na própria definição de “Estado de Compromisso”, formatada por Weffort (1980), notamos uma conspícua contradição. Afinal, com “Estado de Compromisso” entendemos a tentativa de o

líder populista operar um compromisso social, uma sociedade harmônica, unida em torno de um projeto nacional, em uma coalizão de poder pluriclassista, formada tanto por patrões como por empregados, profissionais liberais, importadores, exportadores, entre outros. Essa compreensão, portanto, colide frontalmente com as conclusões advindas dos estudos de Mudde e Kaltwasser (2017) concernentes à questão do populismo como divisão social.

Assim, se a ideia de divisão social e de denúncia de uma elite homogênea parecem estar ausentes das conclusões da escola paulista acerca do populismo na República Liberal, cuja característica principal é a ideia de conciliação, sintetizada no termo “Estado de Compromisso”, o próprio conceito de populismo perde apelo explicativo na análise do período, se aceitarmos a pertinência dos pressupostos desenvolvidos pela dimensão ideacional do conceito proposta por Mudde e Kaltwasser, focada, repita-se, principalmente em torno da ideia do estabelecimento de uma fronteira social antagônica entre um “povo” e uma “elite”.

Ademais, se somarmos essa aparente contradição conceitual às críticas que foram sendo formuladas à interpretação da escola paulista, tenderíamos a questionar ainda com maior contundência a validade de seu uso para explicar as relações sociais e políticas da República Liberal. Isso porque os pressupostos de alienação, de passividade das massas e de inevitabilidade da revolução social não puderam ser comprovadas na quadra histórica em tela.

Impende mencionar a grande novidade política que representou a inserção das massas no processo eleitoral do período bem como as primeiras interpretações do populismo pelos libespianos em famoso artigo ainda dos anos 50 intitulado “O que é o Ademarismo?”. Para um conhecimento mais pormenorizado da trajetória do conceito ver “O populismo e as ciências sociais no Brasil”, de Ângela de Castro Gomes. Assim, seria possível sugerir que, embebedos pela enorme novidade de participação política das massas e pela aversão à liderança de Getúlio Vargas, os intelectuais paulistas simplesmente cunharam um termo pejorativo para depreciar um fenômeno político e social de cunho nacionalista, estatista e popular?

Tentaremos responder a essa e outras questões no decorrer das análises dos discursos selecionados. Mesmo porque sequer adentramos à terceira dimensão do conceito de populismo, como propomos acima. O arcabouço teórico criado por Ernesto Laclau (2013) tem grande potencial explicativo para nossos objetivos. Os conceitos formulados por Laclau, nos ajudaram a sugerir as características fundamentais que necessariamente devem estar presentes

em um discurso para que ele seja caracterizado como populista. Portanto, a partir de agora, analisamos o fenômeno populista sob a ótica de Ernesto Laclau, presente em seu livro *A Razão Populista*, de 2013.

1.3 O POVO COMO ATOR: O POPULISMO DE LACLAU

Diferentemente da abordagem que considera o populismo como uma ideologia, Laclau (2013) acredita que o populismo é a própria forma de constituição do político. É o fenômeno resultante da atuação do povo como ator histórico. Em oposição ao institucionalismo extremo, que objetiva transformar a política em administração neutra do conflito social, o populismo seria uma forma política de transformação das instituições sociais. O populismo também corresponde a um ato performativo, revestido de racionalidade própria, um instrumento legítimo de estruturação do vínculo político.

A simplificação discursiva, própria da prática populista bem como o estabelecimento de uma fronteira antagônica seriam condições para a ação política propriamente dita. Ademais, para contornar a vagueza conceitual do termo e o obscurecimento interpretativo de diversos autores como Taine e Gasset acerca da mobilização das massas e, por consequência, do próprio populismo, Laclau inicia seu projeto intelectual por meio de uma pergunta fundamental: “de qual realidade social o populismo é expressão?” (LACLAU, 2013, p. 21). Para responder a esse questionamento, o autor adota categorias para analisar o fenômeno.

Para o autor, o discurso é o território de construção da objetividade. O populismo seria tanto um fenômeno linguístico quanto uma forma política de constituição do social. Como fenômeno linguístico, o autor retoma a origem do processo humano de significar e de nomear as coisas, abordando a relação entre sintagmas e paradigmas. Ele afirma que há apenas duas possibilidades de relação entre elementos significativos: a combinação e a substituição. A origem dos conceitos psicanalíticos de “relações de equivalência” e de “relações de diferença” advém deste *insight*, que será mais bem explorado adiante.

Em segundo lugar, são destacados os conceitos de “significante vazio” e de “hegemonia”. Na explicação desses conceitos, podemos observar um paralelo entre essas definições e um critério fundamental do populismo em sua dimensão ideacional: a ideia da divisão social. Para Laclau, a demonização de um setor da população é fundamental para que outros setores, com diferentes identidades, se conectem ao redor de um “inimigo

comum”. Todas as diferenças se equivalem quando grupos diferentes rejeitam igualmente uma identidade excluída. É nesse momento de criação de uma fronteira antagônica que a equivalência subverte momentaneamente a diferença.

Na tensão entre diferença e equivalência, uma identidade é constituída e se tornará hegemônica assim que certa diferença particular assumir a representação de uma totalidade imponderável. O processo hegemônico se consubstancia justamente quando uma particularidade assume o significado universal, quando as heterogeneidades se tornam homogêneas. O “significante vazio” seria, por seu turno, a identidade hegemônica, a particularidade encarnando a completude.

Para melhor evidenciar a forma como o povo é constituído no seio do fenômeno populista, Laclau também desenvolve os conceitos de “demandas” e de “identidades”. O “povo” é o modo de se constituir a unidade de um grupo social, porquanto ele é o conjunto de relações sociais: “é no povo que está a relação real entre agentes sociais” (LACLAU, 2013, p. 122). A origem da constituição do povo está no entendimento do conceito de “prática articulatória”, ou discurso. É por meio dessa prática, ou da articulação de discursos, que um acúmulo de demandas democráticas não atendidas pela institucionalidade se torna uma exigência popular por fora da institucionalidade. Primeiro um grupo dirige determinada demanda ao Estado. Se não for atendido, passa a exigir das instituições alguma providência. Um conjunto de grupos com um acúmulo de demandas populares insatisfeitas é um dos elementos basilares para a constituição do povo como agente político.

O autor ainda assevera que esse acúmulo de demandas não atendidas pela institucionalidade gera uma relação de equivalência entre essas diversas demandas no momento em que se traça uma fronteira social e que do outro lado é situado o responsável pelo não atendimento das demandas: o poder, a institucionalidade ou a elite. Quando há a unificação de diferentes demandas, a relação de equivalência se sobrepõe à relação de diferença. Essa equivalência, advinda da falta – ou do não atendimento de demandas democráticas – somada ao estabelecimento de uma fronteira social antagônica e à unificação das demandas em torno de um elemento simbólico positivo são condições para a emergência do populismo.

As relações de equivalência e de diferença são sempre permeadas por uma tensão. A identidade social se forja nessa tensão. Quando a relação de equivalência se sobrepõe às relações de diferença e essas diversas identidades, agora equivalentes, traçam uma clara

uma fronteira antagônica, estabelecendo um adversário social – que é responsabilizado pelo não atendimento dessas demandas populares – a “nova identidade popular” busca ser a totalidade do social, ainda que esteja apenas em um dos lados da fronteira. Ou seja, mesmo sendo um componente parcial, o “povo” aspira ser concebido como única totalidade do social. Nas palavras do autor, “a *plebs* reivindica ser o único *populos* legítimo” (LACLAU, 2013, p. 174).

Se recuperarmos o populismo sob a interpretação ideológica, observaremos a correspondência entre essa questão e a reivindicação do povo como legítimo formulador de leis, a expressão da “vontade geral da nação”, mesmo porque o poder emana do “povo”, como assevera, por exemplo, a Constituição da República Federativa do Brasil. A formação do antagônico social, que na dimensão ideacional remete à “elite homogênea”, somada a uma expressão simbólica positiva (um princípio de identidade que cristalize as reivindicações quanto à diferença em torno de um denominador comum, uma unificação simbólica) constituem elementos fundamentais na formação de um “povo”.

Portanto, ratificando o exposto acima, do acúmulo de demandas populares não atendidas pela institucionalidade se forja o estabelecimento de uma identidade entendida como causadora dessa “falta”, ou desse não atendimento. É a partir da identificação desse “Outro” social que se opera a constituição de uma fronteira antagônica. O elemento negativo, o “inimigo social”, contudo, ainda é insuficiente para dar coesão a todas as identidades presentes na cadeia de equivalências. A partir daí, será necessário que se estabeleça um elemento da cadeia de equivalências que passe a exprimir um sentido positivo de representação de toda a cadeia para verdadeiramente representar o “povo”. Uma palavra, um símbolo, um slogan ou uma imagem com um sentido de superação dessa “falta”.

O termo “Diretas Já”, por exemplo, teve no Brasil esse efeito de condensar as mais diversas demandas à época da redemocratização. O significante vazio é justamente a cristalização de um nome, ou um símbolo, que, embora tenha o nome de apenas um dos elos da cadeia, representa todos esses elos. Os movimentos sociais que lutaram pela redemocratização do país possuíam diversos interesses, da Reforma Agrária à luta por igualdade racial e de gênero. Em determinado momento, contudo, todas essas diferenças se tornaram equivalentes quando se estabeleceu um adversário comum (Regime Militar) e um símbolo positivo (Diretas Já). Assim, o processo de formação de uma identidade popular como um ator histórico

se consubstancia no momento em que o significante vazio se hegemoniza por todos os elos da cadeia de equivalências.

Neste processo de construção política da identidade popular, quanto mais extensiva for a quantidade de demandas não atendidas, ou seja, quanto maior a cadeia de equivalências, os conteúdos particularistas dessas demandas vão ficando menos claros, capturáveis ou apreensíveis. A identidade popular vai ficando intensivamente mais vaga, na medida em que as diferentes identidades vão se acumulando no processo de formação do povo. Essa identidade popular, portanto, passa a funcionar como um significante que tende a ser vazio, porquanto a partir dessa operação será impossível explicar, por meio desse significante, qual é a demanda que as diferentes identidades em equivalência buscam suprir. Ou, em outras palavras, cada demanda diferente tenderia a compreender o significado do significante de forma bastante heterogênea.

Continuando no exemplo acima, dificilmente as diversas identidades que fizeram parte do movimento “Diretas Já” definiriam da mesma forma o seu significado. O significante vazio passa então a exprimir uma pluralidade de correntes inscritas nas relações de equivalência e não apenas determinada a particularidade, e é isso o que impossibilita sua exata definição. Com a consolidação do movimento, mesmo que uma identidade particular específica tivesse como demanda insatisfeita apenas a questão relacionada ao voto direto para a presidência da República, a amplitude do movimento se tornou tão vasta que todas as identidades participantes passaram a ter uma relação especial com ele.

É preciso, outrossim, reconhecer um elemento conjuntural que se encontra na origem de qualquer articulação populista: a crise. Não há populismo sem crises políticas (ou de representação) e econômicas. Isso porque as crises estão na origem multiplicação de demandas insatisfeitas. Em uma realidade social ideal, sem crises, as demandas populares da maioria já estão satisfeitas. As demandas insatisfeitas seriam residuais nessa realidade e não teriam força para se articularem em larga escala. Nessa realidade, a falta é residual. Assim, não haveria um inimigo social produtor de insatisfações para um grande número de identidades. Desse modo, não há razão de se cindir a sociedade estabelecendo uma fronteira antagônica, tampouco de se demonizar uma elite ou um *establishment*, já que não há uma série de demandas insatisfeitas capazes de serem articuladas em uma grande cadeia de equivalências.

Por outro lado, a profundidade de uma crise econômica, por exemplo, é diretamente proporcional ao aumento de insatisfações sociais relacionadas diretamente a aspectos materiais da vida, como emprego e renda. Em um ambiente atravessado por uma realidade de elevado desemprego ou corrosão salarial, devido à inflação, as pessoas passam a enfrentar enormes dificuldades materiais, o que aumenta a insatisfação popular, isto é, as demandas insatisfeitas pelo poder público, como demandas por renda, emprego, saúde, saneamento, entre outras. É nesse contexto que líderes políticos buscarão explorar essa insatisfação para fustigarem adversários políticos e sociais, que serão colocados como responsáveis pelo sofrimento popular, por conta da corrupção ou da incompetência, por exemplo. O discurso populista planta neste fértil terreno social as sementes de divisão social e de mobilização popular que tenderão a germinar um “povo” como ator político.

Ademais, é preciso abordar a crise de representação do sistema político. Sendo um tipo específico de crise política, crises de representação também geram demandas insatisfeitas e podem estar na raiz de determinadas manifestações populistas. Por outro lado, o fenômeno populista, entendido como a constituição de um povo como ator social, não prescinde da representação política, ao contrário. Porque a constituição de um “povo” se opera por meio de um conjunto de relações de equivalência articuladas em torno de um significante vazio – que pode ser, por exemplo, o nome de um líder –, esse “nome” deve representar efetivamente essa série de demandas.

Ressalta-se que “o significante vazio deve necessariamente representar uma cadeia de equivalências” (LACLAU, 2013, p. 136). O “nome”, investido de sentimentos, deve expressar a unidade e se converter no fundamento do populismo. O significante vazio deve constituir a imagem de uma totalidade preexistente. Assim, por “operar como um ponto de identificação para todos os elos da cadeia, ele deve representá-los verdadeiramente” (LACLAU, 2013, p. 237). Isso porque a função de homogeneizar a heterogeneidade das demandas, que é exercida pelo significante vazio, constitui a cadeia e, ao mesmo tempo, a representa.

Até aqui nos valem de três lentes teóricas para abordar o conceito de populismo. A primeira dimensão destacou o populismo como ideologia hospedeira, em que um líder carismático vocaliza ideias para formar um “povo” contra uma “elite”. Grosso modo, a ferramenta populista fundamental, que pode ser operada por líderes de qualquer corrente

ideológica, perpassa a ideia de que a sociedade é dividida entre uma elite degenerada, responsável pelo sofrimento do povo, e um povo legítimo.

Ao analisarmos a interpretação da escola uspiana e sua crítica, evidenciou-se a suposta relação de manipulação entre o líder carismático e as massas populares, embora, aparentemente, inexista a ideia de divisão social nessa perspectiva conceitual. Laclau, por sua vez, interpreta o populismo como uma lógica social, um fenômeno de construção do “povo” como ator político. Interessa a Laclau compreender a forma como o povo emerge na cena política e como o populismo pode se configurar em uma estratégia discursiva para operar a constituição de um projeto político de democracia radical.

A seguir, na próxima seção, nos valeremos de todas essas dimensões teóricas para definirmos o que queremos expressar com o termo “linguagem populista”.

1.4 A LINGUAGEM POPULISTA

“Poder gera sentido [...] Cada palavra é uma palavra-poder” (HAN, 2019, p. 55). Porquanto “o poder está a todo o momento sendo disputado, reafirmado e perseguido na sociedade” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 24), a linguagem assume um papel fundamental em sua legitimação. A linguagem, portanto, carregada de ideologia, que significa “o sentido a serviço do poder” (THOMPSON, 1998, *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 45) está no centro do discurso. E discurso, para Chouliaraki e Fairclough (1999), é a intervenção da linguagem na prática social.

O conceito de processo discursivo também pode ser funcional para nossa análise. Trata-se de um processo histórico em que diversos textos se sucedem, contribuindo para “um movimento de fixação, deslocamento e dominância de sentidos” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 111). Texto, nessa linha, seria um resultado, um produto, de práticas discursivas. Um conjunto de textos selecionados segundo critérios lógicos constitui um *corpus*. Este é o objeto de trabalho dos analistas de discurso.

Se o objetivo do trabalho é identificar o modo como o populismo se manifesta em um discurso político, em determinada conjuntura histórica, é necessário primeiramente indicar o objeto a ser trabalhado, ou seja, o *corpus* a ser analisado. Mais adiante apresentaremos e justificaremos a escolha do *corpus*. Na análise a ser empreendida, discutimos a eventual

existência de discursos populistas em pronunciamentos de Getúlio Vargas, de João Goulart e de Carlos Lacerda.

Por ora, cabe conceituar “discurso populista”. Entendemos que um texto, ou um pronunciamento político, pode conter um discurso populista quando um líder carismático articula “elementos populistas” com o objetivo de mobilizar um “povo” para determinada ação política, buscando transformar indivíduos em sujeitos políticos. “Elementos populistas” devem ser considerados como um conjunto fundamental de signos com o objetivo de transmitir mensagens de divisão social, de formação de uma identidade popular e mobilização dessa identidade para determinada ação política, de compreensão de uma elite como um o inimigo social responsável pela “falta”, pelas demandas não atendidas desse “povo”, e de coesão social em torno de significantes vazios.

Assim, mesmo que a linguagem populista prescindida de uma ideologia política específica para ser manifestada, precisa transmitir ideias de divisão social, de formação de uma identidade popular engajada na luta política, de símbolos que possam dar unidade às diferentes identidades presentes no conjunto do “povo” e de culpabilização da elite como o inimigo social que atua contra os interesses desse povo.

Se esses “elementos populistas” puderem ser identificados em determinado pronunciamento político e se o teor global do texto analisado ir ao encontro das ideias mais representativas dos fenômenos populistas, pode-se concluir que se trata de um discurso populista. É mais significativo que um discurso populista seja pronunciado por atores políticos poderosos, justamente porque a “linguagem ganha poder pelo uso que pessoas poderosas fazem dela” (WODACK; MEYER, 2009, *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 44). Portanto, discursos de divisão social e de “incriminação” de certa elite quase sempre estão espalhados pela sociedade, mas apenas adquirem substância e geram consequências políticas quando vocalizadas, em momentos de crise, por líderes políticos poderosos.

Para operacionalizar a identificação de um conjunto essencial de ideias que devem estar contidas em um texto e apontar nele a presença de um discurso populista, nos valem dos aspectos convergentes encontrados nas diferentes dimensões do populismo estudadas acima. Por exemplo, as ideias de fronteira social antagônica e de existência de uma elite corrupta

que atua como “inimigo social” podem ser encontradas tanto na obra de Laclau (2013) quanto na de Mudde e Kaltwasser (2017).

Por seu turno, a ideia de que o populismo é um fenômeno não intrinsecamente dotado de uma ideologia específica também se depreende de Laclau (2013) e está explícita em Mudde e Kaltwasser (2017), quando conclui que o populismo é uma ideologia hospedeira. No que concerne ao processo discursivo de formação do “povo”, bem como à identificação das diferentes identidades sociais presentes no “povo” e na elite, representado pelas ideias de equivalência e de diferença, utilizamos os conceitos de Laclau nas análises dos discursos. Ademais, também buscamos identificar nos textos os significantes vazios mobilizados, para inferir a constituição do processo hegemônico.

Por outro lado, elementos presentes na escola paulista, como a conciliação de classes (Estado de Compromisso), destoam da ideia de fronteira social antagônica. Mas ainda que as questões relacionadas ao carisma do líder e à manipulação das massas, tão destacadas pela escola paulista, sejam elementos mais difíceis de serem identificadas em pronunciamentos políticos, elas podem ser caracterizadas como “elementos discursivos”. Portanto, buscamos capturar textualmente como se dá a relação carismática, sob a ótica de Weber, entre o líder e as massas nos pronunciamentos a serem analisados.

Outrossim, podemos relacionar o conceito laclauniano de demandas democráticas e de demandas populares com a análise da escola paulista acerca do processo de atendimento das demandas populares pelos governos dito populistas, por exemplo. Para ilustrar, separamos no quadro abaixo um conjunto global de elementos ou ideias sobre o populismo constantes dos autores estudados:

Quadro 1 – Elementos populistas por autor

Elementos Populistas	Laclau	Mudde	Escola Paulista
Pluralidade ideológica ou “Ideologia hospedeira”	X	X	X
O povo como ator histórico	X	-	-
Equivalência e diferença	X	-	-
Significante vazio e hegemonia	X	-	-

Demandas democráticas e demandas	X	-	X
Líder Carismático	-	X	X
Manipulação das massas	-	X	X
Fronteira antagônica e elite corrupta		X	-
Conciliação de Classe	-	-	X

Fonte: O autor (2019).

Até o momento identificamos o objeto e o objetivo do trabalho. O objeto é conceito de populismo. O objetivo é determinar o que deve ser entendido por “discurso populista”, para compreendermos o modo como o populismo se manifesta textualmente, como linguagem política. Assim, a verificação da existência de discursos políticos no *corpus* depende da identificação nos textos de “elementos populistas”. Essa identificação de “elementos populistas” nos textos requer um plano de leitura qualitativa particular dos pronunciamentos.

Mas os discursos não são reproduzidos em um vazio social. Uma abrangente análise de conjuntura do contexto político, econômico e social da República Liberal é fundamental para a compreensão da efetividade do discurso populista em determinado contexto histórico. Como vimos, um discurso populista depende de uma conjuntura de crise para ganhar apelo social. Uma crise econômica, social ou de hegemonia política gera uma série de demandas insatisfeitas na sociedade, demandas relacionadas tanto a aspetos materiais (por emprego ou melhores condições de vida) quanto a aspectos morais (contra corrupção ou a favor da família) e ideológicos (contra o comunismo). São essas demandas insatisfeitas que tendem a ser articuladas em torno de líderes que vocalizam a insatisfação e identificam os responsáveis por ela (fronteira antagônica) e projetam a superação dessa “falta” em torno de um significativo vazio.

Não é possível, portanto, analisar um discurso político sob a ótica do populismo se não houver clara compreensão acerca da conjuntura política de determinado período histórico. O discurso populista é justamente uma forma de se comunicar com amplos setores da sociedade buscando a superação da crise por meio da mobilização de um “povo”. A efetividade desse tipo de discurso é também uma variável da profundidade da crise. No

próximo capítulo, exploramos os aspectos estruturais da política, economia e sociedade brasileira durante a República Liberal.

2 REPÚBLICA LIBERAL: DEMOCRACIA DIFÍCIL

Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, encerra-se no Brasil o período autoritário conhecido como Estado Novo, que se iniciou com o golpe de 1937. O apoio de Vargas às democracias contra os países do eixo na Segunda Guerra Mundial gerou uma insolúvel contradição após a vitória dos aliados, o que levou o estamento militar, por meio de um acordo com o ditador, e a contragosto dele, a depô-lo para, em seguida, convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e restaurar a democracia.

A Assembleia de 1945 contou com a participação de deputados eleitos por diversos partidos, inclusive o recém legalizado Partido Comunista (PC). Da participação na Assembleia desses partidos recém criados, emergiu a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Uma Constituição de caráter liberal, que reestabelecia no Brasil uma República Federativa, porquanto concedeu aos estados autonomia administrativa e política, instituiu a tripartição de poderes e garantiu diversos direitos individuais.

A República Liberal, como reconhecido pela historiografia, vai de 1946 ao golpe civil militar 1964. É neste período democrático espremido entre duas ditaduras que se encontram os discursos a serem analisados no próximo capítulo. Antes, porém, faremos uma análise de conjuntura, buscando evidenciar as permanências e as mudanças de um período de elevadas transformações internas e internacionais que influenciaram o Brasil.

Iniciaremos a próxima seção com uma breve cobertura dos acontecimentos internacionais do período para então abordarmos a economia, a sociedade e a política interna. Por fim, discutiremos o modo como o sistema político processou a luta de classes no seio da República Liberal, em particular nas presidências de Vargas (1951-1954) e de Jango (1961-1964).

2.1 GUERRA FRIA: CONDICIONANTES EXTERNAS

Dos escombros da Segunda Guerra Mundial, uma nova ordem emergiu. As duas potências vencedoras expressavam ideologias completamente distintas e passaram a disputar áreas de influência ao redor do mundo. O capitalista Estados Unidos da América (EUA) espalhou sua influência política, econômica e cultural pela América Latina, Europa e Japão. Já a comunista União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estendeu uma “cortina de ferro” cercando todo o leste europeu para impedir a penetração da influência americana e

reconstruir um país que havia perdido mais de 20 milhões de almas na “Grande Guerra Patriótica”.

No decorrer da Guerra Fria, contudo, espremidos entre duas superpotências, diversos países optaram por um alinhamento não automático aos países capitalistas ou socialistas. Muitos passaram a desenvolver programas políticos autonomistas em torno da estruturação de um Estado nacional. A rivalidade entre as potências possibilitou tanto a emergência de revoluções nacionais quanto a independência de diversas colônias. Na Ásia, por exemplo, Índia, Paquistão, Filipinas e Indonésia conquistaram independência antes de 1950. Em 1949, a China fazia sua Revolução Nacional, que se tornaria, posteriormente, uma Revolução Socialista.

Na África e no mundo muçulmano movimentos autonomistas e processos de independência pipocaram, como, por exemplo, a independência de Gana em 1957 e a Revolução Argelina de 1962. Representativa deste processo, ainda há a Conferência de Bandung na Indonésia em 1955, que reuniu países do chamado terceiro mundo e estabeleceu princípios de autodeterminação dos povos e de não intervencionismo. Mesmo na América Latina, em meio a incontestável influência norte americana, a Revolução Cubana de 1959 reforçou movimentos nacionalistas nos países da região, e isso alarmou as conservadoras elites internas desses países. Ademais, essa mesma Revolução atrairia de maneira dramática todas as atenções do globo no ano de 1962, no episódio que ficou conhecido como “Crise dos Mísseis”, um entrevero entre as duas grandes potências nucleares relacionado à instalação de mísseis balísticos soviéticos na ilha, a poucos quilômetros do Império capitalista.

2.2 SUBDESENVOLVIMENTO: O ATRASO E O MODERNO

A economia da República Liberal consolida uma tendência de industrialização que emerge de forma claudicante no Brasil após a edição da tarifa Alves Branco de 1844, com o fim do tratado de preferências comerciais do país com a Inglaterra. Claudicante porque nunca interessou à oligarquia rural, que detinha o poder político, uma política protecionista que poderia significar tanto a diminuição de seu prestígio político, com a ascensão de uma classe burguesa industrial, quanto um aumento de preço dos produtos que a oligarquia importava.

Mas com a Segunda Guerra Mundial e com o início da operacionalização da siderúrgica de Volta Redonda em 1941, a industrialização passou a ser uma realidade, fomentada por uma política de Estado, inserida em um plano de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que

a indústria substitutiva de importações ascendeu, o peso dos principais produtos de importação, como café e o açúcar, despencava e perdia importância relativa na economia do país. A desagregação do setor agrícola, contudo, não eliminou as estruturas tradicionais do sistema por três motivos: a concentração de terra continuou elevada, o setor ainda empregava uma quantidade expressiva de mão de obra e o poder político da oligarquia não sofreu grandes abalos (CARONE, 1985).

Como resultado do processo de expansão industrial, as cidades cresceram, a urbanização se acentuou e a migração de mão de obra do nordeste para o sudeste reforçou o aspecto concentrador e regionalista do processo de industrialização do país. Pela primeira vez na história, em 1950, o número de habitantes das cidades igualou o de camponeses. Ressalta-se, porém, que as técnicas mais avançadas de produção, típicas dos maiores estabelecimentos, relacionados principalmente ao setor de petróleo e automóvel, sempre caminharam *pari passu* com o atraso produtivo, as chamadas fábricas de “fundo de quintal” (CARONE, 1985).

A industrialização, o processo de urbanização e o recebimento de grandes somas de capital estrangeiro – principalmente no período de Juscelino Kubistchek – alteraram profundamente a estrutura produtiva do país, impactando no crescimento do produto interno. No quinquênio entre 1957 e 1962, por exemplo, o PIB cresceu mais de 7% ao ano, enquanto a renda real do trabalhador crescia 5,2% anualmente no mesmo período. Nos outros quinquênios, a economia nunca deixou de crescer menos de 5% na média. A pujança do produto, nada obstante, não se realizou sem crises intermitentes, principalmente relacionadas ao aumento do custo de vida e à escassez de divisas.

Além disso, o crescimento econômico não dirimiu um elemento essencial da sociedade brasileira: a extrema desigualdade. Durante a República Liberal, 70% das pessoas estavam à margem do mercado de consumo e 1% concentrava a mesma renda de 60% do país (SKIDMORE, 1979). As rupturas da República Liberal, com elevada urbanização e industrialização, não foram tão radicais ao ponto da modernização romper com o atraso secular do país, relacionado à elevada concentração da propriedade, ao atraso tecnológico relativo e ao autoritarismo da classe dominante.

O subdesenvolvimento brasileiro, como um pêndulo a se movimentar entre os extremos do atraso e da modernidade, fomentou nesse período intensos embates políticos e sociais em torno da abstrata concepção de futuro da nação e, mais concretamente, em torno da apropriação

da riqueza nacional. O Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP), por exemplo, foi criado em 1953, poucos anos após a criação, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), em 1948. Esses ambientes foram fundamentais para gerar discussões e projetos políticos acerca do papel da América Latina, e do Brasil em particular, na divisão internacional do trabalho. Além disso, o papel do Estado como motor do desenvolvimento também passou a ganhar mais consistência teórica. Obviamente, essa visão desenvolvimentista atraiu a suspeição de amplos setores sociais, conforme veremos a seguir.

2.3 CLASSES SOCIAIS

Após a ditadura do Estado Novo, um novo sistema político estruturou a luta de classes no Brasil. Uma das novidades dessa fase de indiscutível desenvolvimento econômico e social – levando-se em conta as conquistas trabalhistas desse período –, foi a expressiva expansão do número de eleitores. Mesmo que o sistema permanecesse refratário ao voto dos analfabetos, em um país com elevado número de iletrados, a República Liberal outorgou o direito de voto a milhões de brasileiros, que não apenas migravam para os grandes centros, como também se reproduziam a taxas elevadas, quase a 3% ao ano. Se em 1933, 2 milhões de cidadãos estavam aptos a votar, esse número triplicou para 6 milhões de eleitores em 1945. O corte classista também é relevante: pela primeira vez um grande contingente da classe trabalhadora participou do processo eleitoral (CARONE, 1985).

Outra novidade decorre da reivindicação de participação política das novas classes que emergem no Brasil. Ora, o processo acelerado de industrialização e urbanização resulta no aumento da importância de duas classes: a burguesia, dona dos meios de produção, e o operariado, que vende sua força de trabalho. Além disso, a especialização do trabalho decorrente da dinamização da economia também promoveu o surgimento de uma diversificada classe média. Certamente, devido às imensas desigualdades do país, um enorme contingente de analfabetos e de miseráveis também “integravam” a sociedade no período, mas obviamente lhes faltaram meios de se fazerem representados no sistema político.

Grosso modo, portanto, desconsiderando as divisões existentes no interior de cada classe social, se pode dizer que o novo sistema político precisou abrigar os interesses da classe oligárquica remanescente, da burguesia em ascensão, da classe média urbana e do operariado

ascendente. A novidade da mais recente lei eleitoral era a previsão de organização nacional dos partidos, antes regionalizados. Esse fator, somado ao federalismo consagrado pela nova Constituição, deu fôlego político ao economicamente decadente poder oligárquico no Brasil.

Isso porque a autonomia dos estados significava maior poder de ação dos oligarcas, principalmente nos estados menos desenvolvidos que herdaram traços do coronelismo típico da República Velha (CARONE, 1985). Nesses estados mais pobres, a oligarquia latifundiária continuava a dominar de forma autoritária e elitista, representando a persistência do atraso produtivo, moral e intelectual na sociedade brasileira. Essa oligarquia, somada ao grupo dos interventores nomeados pela ditadura varguista, organizou-se em torno do PSD, o Partido Social Democrático. Ressalta-se, por oportuno, que o poder oligárquico também passa por algum aburguesamento em certos casos, quando diversifica seus investimentos nos centros urbanos, e isso tende a alterar a “cosmovisão” desses agrupamentos.

Porém, mesmo no momento em que a burguesia passa a deter maior poder econômico no capitalismo brasileiro, com a industrialização acelerada, não há revolução. Para Santos (1978), o Brasil não experimentou uma revolução burguesa, pois a burguesia teve uma série de interesses atendidos ao se articular com a classe agrária dominante. Essa “coligação” se relaciona tanto à presença de um grande número de estrangeiros no domínio dos meios de produção quanto à origem oligárquica de muitos burgueses (CARONE, 1985). Portanto, os burgueses no Brasil não precisaram formar o próprio partido para terem seus interesses atendidos pelo poder político.

O desinteresse da burguesia em tomar o poder no Brasil relaciona-se aos interesses mais imediatos da classe. Wanderley Guilherme dos Santos esclarece esse ponto:

A meta última de qualquer burguesia organizada é o domínio das relações de mercado mediante o controle das curvas de oferta e demanda – isto é, o controle das instrumentalidades que interferem nelas – e o domínio das políticas que garantem estabilidade aos mercados (SANTOS, 1978, p. 45).

Para o autor, o capitalista brasileiro desprezou as instituições porque o controle dos fluxos de oferta e demanda escapavam às mãos do Estado nacional. Isso se deu devido ao papel desempenhado pela economia brasileira na divisão internacional do trabalho: “A burguesia brasileira não surgiu como classe organizada porque não se integrou pela mediação de um mercado nacional, mas pela mediação de um mercado internacional” (SANTOS, 1978, p.

46). Portanto, o controle dos fluxos de oferta e demanda historicamente estiveram nas mãos de outros Estados nacionais: “Nosso capitalismo, a rigor, não tem sido senão subproduto a meio-pau do circuito internacional” (SANTOS, 1978, p. 46).

Assim a burguesia aderirá aos partidos dominados pelas oligarquias: ao já mencionado PSD e à UDN, União Democrática Nacional. Ao defender valores oligárquicos e conservadores, ao defender ideias como o “liberalismo e a livre iniciativa” e se subordinar ao capital estrangeiro, a burguesia deixa de liderar o processo de desenvolvimento da República Liberal, mesmo porque, oriunda especialmente de São Paulo, perdera espaço político desde a Revolução de 30. Curiosamente, serão os nacionalistas de esquerda que passarão a defender alguns dos interesses da burguesia, buscando o desenvolvimento do país e a formação de uma classe mais progressista e nacionalista. Assim, o Estado, com o “modelo getuliano”, passa a interferir pesadamente na economia, no bojo de um projeto nacional de desenvolvimento (IANNI, 1968). Os intensos conflitos políticos que perdurarão ao longo de toda a República Liberal têm raiz nessas diferentes concepções de desenvolvimento nacional.

A classe média, que em 1950 correspondia a 13,2% da população e que emerge com as novas divisões do trabalho, se vale das mais diversas ocupações no setor de serviços e adota posturas políticas particulares e diversificadas. Muitos aderem ao socialismo em apoio à classe operária, enquanto outros optam pelo nacionalismo e reformismo do PTB, Partido Trabalhista do Brasil. Por outro lado, setores mais conservadores da classe média apoiarão políticos como Carlos Lacerda e Ademar de Barros contra o “caos”, o “comunismo” e a “agitação social”.

A “agitação social” denunciada pela classe média conservadora em conluio com as oligarquias e a burguesia liberal sempre teve destinatários precisos: os operários que promoveram as primeiras agitações sociais nos anos 20, por meio da influência de imigrantes estrangeiros. A partir da Segunda Guerra, o número de operários brasileiros cresce à medida que o país se industrializa. Ainda que a maioria dessa mão de obra tenha sido originária do Nordeste, com seu atraso secular e sua socialização baseada no mandonismo e patriarcalismo, a massa, que naturalmente tenderia à passividade, herda as lutas do operariado estrangeiro (CARONE, 1985).

A política do governo Vargas de fortalecimento dos sindicatos também contribuiu para o progressivo protagonismo dessa classe ao longo da República Liberal. Contudo, deve-

se destacar que a República Liberal já se inicia com uma manobra de cunho autoritário: a cassação do registro do PCB, Partido Comunista do Brasil, em 1947. Os operários, portanto, perdem o direito de serem representados pelo partido mais intransigente na defesa de seus direitos.

Assim, é principalmente por meio do PTB e do PCB - este atuando na ilegalidade - que, pela primeira vez na história do Brasil, haverá uma robusta participação política das classes operárias. Isso pode ser exemplificado tanto pelo contínuo aumento da bancada do PTB na Câmara Federal quanto pelo crescente número de greves ao longo do período. Contabiliza-se, por exemplo, 15 greves no ano de 1953 e 149 no ano de 1963 (CARONE, 1985). O aumento das reivindicações trabalhistas somada às concessões de governos considerados populistas, no entanto, levará a uma coalizão de classes da oligarquia e da burguesia contra o operariado e os líderes petebistas. Essas disputas se acirrarão durante a quarta República, aumentando a polarização social e gerando constantes choques políticos.

Mas mesmo com as elevadas transformações ocorridas no período, em relação à política, pode-se dizer que o novo regime apresenta mais continuidades que rupturas em relação ao regime anterior, o Estado Novo (D'ARAÚJO, 1982). Isso devido à centralidade da figura de Getúlio Vargas. Exemplifiquemos essa centralidade no processo de surgimento dos partidos da quarta República: se a UDN representa a reunião de oligarcas e burgueses contra Getúlio, o PSD, o partido mais relevante do período, foi articulado pelo próprio líder popular. A primeira comissão diretora do partido, por exemplo, era formada por Getúlio Vargas (presidente), Benedito Valadares (1º vice-presidente) e Fernando Costa (2º vice-presidente).

Por seu turno, o PTB, o braço sindical do operariado na política nacional, foi o partido pelo qual Vargas se elegeu nas eleições presidenciais de 1951. Essa centralidade da pessoa de Getúlio fez com que o novo sistema político fosse edificado de forma pouco institucionalizada, persistindo no regime características autoritárias, como no exemplo de cassação do PCB e da constante subversão da UDN contra a ordem política (SANTOS, 1978).

Os partidos políticos eram vistos pelos líderes como instrumentos formais de execução política, não como canais legítimos de ação (D'ARAÚJO, 1982). A inexistência de partidos fortes fomentava uma prática política cara ao populismo, qual seja, a tentativa de relacionamento direto entre líderes e massas, sem mediações institucionais. Isso também pode ser exemplificado nas formações dos ministérios, que interferiam nas coligações do

poder Legislativo de forma pouco orgânica, menosprezando os partidos pelos quais os presidentes se elegeram. Enquanto Dutra dizia que seria o “Presidente de todos os brasileiros”, justificando a ausência do PSD em diversas pastas do seu governo, Getúlio mostrou desde logo ambiguidade em seu governo ao montar o “Ministério da Conciliação”. Essa busca incessante por uma política conciliatória, que também é uma consequência da baixa institucionalização dos partidos, está na raiz da instabilidade das coalizões no Congresso no período.

O segundo governo de Vargas, por exemplo, será marcado por crises justamente por essa baixa institucionalização e pela relação de desconfiança entre os partidos e o governo, em que a questão da legitimidade política acaba por ganhar lugar de destaque na política. Senão vejamos: 1) é robusta a desconfiança das elites políticas em relação às pretensões e convicções democráticas do ex-ditador; 2) o governo não procurou legitimar os partidos enquanto recursos privilegiados de poder; ou seja, para superar essa desconfiança, Getúlio busca se aproximar de setores conservadores e não fortalecer o seu próprio partido; 3) a UDN se nega a participar do governo e aciona seu poder de veto contra Vargas; 4) a defesa dos interesses progressistas é articulada pelo governo por meio de órgãos técnicos e não por meio de compromissos partidários (D’ARAÚJO, 1982).

2.4 LUTA DE CLASSES, POLARIZAÇÃO E CRISE

A obstinada desconfiança de parte da elite política em relação ao “modelo getuliano” levou a UDN a promover uma oposição ferrenha, classificada como subversiva (SANTOS, 1978). Tentativas de ruptura das institucionais democrático-republicanas foram a regra. Para tanto, a UDN buscou o auxílio de militares, que sempre possuíram longa tradição de participação política na história brasileira. Podemos citar como exemplos de golpismo a tentativa de impedimento da posse de Vargas em 1951, a tentativa de impedimento da posse de Juscelino pela Marinha em 1955, a tentativa de impedimento da posse de João Goulart como presidente após a renúncia de Jânio, a adoção do parlamentarismo para neutralizar o presidente em 1961 e finalmente o golpe de Estado de 1964. Ao comentar a sucessão de golpes, Francisco de Oliveira conclui: “um enfrentamento permanente de elites que se consideravam proprietárias da nação” (OLIVEIRA, 2018, p. 46).

A rinhada disputa política ao longo da República Liberal revelou uma conspícua luta de classes. Aqui consideramos o conceito de luta de classes como a disputa entre diferentes

grupos sociais, que se aglutinam em torno de interesses materiais comuns, pelos recursos escassos da sociedade. Essa tentativa de definição destoa das análises mais recentes em torno do conceito, que levam em conta a questão da apropriação de “capital cultural” de forma desigual e privilegiada por diferentes agrupamentos sociais (SOUZA, 2015). Nada obstante, a compreensão dos interesses materiais em jogo na disputa social do período em tela tende a evidenciar as disputas ideológicas em torno de diferentes projetos de nação de forma mais clara, o que está de acordo com os objetivos do trabalho.

Para ser legitimada e para que os grupos em conflito se articulem e se fortaleçam, é mister que a disputa material em torno da apropriação da riqueza social contenha dispositivos simbólicos e ideológicos. Portanto, a disputa democrática no interior de um sistema político ainda pouco institucionalizado vai culminar ao longo do tempo em disputas ideológicas progressivamente radicalizadas. De um lado, a classe dominante, formada pelo secular poder oligárquico, pela burguesia conservadora, pelos militares influenciados pelo americanismo e pela classe média reacionária. Esses amplos setores articulados em torno principalmente da UDN e também do PSD se aglutinaram em torno do antivarguismo e adotaram um discurso moralizador contra a corrupção, anticomunista, liberal, e favorável a um desenvolvimento associado ao capital estrangeiro.

De outro norte, a classe trabalhadora, setores nacionalistas da burguesia, do exército e da classe média, principalmente articulados em torno do PTB e PCB, conforme observamos acima. Estes apostaram em um projeto de desenvolvimento autônomo, intervencionista e distribuidor de renda.

E quanto aos presidentes da República? De que lado se posicionavam? Podemos dizer que, em relação à posição dos presidentes na luta de classes, o que caracterizou o período da República Liberal foi a constante tentativa de conciliação nacional a partir de cima. Para D’Araújo (1982), são essas tentativas conciliatórias quem tenderam a enfraquecer a institucionalização do sistema político e, por conseguinte, o fortalecimento dos partidos políticos. Assim, pode-se dizer que os chefes do Executivo durante a República Liberal buscaram cultivar uma “Política de Compromisso” entre as diferentes classes como uma forma de legitimar seus mandatos e preservar a governabilidade, para além da formação de maiorias legislativas e sociais ideologicamente coesas.

Retomemos a discussão acerca do conceito de populismo. Citamos acima a utilidade dos conceitos de “Estado de Compromisso” e de “Política de Alianças” que, na visão de sociólogos uspianos, determinaram a longevidade do getulismo, caracterizado pelo “tripé populista”: sindicatos tutelados, frações burguesas industrialistas e uma vasta classe latifundiária que se manteve neutra enquanto o estatuto da propriedade rural não foi questionado (OLIVEIRA, 2018). Do “Estado de Compromisso”, depreende-se que esses sociólogos não questionam a tentativa de Vargas de estabelecer uma sociedade harmônica por meio de arranjos políticos conciliatórios (GOMES, 2005). Portanto, não restam dúvidas de que, embora tenha havido acirrada disputa política ao longo da toda a quarta República, abrangentes tentativas de conciliação de classes partiram de praticamente todos os presidentes eleitos.

Mas as tentativas de conciliação fracassaram principalmente nos governos de Vargas e de João Goulart. Getúlio, que iniciou seu governo formando o pluripartidário e conservador “ministério da experiência”, cometeu suicídio ao final de seu governo, quando vivenciou dramática escalada da crise política. Jango, por seu turno, que sempre foi reconhecido por sua capacidade de diálogo e de conciliação, teve seu governo interrompido por um golpe de Estado. Destarte, governos que aparentemente se iniciaram de modo conciliador foram progressivamente tomando lado na luta de classes. Assim, as disputas que se iniciaram de modo democrático, com tentativas de diálogo e de conciliação, foram se radicalizando em aberta e disseminada conflagração política, ideológica e narrativa, que transbordou do sistema partidário para instituições militares e para sociedade, gerando elevada polarização social.

Os pronunciamentos a serem analisados no próximo capítulo refletem o esgarçamento da luta de classes no Brasil. É o momento em que os presidentes petebistas abandonam qualquer tentativa de conciliação e a ambiguidade deixa de existir, mesmo porque estão cercados. Os presidentes articulam coalizões com as classes populares em resposta às coalizões estabelecidas pelas classes dominantes. Se o governo Getúlio vai adquirindo um caráter progressivamente trabalhista e nacionalista ao longo do mandato (discursivamente essas ideias já estão presentes no pronunciamento de 1º de maio de 1951), as classes dominantes vão se afastando do presidente contra o atendimento das reivindicações dos trabalhadores, contra o desenvolvimentismo intervencionista e contra as medidas

nacionalistas enviadas ao Congresso, como a lei de remessa de lucros e a negativa de Vargas em participar da guerra da Coréia.

Mas a medida concreta que encorajou a articulação de diversas classes para derrubar o Getúlio foi a concessão de aumento de 100% do salário mínimo para trabalhadores no 1º de maio de 1954. Estes pressionavam o governo para a concessão de reajustes salariais devido à pressão inflacionária ao longo de todo o ano de 1953. A conclusão de estudos técnicos do governo favorável ao aumento enfrentou dura oposição de oficiais das Forças Armadas, que antes mesmo do anúncio oficial do aumento já haviam publicado o “Memorial dos Coronéis”, em fevereiro de 1954, cujo conteúdo continha severas críticas à medida. Quando a luta por interesses materiais se intensifica, também se intensifica a produção de discursos morais. Assim, o governo passa a ser acusado de corrupto, de promotor da baderna social e de antidemocrático pelos opositores.

No caso de Jango, que assume o poder anos após o suicídio de Vargas, a luta se estrutura em dois polos opostos: reformismo contra conservadorismo. Outrora ministro do trabalho de Getúlio, com ampliado trânsito nos sindicatos, Jango causa temores nas classes dominantes por representar o sindicalismo, o nacionalismo, o reformismo e o trabalhismo. Em um contexto de turbulências internacionais e de crise econômica, as bandeiras de Jango acirram os ânimos dos reacionários, culminando em uma polarização política e social exacerbada.

Já em relação ao arquirrival de Getúlio e de Jango, Carlos Lacerda, devemos nuançar o contexto particular em que profere o discurso que analisaremos. Mesmo considerando que uma crise de hegemonia perpassou toda a República Liberal, o ano de 1960 presencia certa ascensão das direitas no plano do poder Executivo. Por exemplo, nas eleições em que Juracy Magalhães ganha a eleição para o governo da Bahia, Carlos Lacerda é eleito governador da Guanabara. No mesmo ano, Jânio Quadros vence a disputa pela presidência da República. Portanto, pode-se dizer que se trata de contexto de ascensão das direitas no país. Mais adiante, explicaremos o porquê de nossa escolha em analisar o discurso de posse de Carlos Lacerda como Governador da Guanabara.

A crise de hegemonia social, as dificuldades econômicas do início dessa década de 1960 e o crescente protagonismo das classes populares na disputa política são fatores que impulsionaram a polarização social e política do período. No caso de Jango, o estopim para

a articulação das oligarquias, de parte dos militares, de setores da burguesia e da classe média conservadora contra o trabalhista se deu a partir da tentativa de imposição de uma série de reformas sociais profundas sobre o Congresso, sendo que as propostas mais polêmicas reivindicavam a reforma agrária (que choca os latifundiários) e o direito de voto para analfabetos, o que indigna as elites, pois vislumbram nessa medida a eternização dos “populistas” no poder. Os discursos morais anticorrupção e anticomunista ganham imenso apelo social nessa conjuntura. No próximo capítulo, passamos a analisar os discursos sob a perspectiva do populismo.

3 DISCURSO POPULISTA

O objetivo deste capítulo é capturar nos discursos a serem analisados um linguajar populista característico. Trata-se de um plano de leitura qualitativo. Baseado em “elementos populistas” e no teor global dos textos, buscamos identificar a presença de discursos populistas em pronunciamentos políticos. Acima destacamos atributos fundamentais do populismo, como, por exemplo, a ideia de divisão social e de concepção de uma elite como inimiga social, que se posiciona do outro lado de uma fronteira antagônica. Mas é preciso mais. É preciso compreender o processo de formação da identidade popular, como o “povo” é articulado discursivamente por um líder, como esse líder consegue borrar as diferenças entre as demandas sociais insatisfeitas que passam a orbitar em torno de um “significante vazio”, como uma conjuntura de crise favorece sua articulação discursiva e de que modo esse líder tenta estabelecer uma relação direta com as massas, dispensando mediações institucionais. Assim, será necessário identificar no *corpus* como o líder molda a identidade de seu “povo”, a identidade de seu “inimigo social” e como molda a realidade a partir de sua lente ideológica.

Antes, porém, é preciso evidenciar a existência de uma contradição entre esse entendimento e a compreensão da sociologia paulista acerca do fenômeno populista. Para a sociologia paulista, a principal característica do fenômeno populista na quarta República é a ideia de conciliação de classes, ou de “Estado de Compromisso”. Por outro lado, tanto para Mudde e Kaltwasser (2017) quanto para Laclau (2013), como vimos, o populismo pressupõe a ideia de divisão social e de demonização de um grupo social que se encontra do outro lado de uma fronteira antagônica.

Compreendemos que as ideias de conciliação de classes e de divisão social são opostas entre si. Porque aceitamos que o fenômeno populista pressupõe a ideia de divisão social, rejeitamos o populismo como conciliação de classes. Entendemos que a operação de constituição de um “povo” implica necessariamente em operação de constituição de “inimigos do povo”, de um “Outro” social, de uma identidade que se constrói em oposição a outra identidade: “nós” contra “eles”.

Sugerimos acima que, subjacente a uma teoria social rigorosa, sociólogos uspianos tinham também objetivos políticos, como o de imputar a líderes nacionalistas, notadamente Getúlio e Jango, a pecha de populistas no sentido de líderes demagogos e manipuladores, que

desviavam as massas do devir revolucionário. São Paulo sempre foi refratário à Getúlio Vargas: “A grande oligarquia paulista, derrotada em 1932, com a cabeça feita havia mais de um século pelo jornal Estado de São Paulo, elegeu Vargas como inimigo número 1” (OLIVEIRA, 2018, p. 46). Hegemônica no Estado, foi essa oligarquia que criou a USP, para ter um contraponto cultural à hegemonia política de Getúlio. Da USP, portanto, surgiu a crítica da “República Populista” à esquerda, por meio de uma interpretação marxista da realidade brasileira. O próprio sociólogo Fernando Henrique Cardoso ajuda a ilustrar o antivarguismo uspiano com um fato inusitado:

Vou te contar uma outra coisa: após chegar a São Paulo, houve uma reunião na faculdade, à noite, em que estavam o Weffort, a Lourdes Sola, todo mundo — e queriam fazer um manifesto contra o Jango. Aí eu e o Luiz Hildebrando, comunista, companheiro meu de muitos anos, fomos para lá, porque queriam fazer um manifesto contra o Jango na noite do golpe! E o Weffort era um dos mais exaltados (LIMA, 2013, p. 13).

Rememora-se, por oportuno, que Weffort, o maior teórico do populismo, cujos *insights* acerca da República Liberal discutimos acima, foi o primeiro Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores (PT), que se colocou desde logo como antipopulista, uma alternativa à esquerda em relação ao legado do Partido Trabalhista do Brasil (PTB). Historicamente, portanto, é possível dizer que o PT, cujo berço político é o precisamente São Paulo, cumpre no início da Nova República, e pela esquerda, aquilo que se iniciara já em 1932, com a malograda Revolução Constitucionalista, e que teve seu ponto máximo na quarta República, e pela direita, que culminou no golpe civil militar de 64: a tentativa de destruição do legado trabalhista e nacionalista de Getúlio Vargas.

Isso se evidencia por uma legítima questão política, porém contraditória, senão vejamos: no período da redemocratização, o PT adotou uma estratégia discursiva crítica em relação ao legado de Getúlio até para se diferenciar eleitoralmente do PDT de Leonel Brizola, objetivando disputar politicamente as classes populares. Conquistado o poder, contudo, em diversos momentos, há exaltações em relação ao legado varguista. Intelectuais petistas, por exemplo, insistiram que Lula continuava a obra de Vargas. Para um interessante apanhado acerca da influência da República de 1946 no imaginário da Nova República, ver Chaloub (2014).

Nota-se, portanto, que ao nomear “populismo” a conciliação de classes intrínseca ao projeto getuliano, pode-se considerar que Weffort e Ianni estão empreendendo um esforço

político de combate ao legado nacionalista e desenvolvimentista de Getúlio, que foi reatualizado pelo reformismo de Jango, reforçando a ideia de que líderes carismáticos, articulados com oligarquias, manipulavam massas passivas para se perpetuarem no poder. Mas, como vimos, o conceito de populismo pressupõe justamente o contrário, ou seja, a ideia de divisão social radicalizada, o que remete ao “conceito do político” de Carl Schmitt, compreendendo o político como a relação antagônica amigo-inimigo. Ainda que toda a República Liberal tenha sido perpassada por exitosas e fracassadas tentativas de conciliação de classes, não houve no período a preponderância da dicotomia amigo-inimigo na disputa política, a não ser esporadicamente e, principalmente, por parte da oposição sistemática – e subversiva – da União Democrática Nacional. Para uma análise da trajetória do pensamento liberal no Brasil, do século XIX à República Liberal, ver Wanderley Guilherme dos Santos (1978). É neste artigo que o professor insiste na contradição entre o liberalismo formalista da UDN e sua práxis golpista. Ainda neste texto, o professor caracteriza o partido como “subversivo”. Por isso, questionamos os pressupostos conciliadores inscritos no conceito de populismo proposto pela escola paulista.

Assim, se populismo pressupõe a ideia de divisão social, nos afastamos da interpretação uspiana do populismo como conciliação, essencialmente contraditória, para mirar em discursos de Getúlio, de Jango e de Lacerda e buscar, principalmente nos momentos em que fracassam as tentativas conciliatórias, uma linguagem mais radicalizada de divisão social. Buscamos compreender como esses líderes forjaram discursivamente a identidade popular por meio da edificação de “inimigos do povo”, porquanto a demonização de um setor da população é fundamental para que outros setores se conectem ao redor desse “inimigo comum”.

Retomando a interpretação de Laclau (2013), é no momento em que se estabelece uma fronteira antagônica que a equivalência subverte momentaneamente as diferenças. Demandas de diferentes atores sociais passam a se tornar equivalentes quando diante de um inimigo comum. Na tensão entre diferença e equivalência, a identidade popular é constituída e se torna hegemônica quando alguma diferença assume a representação da totalidade. O processo hegemônico se consubstancia justamente quando uma particularidade assume o significado universal. Assim, essa particularidade torna-se um significante vazio: um símbolo impreciso, irreduzível aos conteúdos nele inscritos, que unifica o campo popular por

expressar e constituir a cadeia de equivalências. Para identificarmos no *corpus* um discurso populista, também buscamos elementos que revelem esse processo constituição dessa operação hegemônica.

Conforme verificamos no primeiro capítulo, as ideias de divisão social, a operação de constituição de uma identidade popular contra uma elite, a performance da liderança carismática, a tentativa de o líder estabelecer um relacionamento direto com as massas, a conjuntura de crise econômica e/ou social e a pluralidade ideológica que o fenômeno comporta são características fundamentais presentes em manifestações populistas. Neste capítulo, buscamos analisar discursos políticos para responder a questões como: de que modo o fenômeno populista se manifesta no discurso político? Seria possível identificar nos pronunciamentos de líderes conciliadores como Getúlio e Jango discursos populistas caracterizados sobretudo pela ideia de divisão social? Ao adotarmos essa compreensão de populismo, como podemos caracterizar o “antipopulismo” da UDN? Portanto, busca-se na linguagem, por meio da análise de discursos de Vargas, Jango e Lacerda, uma forma diferente de se compreender o populismo na República Liberal.

Retomando a discussão acerca do que seriam “elementos populistas”, podemos dizer que se trata de um termo que alberga conceitos e ideias-chave. Como conceitos, temos, por exemplo, “significante vazio”, “hegemonia”, “equivalência”, “diferenças”, “demandas populares”, entre outros. Como ideias-chave que permeiam as manifestações populistas, temos a ideia da “divisão social”, do “apelo emocional”, das “simplificações discursivas”, da “exploração discursiva da crise”, etc. Visualmente, podemos associar o discurso populista aos elementos constantes do parágrafo anterior e aos do quadro abaixo:

Quadro 2 – Elementos populistas

Elementos Populistas:	
Ideias-chave	Conceitos
Inimigo social (nós X eles)	Fronteira antagônica
O povo como ator político (Mobilização)	Significante vazio
Líder carismático	Hegemonia
Radicalização da linguagem	Cadeia de equivalências
Apelo emocional e simplificações	Ideologia Hospedeira
Relação direta entre líder e massas	Diferenças
Exploração discursiva da conjuntura de crise	Demandas populares
Forças antipopulares ocultas	

Fonte: O autor (2019).

Desse modo identificamos quais identidades estão presentes em cada formação do *nós* e do *eles*. Depois, analisamos quais demandas populares consubstanciam a identidade do “povo”. Além disso, buscamos identificar como as diversas demandas populares se relacionam com o significante vazio e qual particularidade reivindica representar toda a cadeia de equivalências. Outrossim, observamos como o processo de hegemonização do significante vazio ocorre em cada caso. Sobretudo será importante captar as particularidades de cada texto, para identificarmos o teor global do pronunciamento e as intenções veladas ou reveladas do líder ao pronunciar seu discurso, mesmo porque o quadro acima não deve ser encarado como um conjunto de elementos fechados e estanques. Assim, identificar elementos populistas, aqui divididos entre ideias-chave e conceitos, será necessário, mas insuficiente para classificar um discurso como populista. Portanto, a tentativa de se captar a presença de discursos populistas em textos políticos é tarefa complexa que requer não apenas a captura de fragmentos textuais que contenham elementos populistas, como também um reflexo acerca do teor global e das particularidades de cada texto.

Com isso, ao fim da análise, estaremos aptos a refletir acerca do modo como o populismo se manifestou na República Liberal.

3.1 O CORPUS

Não analisamos governos, mas discursos. Cada pronunciamento a ser analisado remete a uma conjuntura política imediata. Por isso, a análise requer nuances. O discurso político mais radicalizado, que sugere uma divisão da sociedade entre povo e elite, ou *establishment*, constou de ambos os eixos do espectro político. Se no caso dos petebistas tratou-se de uma estratégia política de reação à acirrada oposição udenista, ao cerco militar, à influência material e simbólica americana no processo político, enfim ao golpismo do udenismo mais radicalizado, no caso do Lacerda, por outro lado, significou a denúncia de um *establishment* considerado corrupto, arcaico, antiliberal e promotor do comunismo. Nesse contexto, líderes populares, independentemente da ideologia, reagem, se radicalizam e reforçam um discurso de mobilização das massas e de divisão social, buscando, por meio da linguagem, transformar indivíduos em sujeitos políticos.

Mas modular é necessário. A tentativa de conciliação por parte dos petebistas, por exemplo, perpassou todo o período. Se Vargas logo de início monta o “Ministério da Experiência”, Jango se resigna perante a solução parlamentarista e inicia seu governo falando em “união nacional”. Mas com a escalada da crise, cada governante enxerga na mobilização popular e na radicalização discursiva a única saída para superar o impasse social e reagir ao cerco político.

Lacerda, por seu turno, se projeta dentro do partido e nacionalmente após sua primeira vitória eleitoral majoritária, buscando proscrever os “comunistas”, ou seja, todos os seus adversários políticos, também chamados de “populistas”, “corruptos” e “antidemocráticos”. Desta feita, nossa tentativa será captar essas nuances discursivas em cada conjuntura específica. Além disso, os pronunciamentos contêm diferentes intensidades de radicalização discursiva. Ratifica-se, assim, a importância de se realizar uma análise global e particular de cada texto, para a compreensão dos sentidos da linguagem dos líderes e, portanto, para nuançar eventuais diferenças dentro de discursos populistas, para além de apenas captar os “elementos populistas” presentes em fragmentos dos pronunciamentos. Assim, responderemos ao principal questionamento deste trabalho: de que modo o fenômeno populista se manifesta no discurso político?

Iniciamos este capítulo analisando trechos do discurso de posse de 1951 de Getúlio Vargas, bem como trechos dos discursos de primeiro de maio nos anos de 1951, 1952 e de 1954⁴. Além disso, trechos de sua carta-testamento também serão analisados, porquanto supomos que neste documento a radicalização da linguagem do líder atinge seu ápice. Obedecendo à cronologia dos acontecimentos, analisamos em seguida o discurso de posse de Carlos Lacerda como governador do Estado da Guanabara em 05 de dezembro de 1960⁵. No caso de Jango, iremos percorrer trechos de seu discurso de posse bem como do discurso proferido na Central do Brasil em 13 de março de 1964⁶.

3.2 GETÚLIO: TRABALHISMO E POPULISMO

Getúlio Vargas venceu a eleição presidencial brasileira de 1950 com 48% dos votos válidos. O candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes, obteve 29% e Cristiano Machado, do PSD, 21%. Com o resultado, a UDN reativa seu antigetulismo impondo objeções à posse de Vargas com o argumento, ausente do texto constitucional de 1946, de que o candidato não obteve a maioria absoluta dos votos válidos. Por outro lado, setores políticos, econômicos e militares absorvem imediatamente os resultados eleitorais. Apenas após a proclamação do Superior Tribunal, em janeiro de 1951, Getúlio e Café Filho estão aptos a tomar posse. Os trechos a seguir são do discurso de Vargas de 31 de janeiro de 1951 e devem ser lidos tendo por base essa realidade conjuntural imediata.

Pronunciado no Palácio Tiradentes, após a posse, Getúlio se dirige ao povo logo de início: “Eleito a 3 de outubro como o candidato do povo, aspiro e espero governar como o presidente do povo” (D’ARAÚJO, 2011, p. 672). Ao comentar a campanha presidencial, diz “não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas” (D’ARAÚJO, 2011, p. 672). Nesses trechos, esses dois enfoques serão reforçados ao longo de todo o pronunciamento: o primeiro é que o líder se coloca, antes de tudo, como o “candidato do povo”, se sobrepondo aos partidos políticos, o que nos remete à discussão acerca da baixa institucionalização do sistema político e à ideia chave de relacionamento direto com as massas. Depois, fica clara a busca por conciliar e

⁴ Para a íntegra dos discursos de Getúlio Vargas, ver D’araújo (2011).

⁵ Para a íntegra do discurso de Carlos Lacerda, ver Debert (1979).

⁶ Para a íntegra dos discursos de João Goulart, ver Marcelino (2010).

harmonizar as forças políticas mesmo antes do pleito. A crítica à estridência dos opositoristas também está presente no trecho:

[...] os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana (D'ARAÚJO, 2011, p. 673).

Em que pese Getúlio sugerir que sua relação com o povo não precisa estar mediada por instituições, já que se coloca como “presidente do povo”, não há ao longo do texto mais elementos que poderiam caracterizar este discurso como populista. Isso porque, apesar de já existir nele a intenção de se falar diretamente ao povo, por cima de partidos e de instituições, adotando um tom sentimental: “A minha candidatura não nasceu, por isso, das injunções da política ou das combinações dos partidos. Ela veio diretamente do povo, dos seus **apelos** e dos seus **clamores**” (D'ARAÚJO, 2011, p. 673, grifo nosso), não há neste discurso os dispositivos de divisão social, de demonização de um inimigo social, nem a intenção de exploração política da crise econômica e dos adversários.

As críticas “aos especuladores dos lucros ilícitos, os exploradores da pobreza, os mercadores da miséria alheia” (D'ARAÚJO, 2011, p. 674) não devem ser entendidas como uma denúncia a uma elite homogênea, mas como uma tentativa de o novo governo se posicionar perante o povo, criticando os opositores da elite econômica, mas não toda a elite, já que “[o governo] é a emanção do povo e, como tal, o servo da sua vontade, o provedor das suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da **cooperação** e da **harmonia das classes** e dos **interesses**” (D'ARAÚJO, 2011, p. 675, grifo nosso).

A impossibilidade de se caracterizar esse discurso como populista, portanto, não advém da ausência de “elementos populistas” presentes no pronunciamento, mas principalmente das intenções explícitas do discurso, quando analisado de maneira global. Trata-se de um discurso de vitória eleitoral que busca dar os primeiros passos para iniciar o governo, buscando união nacional e harmonia partidária, após as feridas abertas comuns a todo processo eleitoral:

Precisamos agora amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha. Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar, e para ela, **sem exclusões partidárias**, convoco a boa vontade, a inteligência e o **patriotismo dos brasileiros** (D'ARAÚJO, 2011, p. 675, grifo nosso).

Ressalvadas as devidas diferenças, trazendo esse tipo de conteúdo para os dias de hoje, caso proferido por um líder de esquerda, poderia soar como um discurso de apaziguamento, um “discurso para acalmar os ânimos do mercado”, que, aparentemente, se tornou um interlocutor mais necessário para a governabilidade que o próprio povo.

Discursivamente, portanto, esse pronunciamento de posse não pode ser considerado populista. A conciliação é a tônica e, ainda que os adversários políticos mais exaltados, aqueles que tentaram impedir a posse do presidente, tenham sido devidamente combatidos no pronunciamento, não há sinais de exploração de ideias de divisão ou de demonização da elite. A propósito, ideologicamente, o trabalhismo é refratário a ideias de divisão social. De resto, o próprio Getúlio interpreta o trabalhismo petebista como única opção viável de resolução problemas sociais do país, justamente porque baseado na ideia de harmonia social e de crescimento econômico. Ao invés da luta classes, busca-se a harmonia entre as classes e a ampliação do bem-estar geral, por meio do incentivo à produção, como conclui Maria Celina S. D'Araújo:

Baseado em critério de justiça social, o trabalhismo revela-se condição e consequência do crescimento econômico, pois que, para maior distribuição geral dos benefícios, seria necessário o aumento da produtividade nacional. Esta, por sua vez, dependeria de um relacionamento não conflituoso entre capital e trabalho. O trabalhismo getulista retém, portanto, a ideia de que todos devem participar da construção da nação (D'ARAÚJO, 1982, p. 87).

Mais adiante veremos se Getúlio mantém a tônica conciliatória ou se escolherá seu lado na luta política (ou de classes?) que enfrentará ao longo do governo. Por ora, continuemos em 1951. Começemos por analisar seu discurso do dia 1º de maio: “é o primeiro dia do encontro entre os trabalhadores e o novo governo” (D'ARAÚJO, 2011, p. 676). Getúlio continua a reafirmar sua relação especial com os trabalhadores: “Porque eu não fui estritamente um candidato de partido: fui um candidato do *povo*, um candidato dos **trabalhadores**” (D'ARAÚJO, 2011, p. 676, grifo nosso). Nesse momento é possível sugerir a particularidade ganhando formas de totalidade. Ao que parece, o “povo” se confunde com os “trabalhadores”.

Retomando a discussão acima, a operação hegemônica consiste justamente no momento em que a singularidade assume a totalidade do social (LACLAU, 2013). Neste caso, todas as diferentes demandas presentes na ideia de “povo” são representadas apenas por um dos elos da cadeia da de equivalências, qual seja, o elo das demandas dos trabalhadores, que passam a se confundir com as demandas do “povo”. Além disso, podemos verificar a performance carismática do líder:

Calam-me fundo na alma o desamparo, a miséria, a carestia da vida, os salários baixos, o dinheiro que não chega para as necessidades mais inadiáveis, a luta contra a doença, o desespero dos desvalidos da fortuna e as reivindicações da maioria do povo, que vive na esperança de melhores dias. É profundo, sincero e incansável o meu esforço para atender a esses reclamos e achar solução para essas dificuldades que vos afligem (D’ARAÚJO, 2011, p. 677).

Nesse trecho, identificamos, portanto, um elemento populista comum a todas as dimensões teóricas que vimos até aqui: a relação afetiva entre líder e massas, o sentido deste trecho revela uma preocupação paternal do “pai dos pobres” para com as massas trabalhadoras. Em uma passagem marcada pelo afeto, o chefe da nação busca mostrar que o sofrimento do trabalhador cala fundo em sua alma.

A relação privilegiada de Getúlio para com as massas é conspícua. O presidente chega a fazer um apelo em que mistura alerta com chantagem, instigando o povo à ação política:

Preciso de vós tanto quanto precisais de mim. Preciso da vossa união; preciso que vos organizeis solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo para que este possa dispor de toda a força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas. Preciso da vossa união para **lutar contra os sabotadores**, para que eu não fique prisioneiro dos **interesses dos especuladores e dos gananciosos**, em prejuízo dos interesses do povo. (D’ARAÚJO, 2011, p. 677, grifo nosso).

Do parágrafo acima, ainda no ano de 1951, com apenas 90 dias de governo, podemos perceber sinais claros de populismo no discurso de Getúlio. Há indícios de operação hegemônica quando a palavra “povo” e “trabalhadores” se tornam intercambiáveis. Há a presença da dimensão afetiva, há o relacionamento direto entre líder e massas, há uma contraposição entre os legítimos interesses dos trabalhadores e os ilegítimos interesses dos

“sabotadores” e “especuladores”, que não são apontados de forma específica, mas de forma generalizada, como “inimigos do povo”. Há também o chamado à ação política, que, como vimos, faz parte do repertório populista que objetiva mobilização popular por meio de discursos radicalizados.

Ressalta-se o chamado à organização política dos trabalhadores:

Chegou, por isso mesmo, a hora de o governo apelar para os trabalhadores e dizer-lhes: uni-vos todos nos vossos sindicatos, como forças livres e organizadas. As autoridades não poderão cercear a vossa liberdade nem usar de pressão ou de coação. O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política” (D’ARAÚJO, 2011, p. 678).

O líder popular, de origem elitista, para alarme das elites, continua: “é preciso que os trabalhadores e o povo em geral se organizem em volta do governo como um **grande bloco, forte e coeso**” (D’ARAÚJO, 2011, p. 678, grifo nosso). Subentende-se do trecho, a busca de Getúlio em construir uma aliança sólida com os trabalhadores para disputar a hegemonia social, porquanto não parece estar horizonte do líder vencedor das eleições uma governabilidade complacente, principalmente tendo em vista seu objetivo de assegurar dignidade e direitos às massas trabalhadores em um país historicamente dominado por uma oligarquia reacionária.

Se retiradas de forma aleatória do contexto, tais palavras de incitação à mobilização, em uma conjuntura de Guerra Fria, podem soar à oposição como uma declaração aberta à luta de classes e Getúlio ainda insiste:

E é também esta a única maneira eficiente de o povo defender-se, para não ser explorado, e, como força de opinião organizada, ajudar o governo **a lutar contra os elementos negativos da sociedade** e contra os que não colaboram, os que prejudicam, contra os autores das **fraudes, os sabotadores, os exploradores do povo e seus advogados, ostensivos ou disfarçados** (D’ARAÚJO, 2011, p. 678, 679, grifo nosso).

Estaria aí um nítido discurso de divisão social? Já nos primeiros dias do governo, Vargas começa a proferir discursos radicalizados?

Não há dúvidas de que se trata de um linguajar político radicalizado. Até aqui, é possível identificar claros elementos populistas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma identidade “inimiga do povo”. Há contradições, contudo, tanto no conteúdo do discurso

quanto na prática política de Getúlio, porque a busca pela conciliação ainda persiste. No mesmo discurso, Vargas contemporiza:

As classes produtoras, que realmente contribuem para a grandeza e prosperidade nacional, o comerciante honesto, o industrial operoso e equitativo, o agricultor que fecunda a terra, estes não têm razão para temores nem para inquietações descabidas. Jamais devem rezear a força do povo os que trabalham com o povo e para o povo. O que a lei não protege nem tolera é o abuso, a especulação desenfreada, a usura, o crime, a iniquidade, a ganância de todas as castas de favoritos e de todos os tipos de traficantes, que corvejam sobre a miséria alheia, mercadejam com a fome de seus semelhantes e dão até a alma ao diabo para acumular riquezas, à custa do suor, da angústia e do sacrifício da maioria da população. O que é insuportável é que dentro da sociedade, onde **tudo deve ser harmonia, equidade e cooperação para o bem comum, uns reservem para si todos os benefícios e outros carreguem apenas o fardo das privações e dos sofrimentos**. Queiram ou não queiram ouvir-me os **inimigos do povo**, continuarei proclamando em voz alta que não é possível manter a sociedade dividida em zonas de miséria e zonas de abundância; em que uns dispõem do supérfluo e a outros falta o indispensável para a subsistência; em que uns acumulam para si o mais que podem e outros carecem de roupa, de lar e de pão; em que uns padecem a fome e outros especulam com a fome. É justo que o trabalhador tenha um salário razoável, adequado ao seu padrão de vida, e que dê para sustentar a família, educar os filhos, pagar a casa e tratar-se nas doenças sem precisar de favores nem da caridade pública. É justo que a lei lhe faculte os meios de atingir esses objetivos e que o Estado defenda e garanta a execução de um programa dessa natureza (D'ARAÚJO, 2011, p. 679, grifo nosso).

Trata-se de um discurso populista. É inegável que a linguagem deste texto é radicalizada, além disso está presente a maioria dos “elementos populistas” constantes do quadro 1. Mesmo que o interlocutor direto seja a classe trabalhadora, Getúlio também envia recados à elite. Há conspícua demonização da elite, mesmo quando Vargas ressalta que as classes produtoras “não têm razão para inquietações descabidas”. O presidente não instiga os trabalhadores contra os donos dos meios de produção, mas critica a fração mais gananciosa da “casta dos favoritos”. De todo modo, não seria descabido relacionar trechos do discurso ao famoso slogan comunista presente no manifesto de Marx e Engels de 1848: “Trabalhadores do mundo, uni-vos”.

Porém, após dos ataques contra os “inimigos do povo”, Getúlio busca amainar os ânimos retomando sua ideologia trabalhista de conciliação entre capital e trabalho, que pode ser representada pelo trecho abaixo, mesmo que, ao final, vaticine que o fantasma da rebelião

popular esteja à espreita, pois sugere não precisar exortar ou não conseguir controlar a revolta popular, em uma clara tentativa de encurralar as elites:

Meus propósitos foram sempre o equilíbrio social, a harmonia dos interesses entre classes produtoras e classes trabalhadoras, a concórdia política e a justiça na distribuição dos bens e das riquezas da coletividade. Não preciso incitar o povo à reação nem açular à violência porque o povo sempre sabe quando deve reagir e contra quem deve fazê-lo” (D’ARAÚJO, 2011, p. 683).

A despeito disso, na prática governamental, a composição político partidária e regional do primeiro gabinete, chamado de “Ministério da Experiência” refletirá o esforço do presidente em testar esquemas conciliatórios. Vargas pretendia oferecer à UDN dois ou três ministérios (D’ARAÚJO, 1982), mas o intransigente antigetulismo e o cálculo político da UDN fez com que apenas um integrante do partido assumisse um ministério, João Cleófas, de Pernambuco, que chefiou a pasta da agricultura.

Conforme observamos, a relação privilegiada entre Getúlio e as massas trabalhadores é reforçada ao longo de todo o discurso. A demonstração de preocupação do “pai dos pobres” para com as massas e a crítica aos adversários políticos continua:

Precisam saber de uma vez por todas os **reacionários intransigentes** que estamos vivendo uma fase de democracia econômica e social em que as necessidades básicas de subsistência das **populações obreiras e do povo** em geral devem ser atendidas de forma preferencial e decisiva (D’ARAÚJO, 2011, p. 683, grifo nosso).

Esse é o primeiro discurso do seu governo democrático dirigido às classes trabalhadoras, o que fica claro nas promessas feitas: “Outra providência já determinada pelo meu governo é o aumento do salário mínimo dos trabalhadores em todo o território nacional, aumento que nunca será menor de 50%” (D’ARAÚJO, 2011, p. 681). É um discurso que propugna a organização dos trabalhadores em sindicatos e que busca conscientizá-los acerca de sua função social na ordem estabelecida. Critica-se pesadamente os “inimigos do povo”, ainda que se ressalte os elementos conciliatórios do trabalhismo. Reafirmamos que o pronunciamento de Vargas contém diversos “elementos populistas”: linguagem política é

radicalizada, há apelo afetivo, há o estabelecimento discursivo de uma fronteira social antagônica por meio da constituição de um “Outro social”, “o inimigo do povo” e a parcialidade “trabalhador” busca se constituir na totalidade “povo”.

Passemos então ao discurso de 1º de maio de 1952. A conjuntura será marcada pela aprovação da lei que limita a remessa de lucros ao exterior e pelos conflitos dentro do Exército entre a ala nacionalista e a ala democrática. “Vargas enfrentava um centro desconfiado, implacável oposição da direita e um Exército neutro, na melhor das hipóteses” (SKIDMORE, 1979, p. 113). O governo vai adquirindo contornos mais nacionalistas. Assim, é em 1952 que limita a 10% a remessa de lucros de empresas estrangeiras, que cria o BNDE, que envia a lei da criação da Petrobrás ao Congresso e que recusa a “recomendação” dos EUA de mandar tropas para lutar na Coréia, afirmando que o Brasil não tinha “sangue de cordeiro” para derramar. Mesmo assim, também operacionaliza os trabalhos da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos no ano anterior, o que acarretará fortes críticas dos nacionalistas mais extremados.

Para além dos embates ideológicos, no que concerne a questões materiais, a tensão social aumentava na medida em que a inflação crescia. Se em 1951 chegou a 11%, em 1952 corroeu os salários dos trabalhadores em 21% (SKIDMORE, 1979). A classe operária urbana era a que mais sofria, porque não podia se proteger contra a carestia como parte da burguesia que pode repassar o aumento dos preços para os consumidores. A questão de como os benefícios e sacrifícios do crescimento econômico seriam distribuídos se tornou central. Ao mesmo tempo, o amplamente impopular ajuste econômico recessivo para domar a inflação ia esgarçando os conflitos distributivos.

Retornando ao discurso, mais uma vez o presidente incita os trabalhadores a participarem do governo e da política através dos sindicatos e ainda anuncia seus projetos. Vargas inicia reconhecendo “vós, trabalhadores, aqui no Brasil como em todas as democracias, constituís a imensa e insuperável maioria dentro do povo” (D’ARAÚJO, 2011, p. 712). Curiosamente, diferente do discurso de 1951, em que indicamos uma insinuação de equivalência entre os termos “povo” e “trabalhadores” - o que poderia se constituir em uma operação hegemônica – aqui o presidente começa o pronunciamento evidenciando que os trabalhadores seriam mais um elemento do conjunto “povo”. Nota-se, assim, uma diferença

clara entre os significantes “povo” e “trabalhador”. Porém, o líder nuança ao dizer que os trabalhadores constituem “imensa e insuperável maioria dentro do povo”.

Vargas continua incitando os trabalhadores a terem iniciativa política para participarem do governo. O presidente compara a carência de organização política dos trabalhadores à organização de outras classes e corporações: “O comércio, a indústria, o funcionalismo público, vários grupos de produtores, as classes militares – todos têm os seus líderes influentes, sempre vigilantes na defesa dos seus direitos e dos ideais [...]” (D’ARAÚJO, 2011, p. 713). Mais à frente, Getúlio se jacta de ser um nato protetor da classe trabalhadora, pioneiro em atender a demandas dos proletários: “Talvez seja o Brasil o único país do mundo onde a legislação trabalhista nasceu e se desenvolveu não por influência direta do operariado organizado, mas por iniciativa do próprio governo” (D’ARAÚJO, 2011, p. 714). Essa recordação, contudo, introduz uma precaução: “Mas não podeis continuar dependendo da iniciativa governamental” (D’ARAÚJO, 2011, p. 714).

Os tempos são outros, a forma de governo é outra, a democracia modificou a correlação de forças sociais e, por isso, Getúlio reforça os objetivos da necessidade de organização:

Tendes que consolidar as vossas conquistas de maneira que se imponham a todos os governos, quaisquer que eles sejam. Lembrai-vos de que, hoje, não tendes apenas reivindicações novas a fazer: tendes, sobretudo, um patrimônio de conquistas já realizadas, que deveis preservar [...] (D’ARAÚJO, 2011, p. 714).

Na visão do presidente, o país deverá “escolher entre dois caminhos: o da reforma social voluntária e consciente ou o da violência, que nada constrói” (D’ARAÚJO, 2011, p. 715). Esta disjunção parece se constituir em uma ameaça, um tanto autoritária, porquanto Vargas aparenta sugerir: ou ele (e seu projeto de reforma social) ou a violência que seria o resultado inevitável de uma sociedade iníqua.

E o orador continua, utilizando léxicos bastante relacionados aos da palavra **guerra**: “[...] vos **conclamo**, meus amigos e companheiros, trabalhadores do Brasil: a **batalha da organização**, da **disciplina** intelectual e política da classe operária e da sua *preparação* para participar do governo” (D’ARAÚJO, 2011, p. 716, grifo nosso). Mas não se pode concluir daí que o presidente esteja dividindo a sociedade e tratando de preparar uma **tropa** de trabalhadores para **assaltarem** o poder. O que parece emergir das entrelinhas do discurso é que sem o apoio

maciço da classe obreira, o governo estaria completamente enfraquecido e cercado por reacionários. Continuando, o líder trabalhista – e por que não, em alguns discursos, populista? – acena a diversas classes sociais:

Vossa prosperidade depende também, essencialmente, do **desenvolvimento industrial do país, da organização agrária e do aumento da nossa produção**. Mais produção e mais indústrias significam trabalho mais abundante e mais bem remunerado, mais empregos para todos, melhores salários e melhores padrões de vida. Nesse sentido, meu governo vem envidando todos os esforços, visando o fomento da produção e o progresso econômico do país. Não estamos empenhados em obter a recuperação nacional de maneira apressada ou fragmentária para atender à impaciência dos que esperam milagres ou à má-fé dos que anunciam catástrofes. Queremos assentar o progresso e o futuro do Brasil em bases sólidas e estáveis. Por isso, está o governo elaborando e executando um plano orgânico e sistemático de reaparelhamento econômico tendo como objetivo a expansão da nossa riqueza em benefício de **todas as classes sociais**. (D'ARAÚJO, 2011, p. 716, grifo nosso)

Em um discurso populista não caberia uma frase como essa: “Não queremos a penúria em meio à abundância, nem uma nação dividida entre favorecidos e necessitados”. Ora, como observamos em Laclau (2013), um líder populista necessariamente se apoia em um discurso que explora das divisões existentes no tecido social, por meio do estabelecimento de uma fronteira antagônica e da demonização da elite. Fosse um discurso populista, Vargas provavelmente diria: a nação brasileira hoje se encontra dividida entre favorecidos e necessitados, há penúria em meio a abundância e isso não podemos tolerar, a causa de vossa miséria é a opulência da elite. Getúlio, por outro lado, repete tese cara ao trabalhismo: “O progresso econômico e social só se justifica pela quantidade de benefícios que espalha por **todos** os indivíduos e pelas contribuições que traz ao **bem comum**” (D'ARAÚJO, 2011, p. 716, grifo nosso).

Assim, neste o discurso de maio de 1952, não foi possível identificar claramente elementos populistas. Em comparação ao discurso de 1951, trata-se de uma linguagem mais branda, além de haver menos crítica aos opositores. Continua o clamor para que os trabalhadores se organizem em torno de sindicatos, como historicamente fora enfatizado nos

discursos de 1º de maio. Conforme a teoria uspiana do populismo assevera, Vargas se valia das massas como fonte social de seu poder pessoal. Concordamos neste ponto, mesmo porque não há dúvidas de que se trata de um governo que se equilibra diante de uma série de interesses divergentes, em um verdadeiro “Estado de Compromisso”, sendo a aliança informal com o “povo” fundamental para auferir legitimidade ao governo, blindando-o dos ataques golpistas vindos da UDN.

Por esse motivo, neste discurso, Vargas objetiva contrabalancear os interesses de outras classes frente aos interesses dos trabalhadores. Além disso, os sindicatos representavam um canal de interlocução direto entre Vargas, que tendia a menosprezar a intermediação partidária, e os trabalhadores. O equilíbrio é frágil devido à multiplicidade de interesses da política aliancista. Ressaltamos que a fragilização dos interesses do trabalho nesta balança significaria a fragilização de poder do próprio presidente. Trata-se, portanto, de estimular a organização dos trabalhadores para que o governo não eroda a fonte social de seu poder e também para que as demandas dos trabalhadores não sejam vetadas pelas outras forças. Em nenhum momento neste discurso as massas são incitadas a fustigarem o *establishment* econômico, por exemplo.

Antes de saltarmos para o discurso de primeiro de maio de 1954, ano em que a crise política atinge seu ápice, vale mencionar um aspecto presente neste discurso de 1952. Sabemos que o foco dos discursos de Vargas são os trabalhadores urbanos. Mas é preciso lembrar que mesmo em um contexto urbanização acelerada, o número de habitantes das cidades apenas ultrapassou o número de pessoas que viviam no campo ao longo da década de 1960. Assim, é provável que Getúlio tenha se dirigido principalmente aos trabalhadores urbanos por motivos políticos e eleitorais: 1) devido às alianças que estabeleceu com as oligarquias estaduais desde a época dos interventores; 2) o índice de analfabetismo no campo era bastante superior ao meio urbano e analfabetos não votavam. Mas mesmo assim, neste discurso Getúlio articula as demandas de um ator social até então pouco considerado, os trabalhadores rurais:

Para solucionar o problema do trabalhador rural, torna-se necessário um plano que resolva, paralelamente, as questões atinentes à **reforma agrária**, ao seguro agrário, ao serviço social rural e a uma **legislação específica para o trabalhador dos campos** (D’ARAÚJO, 2011, p. 717, grifo nosso).

Essa tentativa de articulação, contudo, trará um elevado custo político ao presidente. Quando, nos anos seguintes, a crise aumenta, essa tentativa de articular mais equivalências, ou seja, a articulação entre o setor rural e o urbano em torno de trabalhismo, unificará, por outro lado, as forças antigetulistas, como a oligarquia rural – contra os direitos dos camponeses –, a burguesia – contra o aumento do salário mínimo – e o Exército – contra as medidas nacionalistas.

Nesse contexto, a partir de 1953, as tensões se avolumam. Na Câmara, a oposição articula a CPI da Última Hora, baseada nas suspeitas e denúncias de Carlos Lacerda em relação à nacionalidade do jornalista Samuel Wainer, dono do Jornal “A Última Hora” e aliado de Getúlio, o que feria a lei brasileira, que vetava a propriedade de empresas jornalísticas por estrangeiro. Por isso, o próprio Wainer sugeriu a Vargas a instalação de uma CPI, o que se deu em junho de 1953. Antes disso, nas ruas, a insistência de Getúlio em promover a organização dos trabalhadores se volta contra o próprio governo: em 26 de março de 1953 tinha início em São Paulo a greve dos 300 mil que, “como todo movimento popular, tomou as ruas da cidade, enchendo-as com passeatas, manifestações, piquetes” (PEREIRA NETO, 2006, p. 242). A greve representou a grande insatisfação popular frente às condições de vida e à carestia. Pereira Neto (2006, p. 248) estatui: “a greve de 1953 revela a capacidade do movimento operário de tecer outras alianças, conquistar outros compromissos, afirmando, assim, sua capacidade de dirigir um sistema de forças contra-hegemônico”.

Ainda que a greve tenha conquistado reajustes para as principais categorias articuladoras, como os metalúrgicos e têxteis, a reação do patronato não tardou. Por um lado, a burguesia paulista reprimiu o movimento com uma série de demissões punitivas. Por outro, aumentou a desconfiança em relação ao governo, principalmente após a nomeação de Jango para o Ministério do Trabalho em junho de 1953. A partir daí, ficou progressivamente mais difícil para o presidente atender com equidade os conflitos distributivos entre classes antagônicas que compunham a aliança pluriclassista de seu governo.

A nomeação de Jango, negociador e interlocutor privilegiado dos sindicatos, significou uma inequívoca tentativa de o governo se aproximar, ainda mais, dos trabalhadores. Por outro lado, a nomeação causa espécie em setores da burguesia e do Exército. No começo de 1954, por exemplo, Jango propõe um projeto de aumento de 100% do salário mínimo. Não apenas a UDN e a classe proprietária se indignam e passam a acusar o governo de tramar a implantação

de uma “República Sindicalista” no Brasil, como também o próprio Exército se insurge: em fevereiro de 1954, 82 coronéis e tenentes-coronéis da ala conservadora assinam o “Memorial dos Coronéis”, em que reivindicam o reaparelhamento das forças armadas e criticam duramente a proposta de aumento de 100% do salário mínimo, com o argumento de que isso levaria a mais carestia e causaria desprestígio para o Exército, porquanto a equiparação ao salário de um oficial graduado dissuadiria novos recrutamentos pela instituição.

Com a ampla repercussão do manifesto, a oposição civil e a militar retomaram o movimento conspiratório. Inicia-se uma ofensiva oposicionista que articula diversos setores em torno do antigetulismo, que se manifestava na grande imprensa em torno de temas como corrupção, imoralidade administrativa e anticomunismo. Ressalta-se, contudo, que após as repercussões da querela acerca da proposta de aumento salarial proposta por Jango, Getúlio o demite e faz o mesmo com o ministro da Guerra, o general Espírito Santo Cardoso. Nada obstante, o presidente não desiste da proposta de seu antigo ministro do Trabalho. É neste contexto de cerco que Getúlio Vargas se dirige aos trabalhadores em 1º de maio de 1954.

Neste discurso, Vargas anuncia o aumento de 100% aos trabalhadores. Sob cerco, a conciliação se tornara impossível. Getúlio passa a tomar claramente um lado na luta, evidenciando logo no início do pronunciamento a desvantagem dos assalariados frente aos capitalistas no conflito distributivo: “A rápida industrialização e a expansão econômica do país geraram uma acentuada desproporção entre o nosso surto de progresso e o nível dos salários” (D’ARAÚJO, 2011, p. 758). Em seguida, Vargas apresenta dados relacionados à arrecadação do imposto de renda para fustigar a elite: “[o dado] mostra que o aumento da riqueza privada e o vulto dos lucros das classes abastadas estão em contraste chocante com o índice dos salários” (D’ARAÚJO, 2011, p. 758).

Vargas continua a provocar a oposição e a imprensa com o argumento de que os mesmos que denunciam, por “[...] convicção ou por espírito de oposição sistemática, que o custo de vida aumentou assustadoramente [...]” (D’ARAÚJO, 2011, p. 758) deveriam reconhecer a necessidade da elevação dos salários. Quanto à imprensa em particular, ironiza, expondo sutilmente o conflito de interesses entre os jornalistas e os donos das redações: “As publicações jornalísticas sobre o encarecimento da vida estão fornecendo preciosos subsídios aos estudos do Ministério do Trabalho para melhorar os salários profissionais dos trabalhadores da imprensa” (D’ARAÚJO, 2011, p. 758). Antes de passar a

enfileirar ações do governo direcionadas à classe obreira, o presidente também reconhece o ex-ministro do Trabalho João Goulart, “como um incansável amigo e defensor dos trabalhadores, que se desvelou dia e noite nos seus esforços para atendê-los” (D’ARAÚJO, 2011, p. 759). Mais à frente, especularemos acerca dos eventuais desdobramentos políticos deste trecho em específico.

O pronunciamento segue um tom de prestação de contas às massas trabalhadoras, destinatárias do discurso: “As dívidas que contraí com o povo estão sendo resgatadas” (D’ARAÚJO, 2011, p. 762). Enquanto se enumera conquistas legislativas relacionadas a aspectos ligados à moradia e previdência para os trabalhadores urbanos, há vagas promessas destinadas aos trabalhadores rurais e, em nenhum momento, o presidente menciona o termo “Reforma Agrária”, como fez em 1952. Nada obstante, ataca oponentes: “Não me perdoam os que me queriam ver insensível diante dos fracos e injusto com os humildes” (D’ARAÚJO, 2011, p. 762), enquanto reforça sua posição: “Continuo, entretanto, ao vosso lado. Mas a minha tarefa está terminando e a vossa apenas começa” (D’ARAÚJO, 2011, p. 762).

Até o momento não encontramos elementos que podem caracterizar esse discurso como populista, em que pese seu tom paternalista. Mais adiante, contudo, quando reforça, mais uma vez, um padrão presente em diversos discursos dirigidos aos trabalhadores, que é um clamor pela necessidade de organização, Getúlio ousa: “Não tendes armas, nem tesouros, nem contais com as **influências ocultas** que movem os **grandes interesses**. Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências, é preciso unir-vos e organizar-vos” (D’ARAÚJO, 2011, p. 762, grifo nosso). Neste trecho, Vargas revela um entendimento da realidade bastante caro a diversos populistas, qual seja, a compreensão de que as “influências ocultas” são as que detém verdadeiramente o poder da nação. Se a elite (grandes interesses) é movida por essas **forças obscuras** (possivelmente alienígenas), que conservam o poder real da sociedade, aos trabalhadores só restaria a união, a organização, o combate, se não quiserem retroceder nos direitos conquistados.

Getúlio então estabelece uma clara fronteira antagônica. De um lado, “os afortunados” e do outro, uma classe trabalhadora desorganizada, dividida e explorada, cuja única saída para dirimir a exploração é se unir em torno do líder para, eventualmente, tomar o poder: “Constituí a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo” (D’ARAÚJO, 2011, p. 40). É possível aqui resgatar o discurso rousseauiano, também típico de líderes

populistas, relacionado à soberania popular. Assim, a vontade da maioria seria soberana frente aos interesses do grupo social “degenerado”. Pela primeira vez nos discursos até aqui analisados não há qualquer referência à ideologia trabalhista de harmonia entre as classes, que ressalta a importância da classe produtora para gerar mais emprego e renda junto com a classe trabalhadora. Por esse motivo, a questão da divisão social fica mais explícita. O encerramento do discurso é um apelo para a luta em tom motivacional: “Trabalhadores, meus amigos, com a consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter” (D’ARAÚJO, 2011, p. 763).

Nessa altura do ano de 1954, o cerco ao presidente se consolida progressivamente. A ausência de menção positiva à classe produtora, algo até então inédito nos discursos analisados, reforça a tese de que, sob o cerco, Getúlio abandona, forçadamente, a política do compromisso para assumir os riscos de estreitar ainda mais fortemente seus laços com os trabalhadores. O anúncio de concessão de 100% de aumento salarial aos trabalhadores é um passo ousado tendente a desequilibrar a balança de interesses na qual Getúlio sempre equilibrou com exímia habilidade. O impacto negativo do anúncio sobre a burguesia e os militares é uma consequência lógica. Soma-se a isso a verborragia apocalíptica da UDN presentes tanto na imprensa quanto no Congresso acusando o governo de tramar com Perón, o estabelecimento de uma República Sindicalista no Brasil. Em abril de 1954, João Neves da Fontoura, outrora aliado de Getúlio, anuncia à imprensa a ter tomado ciência de um acordo secreto entre Vargas e Perón, que pretendia implantar uma República Sindicalista no Brasil, o chamado “Pacto ABC”. Assim, o apoio da classe trabalhadora era uma questão de sobrevivência para o governo. Apoio este que não era automático: devemos lembrar da Greve dos 300 mil na Cidade de São Paulo no ano anterior, que durou 27 dias.

Ao dizer: “Não deveis esperar que os mais afortunados se compadeçam de vós, que sois os mais necessitados” (D’ARAÚJO, 2011, p. 763), o presidente está instigando a união dos trabalhadores, que são a maioria social, para “consolidarem e aperfeiçoarem” as conquistas sociais iniciadas ainda na Revolução de 30. Conclui-se daí que a sociedade não era tão harmônica assim, que era entrecortada por diversos interesses conflitantes e antagônicos, que a carência de organização política poderia levar os trabalhadores a perderem suas conquistas. Quando diz “Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituíis a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo”

(D'ARAÚJO, 2011, p. 40), Getúlio aponta para a contradição de uma sociedade dividida em classes, em que a grande maioria social de uma democracia, mais política que econômica, só pode manter suas conquistas por meio da conscientização de classe e do voto, em um horizonte de enfrentamento político, cuja união e a politização são condições necessárias ao seu fortalecimento como classe trabalhadora.

Obviamente, Getúlio é um representante do sistema, cuja origem social remete aos grandes estancieros gaúchos. Não se trata de um líder revolucionário objetivando desmoronar o *status quo*. Nesse sentido, podemos notar nesse discurso certa acomodação, porque os trabalhadores são incitados a se organizarem dentro dos marcos democráticos formais. Percebemos assim, que mesmo em meio a uma aguda crise política, ao pronunciar que o grande poder dos trabalhadores repousa no sufrágio, Vargas se mantém fiel aos preceitos do liberalismo político, ainda que sempre tenha criticado a insuficiência e os engodos de uma democracia apenas política e não econômica. Mas isso não quer dizer que sua origem social impossibilitava a representação genuína dos anseios populares. Praticamente todas as conquistas sociais e econômicas das classes trabalhadoras têm nas lutas de Getúlio Vargas sua origem. A lealdade popular para com o líder está presente tanto na votação das eleições de 1951 quanto na comoção generalizada em torno de sua morte.

O marxismo uspiano à época não admitia essas contemporizações. A teoria do populismo aponta para manipulações dos líderes populistas porque esperava um espraiamento de conceitos como “exploração” e “revolução” que deveriam vir da própria classe trabalhadora, sem mediações. Os uspianos viam apenas massas alienadas por governantes com discursos “entorpecentes” e práticas enganadoras, que as desviavam de sua perspectiva revolucionária, atrasando a inevitável Revolução. Mas como a sociologia paulista, para quem a capacidade de manipulação dos líderes populistas era tão inesgotável quanto à alienação da classe obreira, explica as greves e as lutas da classe trabalhadora no decorrer da República Liberal? Leal, sobre as lutas dos trabalhadores, aclara:

Ocorre que as passeatas simbolizavam a negação dos fundamentos do “pacto populista” e da “ideologia da outorga” - portanto, de toda a ordem social-, na medida em que denunciavam a insatisfação popular com as condições de vida e a decisão de não esperar por dádivas e sim lutar por conta própria – autonomamente – o que revelava sentimentos de insatisfação e de rebeldia e não de gratidão e passividade (PEREIRA NETO, 2006, p. 246).

Para nós, o período demonstra enorme complexidade das experiências das classes obreiras em uma mistura justaposta de sentimentos de insatisfação, rebeldia, gratidão e passividade que se alternavam de acordo com as imposições da realidade material imediata. A insistência de Getúlio em clamar pela organização da classe trabalhadora revela em si as dificuldades de organização desta classe para fazer frente aos interesses das “classes abastadas”. Não existiu, portanto, um alinhamento automático entre os trabalhadores e Getúlio, mesmo porque essa foi uma relação longamente construída, que se iniciou simbolicamente com a criação do “Ministério da Revolução” em 26 de novembro de 1930.

No discurso em tela, Getúlio, mais uma vez, presta contas aos trabalhadores: “As dívidas que contrai com o povo estão sendo resgatadas” (D’ARAÚJO, 2011, p. 762), revelando uma relação de confiança e de cálculo. Porém, as circunstâncias do discurso exigem um esforço a mais: “Não tendes armas, nem tesouros, nem contaís com as influências ocultas que movem os grandes interesses [...]. União e Organização devem ser o vosso lema” (D’ARAÚJO, 2011, p. 762). Nesse trecho, Getúlio interage diretamente com os trabalhadores e indiretamente com a elite. Afinal, ao destacar que a saída para os trabalhadores é organização política dentro dos marcos legais, Getúlio sugere que a violência também está à espreita: “Não tendes armas”. Mas e se tivessem? Vargas parece mandar um recado para as elites do tipo: “percebam, sou um líder moderado, consigo segurar as massas. Sem eu, elas podem descambar pra violência”.

Acima vimos que, ainda com 90 dias de governo, no 1º de maio 1951, Getúlio já adota um discurso radicalizado, com diversos elementos populistas. A menção às “classes produtoras, que realmente contribuem para a grandeza e prosperidade nacional”, não é suficiente para dissimular o discurso de demonização da elite. Curiosamente, entretanto, se em 1951 Getúlio menciona diversas vezes a palavra “povo” e chega a intercambiá-la com o significante “trabalhador”, construindo a operação hegemônica típica do populismo, no 1º de maio de 1954 não opera o intercâmbio entre a palavra “povo” e “trabalhador”. Ainda assim, observamos diversos elementos populistas presentes no discurso, como a demonização da elite, o estabelecimento de uma fronteira antagônica e o chamado à organização popular por meio de uma linguagem dura.

De maio a agosto de 1954, não há trégua para o governo. Espreado pelas redações dos grandes jornais, pelas classes médias, pelas forças armadas, pelas burguesias e

oligarquias, o discurso golpista da UDN se propaga progressivamente na sociedade. Erros táticos do governo e fatos imprevisíveis oferecem munição extra à oposição. A tentativa de assassinato do arquirrival de Getúlio, Carlos Lacerda, foi, literalmente, o estopim. O tiro que acertou o pé de Lacerda – e que matou seu segurança, o major da Aeronáutica Rubens Vaz – ricochetou no coração de Getúlio, porque as investigações realizadas pela “República do Galeão” provaram envolvimento da guarda pessoal do presidente no atentado. Cercado por todos os lados, inclusive por seu vice, Café Filho, e pelos generais que exigem sua renúncia, Getúlio então cumpre sua promessa de sair apenas morto do Palácio do Catete. E se suicida na manhã de 24 de agosto de 1954.

O tiro de Getúlio Vargas “mata” a UDN. As eleições seguintes, por exemplo, serão vencidas por um aliado de Getúlio, Juscelino, do PSD. A repercussão imediata da morte cala fundo na alma popular. O povo, condoído e revoltado, desce do morro e aproveita o cortejo fúnebre para destruir os veículos de imprensa antigetulista. Carlos Lacerda, por exemplo, precisou fugir às pressas para o exterior devido a ameaças a sua integridade. Mais importante, contudo, é a carta-testamento de Getúlio, que junto com a carta do descobrimento do Brasil de Pero Vaz de Caminha podem ser considerados documentos importantes da história do Brasil. A carta tem um teor martirizante (a palavra “sangue”, por exemplo, aparece diversas vezes no texto), um tanto piegas e religioso (é possível captar a intenção de Getúlio em traçar um paralelo entre seu sacrifício em nome do povo e o sacrifício de Cristo em nome da humanidade). Mas vai além.

Buscaremos identificar a eventual existência de elementos populistas presentes na carta para evidenciar a constante radicalização discursiva de Vargas no decorrer de seu mandato na República Liberal. Destaca-se, apenas a título de curiosidade, que se a palavra “povo” aparece uma única vez no discurso aos trabalhadores de 1954, aqui se torna a palavra de mais repetida ao longo do texto. A primeira frase da carta é sintomática: “Mais uma vez as forças e os **interesses contra o povo** coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim” (D’ARAÚJO, 2011, p. 772, grifo nosso). Aqui, Getúlio evidencia uma sociedade atravessada por uma fronteira social antagônica entre um **povo** e uma **elite** representada pelas “forças e interesses contra o povo”. Logo de início, portanto, a carta apresenta um linguajar claramente populista. Getúlio continua:

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios” (D’ARAÚJO, 2011, p. 772).

Como vimos, a concessão de 100% de aumento do salário mínimo não só implodiu o pacto pluriclassista que Getúlio manuseava com habilidade, como também atçou a articulação dessas classes em torno do golpismo udenista. Reforçando a compreensão populista de que existem “forças obscuras” a irem de encontro aos interesses do povo, Getúlio compreende que a aliança entre interesses do grande capital internacional (“Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano”) e a elite interna foi fatal para as demandas populares: “Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o **povo brasileiro**, eu ofereço em holocausto a minha vida” (D’ARAÚJO, 2011, p. 772-773, grifo nosso).

Já ao final, Vargas estatui: “Mas esse **povo**, de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém” (D’ARAÚJO, 2011, p. 773, grifo nosso). Na carta, Getúlio abandona qualquer referência à harmonia de todas as classes pressuposta pela ideologia do trabalhismo para reforçar sua ligação com um povo historicamente escravo e explorado tanto pelo capital internacional quanto pela elite interna: “Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo” (D’ARAÚJO, 2011, p. 773). Assim, podemos dizer que é o nacionalismo e não o trabalhismo que se articula com a linguagem populista presente na epístola. Afinal, Getúlio deu ao povo brasileiro sua vida: “Eu vos dei a minha vida”. De acordo com a concepção de Mudde e Kaltwasser (2017), vimos que o populismo é uma ideologia hospedeira. A ideologia trabalhista tende a ser incompatível com o populismo pelo mesmo motivo que o termo “populismo” é impróprio para caracterizar a política da República Liberal: onde há busca por conciliação social não pode haver populismo, que pressupõe precisamente a ideia de divisão social.

Finalmente, ao dizer que “Meu sacrifício vos manterá unidos [...]” (D’ARAÚJO, 2011, p. 773), podemos observar Getúlio realizando uma operação populista no sentido de Laclau. Primeiro, o estadista racha a sociedade entre o povo e as “aves de rapina” (ou inimigos da pátria, consoante o populismo nacionalista), induzindo, em consequência, à demonização da elite. Essa movimentação discursiva serve para homogeneizar diversas demandas em torno do “inimigo comum”. Assim, o “povo” de Vargas engloba não apenas os trabalhadores dos

mais diversos ofícios, como também todas as pessoas beneficiadas de algum modo pelas reformas sociais tocadas pelo presidente ao longo de 20 anos e também todos aqueles que ficaram de algum modo sensibilizados pelo seu “sacrifício”. O significante vazio que construirá a identidade hegemônica, que unificará o campo popular por expressar e constituir a cadeia equivalência (LACLAU, 2013), será seu próprio nome, **Getúlio Vargas**: “[...] e meu nome será a vossa bandeira de luta” (D’ARAÚJO, 2011, p. 773).

Realizamos análises de um exíguo conjunto de textos, mas que compreendem tanto o marco inicial (discurso de posse) quanto o marco final (carta-testamento) do governo de Getúlio Vargas. Logo em 1951, ao analisarmos o discurso de 1º de maio, capturamos elementos populistas presentes no texto e, por consequência, identificamos a presença de um discurso populista. Mas há nuances. Ao mesmo tempo que Getúlio atacava as elites e formatava uma concepção de sociedade dividida por interesses irreconciliáveis, ele ressaltava a importância das classes produtoras para o desenvolvimento nacional. Assim, pode-se dizer que a presença da ideologia trabalhista atenuava a radicalidade do discurso de divisão social. E, para além do discurso, ressaltamos a busca de Vargas pela conciliação no âmbito governamental. Por outro lado, se em 1952, a ideologia trabalhista domina o discurso, não se pode concluir o mesmo do discurso de 1954, em uma conjuntura de cerco ao governo.

No 1º de maio de 1954, Getúlio ainda de maneira mais explícita que em 1951, toma lado e busca preparar suas “tropas” para o acirramento da disputa política e social que seu governo atravessa. Para tanto, primeiro proporciona a motivação de sua base social por meio da concessão de aumento do salário mínimo em 100%. Depois reforça seus vínculos com a classe por meio da apresentação de um histórico de conquistas alcançadas e de novas promessas. Depois, veladamente, ameaça, dizendo que sem organização e união todas as conquistas poderiam estar comprometidas. Getúlio sabe que a partir desse momento, não há mais “Estado de Compromisso”, porque as elites que gravitavam em torno do governo passam para a oposição. Portanto, o presidente precisa assegurar a coesão de sua base para não assistir passivamente ao colapso de seu governo, o que ocorrerá poucos meses depois, com seu suicídio.

Já na carta testamento, sem as amarras de quaisquer compromissos, com a conspícua intenção de reforçar seu legado e de alterar completa e imediatamente a

correlação de forças políticas do período, Getúlio expõe um discurso político populista, radicalizado, com a ideologia nacionalista suplantando o trabalhismo do estadista.

A seguir buscamos compreender a conjuntura que permitiu certa ascensão política do conservadorismo no Brasil, em particular da UDN, mas verdadeiramente consubstanciada na eleição de Jânio Quadros em 1960, seis anos após o suicídio de Getúlio Vargas. O conceito de populismo e de antipopulismo também será abordado. Sobretudo, nos debruçaremos sobre o discurso de posse de Carlos Lacerda quando ele assumiu o governo da Guanabara em 1961.

3.3 POPULISMO DO UDENISMO⁷

3.3.1 Antipopulismo, populismo liberal ou populismo anticomunista?

Sem uma incursão no discurso udenista, qualquer tentativa de se discutir o populismo na República Liberal seria falha. Nada obstante, devido à pluralidade e às contradições discursivas e práticas próprias do udenismo, é impossível falar em um “discurso udenista” unificado. Ainda que as ambiguidades do liberalismo, as características do moralismo, do elitismo e do autoritarismo sempre tenham marcado forte presença na herança, na prática e na imagem da UDN (BENEVIDES, 1981), é prudente ressaltar a pluralidade de discursos e de práticas do partido. Apenas como exemplo dessas ambivalências, devemos citar o apoio do partido ao monopólio estatal do petróleo. Sobre essas ambiguidades, Jorge Chaloub assevera:

Pode-se certamente falar de udenismos, de distintas manifestações deste estilo de pensamento, de modo que os pensadores a ele vinculados possam guardar divergências e adesões distintas em relação a características do udenismo já expostas, embora todos possam ser a ele remetidos. A ideologia define-se de tal modo que não pode ser absolutamente identificada com nenhuma dessas figuras, mas retrata, parcialmente, todas. O udenismo é uma construção vinculada aos diversos discursos de seus membros, mas distinta de cada um deles, uma vez que capta o comum, as semelhanças, não as divergências (CHALOUB, 2013, p. 300).

⁷ Consideramos o termo “udenismo” mais apropriado para evidenciar que, sendo um conjunto de valores e de práticas políticas particulares, uma variante do pensamento o liberal, o udenismo transborda os limites do partido UDN. Ver Chaloub (2013).

Tendo isso em mente, e retornando às origens do partido, formado inicialmente como uma frente ampla, que congregava lideranças dos mais diversos espectros ideológicos reunidos, sobretudo, em torno da bandeira do antigetulismo, precisamos, nada obstante, escolher um pronunciamento político de alguma liderança da UDN para perscrutarmos os meandros do discurso udenista à luz do populismo.

Mas antes de justificar a escolha do texto selecionado, devemos discutir o porquê da necessidade de se analisar um discurso udenista neste trabalho. Na realidade, não há apenas uma, mas algumas razões que nos impelem a essa análise. Primeiramente, a UDN foi o partido que efetivamente polarizou com os governos ditos “populistas” ao longo de toda a República Liberal. O segundo motivo é uma consequência deste. Não apenas udenistas, como também analistas como Maria Victória Benevides e Otávio Dulci consideram a UDN como um partido “antipopulista” por excelência. Otávio Dulci argumenta em favor deste rótulo:

A UDN [...] aparece historicamente como portadora de um projeto político alternativo ao que orientava o Estado Populista: um projeto de natureza liberal, elaborado a partir de uma visão essencialmente crítica do Populismo. Chamar-lhe-emos de projeto *antipopulista*. Era um ponto de referência para a oposição ao sistema, cuja tradição prática variava de acordo com a dinâmica interna da UDN. [...] O projeto antipopulista relacionava-se com um conjunto de setores sociais que, vistos em conjunto, constituiriam um somatório de interesses antitético à coalizão populista (DULCI, 1986, p. 30).

Esta definição de Dulci pressupõe a aceitação do conceito de populismo desenvolvido pela escola paulista. Mas antes de discutirmos essa questão à luz das dimensões teóricas analisadas até aqui, é mister verificar o modo como o autor desenvolve o conceito. De acordo com ele, o antipopulismo deve ser abordado por meio de dois ângulos específicos, quais sejam, como projeto político institucional e como projeto de desenvolvimento. O primeiro ângulo se relaciona ao objetivo de se atingir o liberalismo na vida social. Nesse caso, a defesa de dois pontos se torna central para o programa antipopulista: a defesa da liberdade individual e das instituições representativas. Em relação a este último ponto, porém, o autor adverte: “a defesa que se fazia do formato institucional tendia a reproduzir a tônica elitista da organização política anterior a 1930” (DULCI, 1986, p. 39). Assim, uma consequência prática destes aspectos programáticos será uma visão negativa do “regime populista”, criticado como corruptor da democracia. A crítica é sobretudo moral: contra a

demagogia, a corrupção e o nepotismo, considerados pelos udenistas elementos intrínsecos ao “getulismo”.

No que concerne ao apego às “instituições representativas”, contudo, ao longo da República Liberal, não foram raras as vezes que o partido (liberal!) apoiou ações contra essas mesmas instituições, buscando “violar a democracia para melhor salvá-la” (BENEVIDES, 1981, p. 185). Wanderley Guilherme dos Santos, apontando para a existência no partido de diferentes correntes, uma que vocalizava a doutrina liberal e outra que pregava o autoritarismo instrumental para se chegar a um liberalismo político, ratifica a contradição:

De 1945 a 1964, a UDN e seus aliados doutrinários, o Partido Liberal (PL) e o Partido de Representação Popular (PRP), tentaram evitar que os presidentes eleitos assumissem o poder. Quando não conseguiam, tentavam forçar a intervenção militar para que os presidentes fossem derrubados. Era, portanto, um partido subversivo, cuja liderança conspirava o tempo todo e que não considerou impróprio participar de um governo militar, como aconteceu depois da intervenção de 1964 (SANTOS, 1978, p. 84).

Aos setores da UDN que admitiam a legitimidade da República Liberal caberia, portanto, restaurar um sistema apodrecido por meio da moralização dos costumes políticos, trazendo para a República um conjunto de valores saneadores como, por exemplo, a probidade, a integridade, a honorabilidade, que, por sua vez, seriam praticados por homens de superioridade moral e intelectual (DULCI, 1986). Por seu turno, no que concerne ao projeto de desenvolvimento econômico, os antipopulistas seguem princípios liberais ortodoxos. Equilíbrio fiscal, controle inflacionário, privatizações e permissividade à entrada de capitais estrangeiros estão no cerne dos axiomas econômicos mais valorizados pelo udenismo. Em consequência, combatiam políticas nacionalistas e protecionistas, além da oposição perene às reivindicações dos assalariados. Quanto à administração pública, os antipopulistas se filiam à ideologia tecnocrática, “combatendo as interferências políticas que se cruzavam na esfera decisória [...]. Valorizava-se a neutralidade, que seria própria da abordagem técnica” (DULCI, 1986, p. 45).

Em resumo, pode-se filiar o antipopulismo a alguns dos ideais do liberalismo político e, principalmente, econômico. Sobretudo, é um conjunto de ideias que antagoniza com as do, assim considerado, “Regime Populista”. Contudo, não consideramos o termo apropriado para descrever um conjunto basilar de valores caros à UDN. Isso porque anteriormente também

combatemos o termo “populismo” como caracterizador dos governos trabalhistas da República Liberal. Assim, se negamos o termo populismo para descrever a política da República Liberal, por simetria, devemos negar o termo “antipopulismo” para descrever os opositores dos governos dito “populista”. Retomemos a crítica ao conceito de populismo forjado pela escola paulista, citando as razões que nos levaram a essa conclusão, para aclarar esse aspecto.

Em primeiro lugar, questionamos a pressuposição da escola paulista de que as massas na República Liberal se caracterizariam pela passividade. Com Pereira Neto (2006) perpassamos diversas greves e piquetes durante os anos 1950. Além disso, analistas são unânimes em ratificar a intensa participação política das massas principalmente no início da década de 1960. Com isso, podemos invalidar o argumento da passividade. Decorrente deste argumento, podemos também questionar a validade da ortodoxia marxista dos sociólogos paulistas, que acreditavam no determinismo histórico da Revolução das massas trabalhadoras, que em algum momento, obrigatoriamente, tomariam o poder, mesmo após o golpe militar. Sobre isso, retomemos a crítica de Daniel Aarão a Ianni e sua tese do colapso do populismo:

[...] (Ianni) imaginou que a asfixia das massas (em razão da repressão da ditadura militar) teria a virtude de libertá-las de suas ilusões. Nas novas condições, a dialética da *asfixia libertadora* iria transformar as *massas* em *classes sociais* empurrando-as para a luta revolucionária e pelo socialismo (REIS, 2001, p. 358).

Outrossim, o “populismo” dos ideólogos uspianos negligenciou o senso de cálculo retorno-benefício nas ações das classes trabalhadoras. Ou seja, não se constituindo como classe para formularem propostas socialistas revolucionárias, os trabalhadores seriam apenas massa manipulável, peças do joguete político nas mãos de outras classes. Sobre isso, ressaltamos acima o trabalho de Ângela de Castro Gomes e sua tese sobre a “Ideologia da Outorga”, que se consubstanciou na relação de compromisso entre Getúlio e as massas. Grosso modo, o apoio político das classes trabalhadoras ao estadista se configurava em reconhecimento dessa classe para com os benefícios adquiridos por ela, oriundos das políticas trabalhistas tocadas pelo governo, indo muito além, portanto, da mera manipulação do líder carismático sobre massas alienadas, como concluiu a escola paulista. Ademais, sugerimos e tentamos comprovar tanto as origens da indisposição dos intelectuais paulistas para com

Getúlio como também a militância política destes atores contra os “populistas”, ou seja, contra tudo o que o getulismo representou.

Além de tudo isso, acrescentamos, por meio das vertentes teóricas analisadas, que o conceito de populismo está diretamente relacionado às ideias de divisão social, de demonização de uma elite e, assim, da edificação simbólica de uma fronteira social que separa “o povo” de um lado e “a elite”, do outro. Ora, em tudo esse conceito parece se distanciar daquilo que efetivamente se passou na República Liberal. Os ideais do trabalhismo como harmonia social e entendimento entre capital e trabalho inclusive justificavam moralmente o conceito de “Estado de Compromisso” forjado pelos uspianos. Ainda assim, como verificamos, nos momentos mais críticos a “conciliação” foi substituída por discursos essencialmente populistas. Mas mesmo que nestes momentos o discurso populista tenha sido articulado funcionalmente, como recurso de mobilização social contra adversários políticos, reforça-se que constantes tentativas de conciliação pluriclassista predominaram ao longo de todo o período.

Portanto, todas as razões apontadas nos levam a rejeitar a alcunha de “populismo” como conceito chave para se explicar a política da República Liberal. Concordamos com Daniel Aarão e Ângela de Castro Gomes, por exemplo, que o termo “trabalhismo” seria mais apropriado para descrever as políticas nacionais-estatistas dos líderes petebistas. Em consequência, o termo “antipopulismo” também deve ser considerado insuficiente para se descrever o elitismo, o moralismo e, principalmente, o “liberalismo” típico do udenismo.

Se considerássemos o antipopulismo como um conceito suficiente para descrever um conjunto de ideias caras à UDN, seria contraditório analisar o discurso de alguma liderança “antipopulista” sob a perspectiva do populismo, como expomos. Ou será que em diversos pronunciamentos os udenistas não se valeram de dispositivos como a radicalização da linguagem, a demonização da elite (nesse caso a elite política), a ideia de divisão entre “nós” e “eles” e da ideia de se formar um “povo” para lutar contra o *establishment*? Ora, todos esses são “elementos populistas” que se consubstanciam em um discurso populista. Portanto, como seria possível que, ao mesmo tempo, líderes antipopulistas proferissem discursos populistas? Mas antes de discutirmos a questão específica do “discurso populista”, cabe ainda mencionar práticas populistas levadas a cabo pela UDN na disputa pelo poder, como Benevides esclarece:

Elitista o partido (nacional) se mantém — mas a sedução populista (as "caravanas da liberdade", o "caminhão do povo", a vassoura janista) identificava à UDN como um partido para o qual a conquista do poder (em que pese sua alegada inapetência pelo exercício da *res publica*) era tão importante quanto para os outros partidos (BENEVIDES, 1981, p. 217).

Mas voltando à questão específica da linguagem populista, entendemos que discurso populista pode hospedar as mais diversas ideologias, desde que haja certa compatibilidade entre os preceitos da ideologia hospedeira e as ideias de divisão social e de demonização de uma elite, por exemplo. Acima de tudo, o discurso populista se materializa em um linguajar político radicalizado que, em momentos de crise de hegemonia, precisa “funcionar”, transformando indivíduos em sujeitos políticos por meio de uma ampla mobilização em torno de um projeto político que disputa a hegemonia social. É a linguagem a serviço da formação de uma maioria social e, por consequência, política. Ao se valer dessa linguagem radicalizada, típica do populismo, o líder busca alcançar seu intento, se sobrepôr em um contexto de crise, formar sujeitos que apoiem seu projeto, ou seja, busca dotar a linguagem de eficácia prática para vencer a disputa hegemônica pelo poder.

E é precisamente a acirrada disputa entre projetos antagônicos que caracteriza toda a política da República Liberal. De um lado, o projeto nacional-estatista popular, ou trabalhismo, de outro, o projeto liberal, moralista, elitista, associado ao capital estrangeiro característico da oposição udenista. Ianni caracteriza com precisão essa disputa que se deu entre o “modelo getuliano” e o “modelo de desenvolvimento combinado” (IANNI, 1968, p. 54). Reforçamos, assim, que não se tratou de uma disputa entre populistas e antipopulistas, porquanto ambos projetos se valeram de discursos populistas na disputa pela hegemonia e a principal disputa do jogo político girava em torno das bases em que assentariam o desenvolvimento econômico e social da nação.

A disputa, portanto, se deu entre um projeto de cunho nacionalista e popular e um projeto liberal, elitista, moralizador e associado ao capital externo. Curiosamente, a exacerbação da disputa, a radicalização política e a polarização social não culminaram na vitória de um projeto sobre outro, porque a ditadura militar, ainda que respaldada maciçamente pelos udenistas, apoiou-se em valores caros a ambos projetos, como o nacionalismo e o estatismo no âmbito da economia e da política externa e, por outro lado, o moralismo, o

combate ao “comunismo” e à corrupção e a promoção da abertura para o capital externo, principalmente no primeiro governo golpista.

Continuando, se indicamos a eventual contradição em se caracterizar líderes udenistas como antipopulistas, porque é possível que tenham se valido de dispositivos populistas em pronunciamentos, insta, agora, analisar um discurso de um líder udenista, para eventualmente encontrar nele traços populistas. Escolhemos analisar um discurso de Carlos Lacerda. Ressalta-se que não queremos com isso reduzir a amplitude e a diversidade discursiva e prática da UDN a um discurso de um membro. Mas sim analisar um discurso de um destacado líder do partido.

Entre diversas outras lideranças, podemos distinguir a importância de Afonso Arinos de Melo Franco e de Carlos Lacerda como legítimos representantes do udenismo, mesmo que tenham estilos completamente diferentes. E essa questão relacionada ao estilo importa para nossos propósitos. Chaloub sugere dois estilos de udenismo, o pedagógico, representado por Arinos, e o conflitivo, representado por Lacerda: “o conflitivo insere as elites no enfrentamento político e toma o confronto com o inimigo como a essência do embate político” (CHALOUB, 2013, p. 294).

Em Lacerda, portanto, devido ao seu estilo de combate político, é mais razoável que identifiquemos “os elementos populistas” na análise de seu discurso. Outrossim, Lacerda é presença central nos momentos mais críticos da República Liberal, primeiro participando diretamente dos acontecimentos que levaram Getúlio ao suicídio, depois das articulações para a derrubada de Jango e, posteriormente, se voltando contra a ditadura por meio de uma frente ampla com os arqui-inimigos de outrora, JK e Jango. Ademais, ao longo do tempo, o “lacerdismo” vai ganhando progressivamente maior projeção dentro do partido até se tornar o cotado favorito para a disputa pela Presidência da República que ocorreria em 1965: “A Convenção da UDN foi marcada para abril [de 1964] e o nome de Lacerda era o mais provável para a indicação como candidato à presidência da República” (SKIDMORE, 1979, p. 333).

Antes, em 1960, quando da transferência da capital federal para Brasília, já mirando nas eleições presidenciais, Lacerda se candidata e se elege Governador da Guanabara, seu primeiro cargo no Executivo. Por esse motivo, buscando sua viabilização como candidato, o indomável golpista dos anos 1950, 1954 e 1955 se afasta momentaneamente deste

“autoritarismo instrumental”, por cálculo político, para finalmente se cacifar para disputar em seguida as eleições para a presidência da República que ocorreriam em 1965. Tendo esses aspectos em mente, analisamos seu discurso de posse como governador.

Acima analisamos o discurso de posse de Getúlio Vargas como presidente em 1951. O discurso de posse de João Goulart, posteriormente à renúncia de Jânio, no ano de 1961, também será objeto de análise na próxima seção. Em nome da simetria, portanto, também discutimos o discurso de posse como governador da Guanabara, do líder udenista, já que há grandes diferenças entre discursos parlamentares, que normalmente versam sobre acontecimentos particulares, para seus respectivos eleitores, e discursos de chefes do Executivo, que falam, mais comumente, ao “povo” sobre assuntos mais gerais. De alguma forma, Lacerda também está falando à nação, já que considera o governo da Guanabara a principal vitrine para se legitimar como o candidato à sucessão de Jânio, a quem apoiou com entusiasmo durante toda a campanha presidencial de 1960.

Diante desse arrazoado, passamos a analisar o discurso de posse do mais virulento líder da oposição udenista, antigetulista infatigável, apodado de “o corvo da Guanabara” pelos inimigos, herói ainda hoje das direitas, o demolidor de presidentes, Carlos Lacerda.

3.3.2 Discurso de posse: populismo anticomunista

O pronunciamento de posse de Carlos Lacerda como governador do Estado da Guanabara se dá em 5 de dezembro de 1960. No mesmo ano, Jânio Quadros, lançado pelo próprio Lacerda em 1959, amplamente apoiado pela UDN, vence a disputa presidencial. Disso devemos concluir que o contexto imediato do pronunciamento remete a uma conjuntura amplamente favorável à ascensão das direitas ao poder, após a ressaca, materializada na persistente inflação, dos anos dourados de Juscelino Kubistchek. O discurso de Lacerda, portanto, reflete o otimismo dos antigetulistas para com a democracia, que finalmente, com a legitimidade do sufrágio popular, leva a UDN ao poder em estados como Guanabara e Bahia, além da vitória presidencial do direitista Jânio Quadros, pertencente ao nanico PTN, Partido Trabalhista Nacional. Talvez por esse motivo Lacerda inicie seu discurso louvando o sufrágio popular: “Por isso atrevo-me a chamar histórico o primeiro governo de escolha popular direta nesta cidade que à Nação parecera abandonada à própria sorte” (DEBERT, 1979, p. 111).

Mais adiante, Lacerda se vale da eleição do Jânio para sugerir uma nova prática política nacional e passa a alvejar adversários:

O primeiro desses deveres [do Estado da Guanabara] é o de contribuir em íntima associação com os demais Estados, indo ao encontro do pensamento do futuro presidente da República para fazer ressurgir no Brasil, a Federação. O centralismo administrativo, o primarismo político, a desordem econômica e a ditadura financeira através da inflação destruíram os Estados no seu contexto histórico [...]. Hoje, a todos irmanado [...] àqueles sobre os quais pesa mais ainda o legado da incompetência, do desperdício e da corrupção (DEBERT, 1979, p. 115).

Nesse primeiro momento, é flagrante a presença do udenismo, ou do “antipopulismo”, em sua crítica ao “legado da incompetência, do desperdício e da corrupção” dos adversários políticos. Como vimos, a crítica moralizante ao “populismo” frisava, por exemplo, as denúncias de corrupção e ineficiência administrativa dos inimigos políticos. Destaca-se, outrossim, um tema caro aos liberais doutrinários: a descentralização política, o federalismo e a crítica à heterodoxia econômica dos adversários, chamada de “ditadura financeira”, que pode ser traduzida pelo descontrole inflacionário de governos que costumavam se financiar via impressão de papel-moeda. Nada obstante, não é possível encontrar no trecho nenhum “elemento populista”.

Mais à frente, no entanto, comentando sobre política externa, algo completamente fora das competências de chefes de Executivo estadual, o que corrobora para nossa intuição de que Lacerda nesse momento já se encontra em plena campanha informal para a subsequente disputa presidencial, pois fala à Nação, o udenista atacará o comunismo:

Além das origens e objetivos comuns, que nos identificam com o mundo livre e nunca com o mundo recolonizado pelo **comunismo**, temos em comum também o mesmo **inimigo** nesta concepção, que ativamente procura destruir a nossa [civilização democrática] para construir seu império sobre o mundo (DEBERT, 1979, p. 129, grifo nosso).

Embora seja um recurso discursivo utilizado, anacronicamente, ainda nos dias atuais, já que em seu discurso de posse, em 01 de janeiro de 2018, o presidente eleito Jair Messias Bolsonaro disse que “neste dia [...] o povo começou a se libertar do socialismo”, o anticomunismo professado por Lacerda tem profundo lastro histórico no contexto

internacional do período, conforme já discutimos. Cabe a nós indagar menos os reais propósitos de um recém empossado governador ao mencionar em seu discurso temas afetos à política internacional e mais se o anticomunismo seria compatível com o discurso populista. Acreditamos que sim. Senão, vejamos:

O Estado da Guanabara não tolerará o **comunismo**, nem sob a forma aberta e franca de outrora [...], nem sob a forma atual, que se disfarça de nacionalista e **populista** como de anti-colonialista e pacifista [...]. Os comunistas são, na expressão do futuro presidente [Jânio], ‘irrecuperáveis para a democracia’ (DEBERT, 1979, p. 130, 204).

Neste trecho, mesmo que o governador critique expressamente o populismo, podemos encontrar elementos centrais do discurso populista. Ora, o governador estabelece uma clara fronteira política antagônica e se coloca do outro lado, homogeneizando-os, todos os seus adversários, classificados como comunistas, não importa se nacionalistas, pacifistas ou anticolonialistas. No fundo, são todos comunistas e não serão tolerados, porque seriam “**irrecuperáveis para a democracia**”. Assim, Lacerda faz do anticomunismo um poderoso significante vazio capaz de unir as mais diversas identidades direitistas para combater a ameaça vermelha: mais uma vez traça-se um paralelo com o discurso de posse do presidente da República Jair Messias Bolsonaro eleito em 2018 que proferiu seu anticomunismo, anacrônico, nos seguintes termos: "Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela". Esse anticomunismo, portanto, ao proscreever os adversários políticos, colocando-os no mesmo campo ideológico, independentemente de suas diferenças, coaduna com os preceitos do discurso populista no que se refere ao estabelecimento de uma fronteira social antagônica, o “nós” contra “eles”. Assim, ironicamente, Lacerda critica o populismo por meio de um típico discurso populista.

Após criticar pressupostos do comunismo, entendendo que neste regime “o Estado se apropria do que é do povo, a saber, a iniciativa criadora, a liberdade de se informar, de escolher, de ensinar, de aprender, de produzir, a liberdade de consumir, a liberdade de crer e querer (DEBERT, 1979, p. 122).

O governador inicia um argumento caro aos liberais, ainda nos dias de hoje:

[...] a democratização da riqueza é o que visamos todos [...]. Para democratizar a riqueza é preciso ao mesmo tempo criá-la, a fim de que não distribuamos unicamente a miséria [...]. Somos um governo que acredita na propriedade através do trabalho e da liberdade, na eficiência através da técnica e do planejamento, na democracia através da educação (DEBERT, 1979, p. 131).

Trata-se de um discurso bastante representativo daquilo que Otávio Dulci considera ser o “antipopulismo” no Brasil. Aqui temos o espírito tecnocrático, a defesa do capitalismo meritocrático, a sacralidade da propriedade privada e o anticomunismo, sob a forma da famosa “denúncia” de que o regime comunista, por sua suposta falha moral, significaria apenas a distribuição da miséria à sociedade.

Adiante, Lacerda reafirma uma série de princípios udenistas e apela ao sentimento do povo, exibindo o que seriam princípios gerais de seu governo e o que espera do povo:

Um governo austero e no entanto otimista, um governo severo e no entanto humano [...] um governo que procure ser o primeiro, menos no calendário político do que, principalmente, no **coração do povo** [...] conto com o **povo** porque sei do que ele é capaz [...] quando vê em nós o empenho de exigir que seja dado ao fraco o que o forte lhe deve, ao humilde, o que o poderoso não pode negar (DEBERT, 1979, p. 115, grifo nosso).

Ao sentimentalizar a linguagem, Lacerda revela certo carisma, buscando estabelecer uma relação especial com o “povo”. Ao final, se colocando como um protetor de um povo maltratado e enganado historicamente pelos seus adversários políticos, finaliza: “Pois o nosso é um **povo**, que no meio da confusão e do sofrimento, da decepção contínua e dos exasperantes ludibrios foi ainda capaz [...] de procurar mansamente [...] o seu caminho de renovação e de mudança” (DEBERT, 1979, p. 122, grifo nosso). Ou seja, quando a democracia atende às expectativas do udenista, ou seja, quando o povo “mansamente”, pelas urnas, procura por novas lideranças, ele, no seu devido lugar social, deve ser reconhecido.

Ao longo do discurso de Lacerda, é possível capturar uma série de princípios caros que Dulci definiu como antipopulismo (DULCI, 1986), que se confundem com princípios liberais como a liberdade individual, a livre iniciativa no campo econômico, a concepção de ordem e de legalidade e o espírito tecnocrático. Ao mesmo tempo, porém, o anticomunismo e o apelo sentimentalista ao povo ganham destaque no discurso. Como sugerimos, tanto o anticomunismo quanto o sentimentalismo – o linguajar que apela mais aos

sentimentos que à racionalidade— põem ser considerados como elementos populistas. A radicalização típica dos discursos de Lacerda – e dos discursos populistas – está relativamente ausente neste, em particular. Não se trata, contudo, de uma transformação do político, mas de uma circunstância política específica. O contexto particular, como vimos, é de conquista do poder pelas direitas através do voto popular e se trata de um discurso de posse, que, pela liturgia do cargo, requer certa moderação discursiva. Além disso, ainda estamos em 1960, antes, portanto, da renúncia de Jânio e da ascensão do principal herdeiro do getulismo, João Goulart à cadeira presidencial.

A virulência discursiva do governador, conhecida desde os tempos de parlamentar da oposição, irá ganhar corpo à medida que se instala o impasse político e econômico do início dos anos 60 no Brasil, com a renúncia de Jânio e com a radicalização do programa de reformas de base propostas por Jango. Menciona-se como exemplo um trecho de um discurso de Lacerda, em que diz que Jango é “traidor do regime, perjuro e marginal”, proferido em março de 1963, quando proibiu a realização de um Congresso em defesa de Fidel Castro e do regime cubano na Guanabara:

[João Goulart] pensa que o país é imbecil, que são todos idiotas e vão crer agora na posição centrista desse homem que tem comunistas como conselheiros, comunistas como assessores e um ministro que volta de Cuba e diz que os cubanos não precisam de eleições porque cada cidadão tem lá um fuzil (OLIVEIRA, 2018, p. 68).

Nesse contexto, Lacerda passa a ganhar projeção nas pesquisas de intenção de voto à medida que buscava polarizar com Jango, ainda que JK se mantivesse na liderança nas pesquisas eleitorais (OLIVEIRA, 2018). Assim, desse ambiente político e social polarizado e radicalizado, como verificamos acima, decorrem discursos políticos em linguagem radicalizada tanto do governo quanto da oposição. Podemos dizer, portanto, que, independente da ideologia, se nacionalista ou anticomunista, estatista ou liberal, a produção de discursos radicalizados de divisão social, de demonização do adversário político e de estabelecimento de uma fronteira social antagônica entre “nós” e “eles”, todos esses considerados “elementos populistas”, estiveram presentes ao longo dos anos mais críticos da República Liberal.

Lacerda, por seu turno, foi um exímio operador da retórica extremada, moralista e emocional, que perpassou diversos gêneros discursivos como pronunciamentos, entrevistas

e artigos jornalísticos. Outro exemplo desse tipo de prática discursiva pode ser encontrado em uma entrevista de Lacerda ao Los Angeles Times em outubro de 1963, em que chamou Jango de inepto e de favorável aos comunistas: “Segundo o governador, os militares brasileiros já debatiam abertamente o que fazer com Goulart: tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o final do mandato ou afastá-lo imediatamente” (OLIVEIRA, 2018, p. 72). Assim, para nossos intentos, a análise do discurso de posse de Lacerda, bem como a citação de falas do governador são suficientes para comprovarmos a hipótese de que o discurso populista também era empregado por líderes que criticavam o populismo e eram considerados como “antipopulistas”.

A seguir, analisamos discursos de Jango para compreender como a linguagem dos atores políticos refletiu o esgarçamento da disputa política do período. E, sobretudo, influenciou o desmoronamento da ordem democrática então vigente.

3.4 JANGO: CONCILIAÇÃO E RUPTURA

3.4.1 Contexto

Dar um tiro contra o próprio peito foi o último gesto político de Getúlio Vargas. A dramaticidade do ato, não apenas abalou, mas transtornou toda a conjuntura política. De governante acusado, acuado e perseguido, Getúlio se transforma em um mártir que morreu para salvar o “**povo**” das “aves de rapina”. A oposição, que já se encontrava às portas do Palácio do Catete, recua, enquanto seus membros mais exaltados precisam fugir do povo: “A reação pública ao suicídio de Getúlio Vargas roubou de seus adversários seu longamente esperado triunfo, uma vez que não podiam levar adiante seus planos para derrubar o governo” (SKIDMORE, 1998, p. 201).

Passadas as convulsões imediatas do acontecimento, tropas do exército garantiram eleições que foram realizadas em 3 de outubro de 1955. Até a posse do novo presidente o governo foi dirigido provisoriamente por Café Filho, vice de Getúlio, e Nereu Ramos, presidente da Câmara Federal. A disputa presidencial, que contou com dobradinha PSD e PTB, foi vencida por Juscelino Kubistchek (com 36% dos votos!) e por João Goulart, líder do PTB e ex-ministro do trabalho de Getúlio, que foi eleito vice-presidente. Após a divulgação dos resultados, a UDN iniciou batalha judiciária para impedir a posse do novo presidente.

Carlos Lacerda, mais uma vez, incitou abertamente um golpe militar. Oficiais da aeronáutica tentaram rebelião contra o governo já em janeiro de 1956, mas a revolta foi logo abafada.

Em que pese os momentos iniciais de tensão política, Juscelino conseguiu fazer um governo de união nacional. Seu bem-sucedido programa de desenvolvimento e suas concessões à esquerda (aumento do salário mínimo) e à direita (reequipamento militar) protegeram o governo das forças desestabilizadoras da radicalização política. Portanto, ao neutralizar os radicalismos, por meio de um ambicioso Plano de Metas para garantir o desenvolvimento nacional, JK conseguiu atingir uma espetacular média de crescimento de 8% do PIB ao ano.

Apesar do otimismo dos anos dourados, as consequências econômicas das ambições de JK não tardaram a se manifestar, principalmente ao final de seu governo, com o término da construção da meta síntese de seu Plano de Metas, a nova capital federal. A inflação e o déficit no balanço de pagamentos, que já vinham numa crescente desde o início do governo de Getúlio, se aprofundaram, gerando ataques da UDN, principalmente de Calos Lacerda, que passou a acusar o governo de corrupção e de causador da inflação devido à construção de Brasília. Curiosamente, como observamos, nesse mesmo período, precisamente em 1960, se valendo também de insistentes críticas em relação à construção de Brasília, Lacerda foi eleito governador da antiga capital federal, que se tornara o Estado da Guanabara.

As dificuldades econômicas e as acusações de corrupção presentes nessa conjuntura foram exploradas de forma bem-sucedida pelo candidato apoiado pela UDN, Jânio Quadros, cuja campanha foi simbolizada por uma vassoura que prometia varrer do mapa os políticos corruptos. Jânio venceu as eleições com 48% dos votos contra o candidato apoiado pela esquerda, o Marechal Henrique Lott. João Goulart, por sua vez, foi eleito vice-presidente do Brasil, pela chapa adversária, revelando “a aparente esquizofrenia do eleitorado brasileiro em 1960” (SKIDMORE, 1979, p. 263), escolhendo um vice que representava um regime que o presidente eleito combateu durante toda a campanha.

A presidência de Jânio foi errática. Muitas polêmicas, como a proibição do lança-perfumes, da rinha de galo e a condecoração de Che Guevara com a ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Quanto ao Congresso, faltou apoio para debelar o maior problema de então, a crise econômica.

Nada afeto a negociações políticas, com minoria no parlamento, Jânio foi perdendo popularidade progressivamente. Num lance obscuro, porém, possivelmente objetivando

contornar as dificuldades no Parlamento, alegando estar sendo acossado por “forças terríveis”, Jânio renuncia sete meses após a posse. O vice, Jango, que se encontra em viagem à China comunista deve, de acordo com a Constituição de 1946, assumir a cadeira presidencial. Nada obstante, mais uma vez, “a perspectiva da sucessão de João Goulart à presidência alarmou a UDN e os militares, que o consideravam um perigoso **populista** disposto a acomodar os comunistas e ajudá-los a alcançar o poder” (SKIDMORE, 1998, p. 210, grifo nosso).

A mais nova crise de sucessão encontra uma República em gravíssima crise econômica e uma oposição alarmada com a perspectiva do herdeiro de Getúlio chegar à presidência do país. Inimigos de Vargas, tanto na UDN quanto no meio militar, rapidamente se articulam para impedir a posse de Jango. Os adeptos de Jango, ancorados na letra constitucional, defendem o legalismo e, portanto, a posse imediata do vice-presidente eleito. Liderança em ascensão no PTB, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, inicia a resistência legalista, distribui armas à população, forma uma rede de rádios – cadeia da legalidade– e articula com o Comandante do III Exército, Machado Lopes, os preparativos para a luta.

Mas “em vez do fragor das armas, prevaleceram as negociações – a guerra de saliva” (REIS, 2014, p. 31). Em 7 de setembro de 1961, Jango assume o governo sob um novo regime: o parlamentarismo, o que na prática significava uma profunda limitação de poderes do novo presidente. É este o contexto imediato que envolve o discurso de posse de Jango, a ser analisado em seguida.

3.4.2 Discurso de posse: compromisso

O discurso de posse de Jango de 7 de setembro de 1961 representa em si uma solução de compromisso entre as diversas forças políticas da República. O presidente, contudo, inicia com uma espécie de aviso:

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada (MARCELINO, 2010, p. 9).

Ou seja, nesse trecho, Jango “passa um recado para os golpistas”, que não titubearam em desrespeitar a “decisão soberana” do povo, mais uma vez, para tentarem assaltar, ilegalmente, o poder. Assim, o discurso tenta zerar qualquer dúvida em relação à legitimidade de seu exercício como presidente da República. Em seguida, arremata:

Neste magnífico movimento de opinião pública, formou-se, no calor da crise, uma **união nacional** que haveremos de manter de pé, com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da Nação, da intangibilidade de sua soberania e da aceleração de seu desenvolvimento (MARCELINO, 2010, p. 10, grifo nosso).

Neste trecho, Jango parece supor que a adesão da maioria população à solução legalista tenha sido suficiente para o estabelecimento de uma “união nacional”. O presidente se compromete a manter a unidade, ao mesmo tempo que reconhece não depender apenas do governo a tarefa, mas também da oposição, porque, se os “ódios e os ressentimentos pessoais” ainda não foram dissipados, os “altos interesses da Nação” precisam ser atendidos.

Jango parece buscar a acomodação de todos os setores sociais, conquanto priorize em seu discurso o “povo”: “devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas [do povo], com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele [povo] soube defender a Lei, a Ordem e a Democracia” (MARCELINO, 2010, p. 10). Até o momento podemos concluir que não há neste pronunciamento qualquer elemento que indique tratar-se de um discurso populista, ainda que o significante “povo” seja diversas vezes pronunciado. Como em quase todos os discursos de posse, o tom é de conciliação. Ainda mais no contexto particular de Jango, com uma ampla oposição que revive com indignação o retorno do getulismo ao poder, após finalmente as direitas terem compartilhado uma vitória eleitoral nacional com Jânio.

Embora reconheça a correlação de forças e a hostilidade da oposição, Jango sabe que a solução parlamentarista lhe impõe diminuta margem de manobra na tomada de decisões. Por esse motivo, reforça, em nome da soberania popular, a necessidade do plebiscito do presidencialismo, tentando desmascarar o golpismo inscrito na “solução parlamentarista”:

Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê seu referendium

supremo às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante (MARCELINO, 2010, p. 10).

Mais adiante, Jango reforça que optou pela solução de compromisso e que buscou a todo momento evitar uma eventual guerra civil no auge da crise. Além disso, mais uma vez, reforça sua vocação para a conciliação: “Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a **unir** do que a **dividir**, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos” (MARCELINO, 2010, p. 10, grifo nosso). A prevalência de um discurso de união nacional é a tônica de todo o pronunciamento, como se segue:

Srs. Congressistas, reclamamos a união do povo brasileiro e por ela lutaremos com toda a energia, para, sob inspiração da lei e dos direitos democráticos, mobilizar todo o país para a luta interna em que nós devemos empenhar, que é a luta pela nossa emancipação econômica, contra o pauperismo e o subdesenvolvimento (MARCELINO, 2010, p. 10).

Não há, portanto, no pronunciamento um “inimigo do povo”, não há uma sociedade fraturada por uma divisão entre o povo e a elite, não se aventa a legitimidade absoluta do “povo” para legislar em seu próprio benefício, conquanto a crítica à neutralização do sufrágio esteja evidente no discurso. Destarte, podemos concluir que esse pronunciamento de posse não se trata de um discurso populista. Nada obstante, factualmente, com Jango, “o Brasil retornava às divisões de 1954” (SKIDMORE, 1979, p. 262).

Interessante, contudo, é que, ao final, Jango agradece a todos os setores sociais envolvidos na mobilização pela legalidade. É um momento particularmente interessante do discurso porque é possível traçar um paralelo, tendo em mente a discussão acima sobre a teoria do populismo de Laclau, entre a Campanha da Legalidade e a Campanha das Diretas Já, conforme mencionamos acima. Eis o trecho:

Dirijo-me especialmente ao Presidente Pascoal Ranieri Mazzilli, cujas virtudes cívicas desejo proclamar; ao Congresso Nacional que tive a honra de presidir nestes últimos seis anos e que agiu, na emergência, na defesa intransigente do regime democrático; à Igreja Católica, que é a de minha confissão, e que desde o primeiro instante se manifestou pela legalidade, na voz autorizada de seus prelados; às outras igrejas que também defenderam a

Constituição; aos estudantes que lutaram intrepidamente pela preservação da ordem democrática; às forças da produção que se colocaram ao nosso lado, por saberem que somos fator de equilíbrio, **harmonia e conciliação** no jogo das tensões sociais; à imprensa, ao rádio e à televisão, que, com indomável bravura, resistiram às violências e ameaças contra a liberdade de manifestação do pensamento; às Forças Armadas, que permaneceram fiéis ao espírito da democracia e devotaram à proteção da ordem jurídica; aos governadores dos Estados que resistiram na defesa da legalidade; aos trabalhadores do Brasil, que deram uma interessante demonstração de sua unidade, de modo pacífico e ordeiro, numa comovedora solidariedade na manutenção da ordem democrática; a todos, como Presidente da República, dirijo os agradecimentos do país e formulo um apelo para que não nos faltem em nenhum momento com o seu apoio e solidariedade, em nome dos mais sagrados interesses da Pátria comum (MARCELINO, 2010, p. 11, grifo nosso).

Nota-se, portanto, segundo o pronunciamento de Jango, que na Campanha da Legalidade diferentes demandas, ou identidades sociais, se tornaram equivalentes no momento em que se mobilizaram contra “inimigos em comum”, quais sejam, os setores oposicionistas golpistas, e se articularam em torno do significante vazio “legalidade” ou “ordem democrática”. Este é um momento necessário, mas insuficiente para consolidar no tempo a operação de constituição do fenômeno populista. Isso porque o objetivo do movimento de assegurar a posse de Jango, que era bastante específico, e logo foi conquistado, fez desaparecer o sentido da demanda popular que articulou diversas identidades. A satisfação daquela demanda a tornou imediatamente desnecessária.

A própria prática política de Jango endossa em seu discurso seu genuíno desejo de ampla conciliação nacional. Em seu primeiro gabinete, chamado “Gabinete de União Nacional”, tendo como primeiro ministro Tancredo Neves (PSD), buscou cultivar o centro, sem perder a esquerda, em um delicado equilíbrio político, contando com ministros dos mais diversos partidos, como, por exemplo, PSD, PTB, PDC e UDN. Assim, diferentemente de Getúlio, que inicia o governo com uma linguagem política radicalizada logo no primeiro de maio de 1951, em um linguajar que consideramos populista, mas que ao mesmo tempo, contraditoriamente, advogava pela união nacional em torno do trabalhismo e montava o “Ministério de Conciliação”, Jango, por seu turno, denota certa coerência discursiva inicial (manifestada na conciliação proposta em seu discurso de posse) com sua prática política (materializada no Gabinete de União Nacional)

Nada obstante, como veremos, a contemporização de Jango não se manterá por todo o mandato. A persistência da crise financeira e a paralisia decisória levarão o presidente a abandonar sua tradicional política de compromisso e a radicalizar seu discurso.

3.4.3 A conjuntura da ruptura

Da posse de Jango ao golpe, do compromisso ao populismo, da contemporização à radicalização, uma série de acontecimentos políticos, econômicos e sociais se sucederam. Assim, antes de analisarmos o histórico discurso da Central de Brasil de Jango, realizado em uma sexta feira, 13 de maio de 1964, é mister que compreendamos como se operou a radicalização discursiva de Jango e como se deu a polarização social e paralização decisória que interditou qualquer possibilidade política de compromisso. Assim, partiremos para uma sucinta recuperação dos fatos históricos que tiveram maior peso no processo que levou à derrubada da República Liberal.

Inicialmente, deve-se ter em mente dois fatores econômicos que ajudam a ilustrar as enormes dificuldades do Jango: a média de crescimento do PIB de seus 3 anos de governos foi de 3,6%. É um crescimento bastante abaixo da média verificada nos anos do governo de Vargas, que foi de 6,2%, e, principalmente, do governo JK, que cresceu, como vimos, a impressionantes 8,1%. Outro dado econômico, ainda mais alarmante, se considerarmos que é um indicador que interfere diretamente nos humores da base social do presidente, é o índice inflacionário. O ano de 1954 conviveu com uma taxa de inflação de 27,1%, quase o dobro se comparado ao ano de 1953, em que a taxa atingiu 13,8%. Já em 1959, final dos anos JK, a taxa chega a 35,9%. Acima destacamos as turbulências sociais e políticas, como greves e embates, nesses anos de elevada inflação.

Jango, por seu turno, além de baixo crescimento, enfrentará uma inflação galopante, que chega a 50,1%, no ano de 1962, e salta para 78,4% em 1963! Esses são dados, retirados de Skidmore (1998, p. 223) são bastante reveladores das imensas dificuldades do presidente. Para lidar com o baixo crescimento, o governo precisava de capital externo para debelar a crise financeira e aumentar o produto, gerando emprego e renda para uma população que crescia a taxas de 2,99% ao ano - maior taxa da história- e se urbanizava velozmente. Por outro lado, para lidar com a inflação o governo precisava adotar medidas recessivas, o que tendia a penalizar principalmente a classe trabalhadora. Daniel Aarão destaca a ebulição do contexto:

Já a partir de 1962, as manifestações e as greves, num crescendo, alcançaram trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das Forças Armadas, configurando uma redefinição do projeto nacional-estatista que passaria a incorporar uma vasta - e inédita- participação popular. Talvez exatamente por causa disso, **mudaram o tom e o sentido do discurso**. Ao contrário de uma certa tradição conciliatória, típica do estilo de Getúlio Vargas, mesmo às vésperas do suicídio e que era, em larga medida, compartilhada por Jango, as propostas agora **radicalizavam-se**: os obstáculos deveriam ser removidos, e não evitados, os alvos, abatidos, e não contornados (REIS, 2014, p. 32, grifo nosso).

Foi nessa conjuntura, acossado por problemas de difícil solução, que tomou corpo um profundo projeto de reforma social, contemplando diversos setores, do rural ao urbano, passando pelas propostas de reforma bancária, eleitoral, do estatuto do capital estrangeiro e reforma educacional. As propostas de reformas de base chacoalharam a sociedade. Não houve, entretanto, unanimidade. As eleições de 1962 para o Congresso e os governos estaduais mostraram a resiliência das forças conservadoras, progressivamente mais agressivas contra propostas como reforma agrária e reforma eleitoral, que daria direito de voto aos analfabetos e, conseqüentemente, de acordo com os conservadores, eternizaria a esquerda no poder.

Para avançar seu intento, o presidente precisava de poder. Poder que fora cerceado pelo parlamentarismo. Por isso, o governo, com a pressão de setores reformistas, busca antecipar o plebiscito do presidencialismo, no que foi duplamente bem-sucedido: primeiro porque conseguiu antecipá-lo para janeiro de 1963 e, em segundo lugar, obteve grande vitória, porquanto o eleitorado votou maciçamente pelo regime Presidencialista. A partir de então, buscando controlar a crise e a inflação sem descuidar do desenvolvimento econômico, em uma espécie de economia política de conciliação, Jango adota o Plano Trienal, concebido por Celso Furtado. Nada obstante, o Plano não pegou, tendo sido abandonado em três meses. A persistência do baixo crescimento somada à galopante inflação e à falta de perspectiva em se debelar o problema culminou em um impasse político aparentemente intransponível.

De um lado, reformistas defendiam a superação do impasse por meio da imposição de reformas profundas, na lei ou na marra. De outro, antirreformistas, dos mais radicais, financiados pelo governo americano, que passaram a pregar abertamente a derrubada do presidente, aos mais moderados, que temiam o avanço do comunismo ateu contra a civilização ocidental e cristã. Nesse ponto, devemos lembrar a efervescência do contexto internacional,

como falamos acima, quando a Guerra Fria vivia seu período mais “quente”. Nesse ambiente, em março de 1964, Jango abandona qualquer ilusão na possibilidade de conciliação e parte para a ofensiva. Reis conta:

Após ratificar a legislação sobre a regulamentação da remessa de lucros, já aprovada no Congresso, e de estabelecer o monopólio da importação do petróleo, duas reivindicações preconizadas havia muito pelas forças nacionalistas, dispôs-se a liderar um conjunto de grandes comícios para aumentar a pressão pelas reformas. O primeiro seria no Rio de Janeiro, o último, em 1º de maio, em São Paulo (REIS, 2014, p. 39).

Apenas o primeiro comício aconteceu. Passamos, em seguida, a analisar o discurso proferido neste comício, que se deu na Central do Brasil.

3.4.4 Discurso da Central do Brasil: populismo.

Sobre o mesmo palanque de madeira outrora utilizado por Getúlio Vargas em diversas aparições públicas, Jango iniciou seu discurso para mais de 200 mil pessoas presentes na Central do Brasil, Rio de Janeiro, e para outros tantos milhões de espectadores, porquanto o comício também fora transmitido por rádio e TV, agradecendo aos organizadores e sindicatos (SKIDMORE, 1979). Logo no início, indica o tom que adotará no microfone:

Vou falar em linguagem [que pode ser] **rude**, mas é sincera, **sem subterfúgios**, mas é também uma linguagem de esperança de quem quer inspirar confiança no futuro e tem a coragem de enfrentar sem fraquezas a dura realidade do presente (MARCELINO, 2010, p. 79, grifo nosso).

Sugerimos acima que o discurso populista pressupõe, entre outros elementos, uma linguagem política radicalizada. Além disso, o discurso populista também é caracterizado por simplificar ao extremo problemas complexos. Aqui, Jango parece pedir licença para falar precisamente na linguagem populista, conforme destacamos.

Além desses aspectos, os símbolos presentes no parágrafo seguinte já seriam suficientes para indicarmos que se trata mesmo de um discurso populista. Senão, vejamos:

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou

perturbar a realização deste memorável encontro entre o **povo** e o seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país (MARCELINO, 2010, p. 79-80, grifo nosso).

Primeiramente, Jango diz que os amigos trabalhadores estão presentes no comício, o que significa um “memorável encontro entre o povo e o presidente”. É conspícua a possibilidade de intercâmbio entre os significantes “trabalhadores” e “povo”, o que indica a tentativa de operação hegemônica, quando um dos elos da cadeia de equivalências (a parte representada pelos trabalhadores) passa a representar a totalidade do social (todo o **povo**). Além disso, o presidente estabelece de pronto uma fronteira antagônica entre “o povo” e os “inimigos do povo”, quais sejam, os “terroristas psicológicos” que tentaram sabotar o ato.

Ao contestar os argumentos da “reação” contra o ato, Jango fulmina: “A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos **interesses dos grupos** a que eles servem ou representam” (MARCELINO, 2010, p. 80). A divisão sugerida acima se torna cristalina nesse ponto. O discurso reflete uma fratura social exposta: **nós** contra **eles**: “o que **eles** querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações” (MARCELINO, 2010, p. 80, grifo nosso). O nacionalismo e o legado de Getúlio, ainda recorrentes nos discursos políticos hodiernos, também aparecem: “A democracia que eles querem [...] é a democracia para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares e que levou **Getúlio Vargas** ao supremo sacrifício” (MARCELINO, 2010, p. 80, grifo nosso).

Ideologia hospedeira (MUDDE; KALTWASSER, 2017), o populismo se adapta com bastante desenvoltura à ideologia nacionalista. No nacionalismo, a ideia de divisão social pode ser localizada na oposição entre os patriotas e os entreguistas, por exemplo. A sociedade, nesse caso, se encontra atravessada pela fronteira que separa o povo legítimo dos inimigos da pátria. Existe, portanto, uma coerência, uma organicidade, entre o nacionalismo e o populismo. O contrário acontece com o trabalhismo, porque, como discutimos, a ideologia trabalhista tem como cerne a ideia de harmonia social, de consenso pluriclassista, de um entendimento entre capital e trabalho em prol do “bem comum”, do desenvolvimento social e produtivo, da união nacional.

No início do discurso, também salta aos olhos a repetição da palavra “democracia”, em que Jango tenta contrapor a “democracia deles”, a democracia da elite, à “democracia popular”, que significa a democracia da participação política. A democracia que expressa as reivindicações do povo contra a democracia “formal”, que considera suficiente uma democracia puramente eleitoral, típica da trajetória liberal brasileira, “a democracia do povo emudecido”, segundo Jango. Neste aspecto, veremos o mesmo entendimento presente no discurso de Getúlio de 1951, treze anos antes do comício da Central do Brasil:

Precisam saber de uma vez por todas os **reacionários intransigentes** que estamos vivendo uma fase de **democracia econômica e social** em que as necessidades básicas e de subsistência das populações obreiras e do povo em geral devem ser atendidas de forma preferencial e decisiva (D'ARAÚJO, 2011, p. 683, grifo nosso).

Ou seja, é o líder criticando as insuficiências da democracia apenas política, formal, eleitoral e materialmente desigual.

O longo trecho a seguir ratifica essa oposição entre democracia real e democracia formal. Além disso, Jango responde ao espraiado anticomunismo, que passou a dominar mentes e almas principalmente nos estratos mais privilegiados da sociedade brasileira com o processo de radicalização discursiva e polarização social robustecido pelos impasses econômicos e políticos do ano anterior. Cômico do apelo da propaganda do “comunismo ateu” em um país predominantemente cristão, Jango se vale do próprio discurso da Igreja Católica para tentar afastar a histeria anticomunista:

Não há ameaça mais séria à democracia do que desconhecer os direitos do povo; não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo e de seus legítimos líderes, fazendo calar as suas mais sentidas reivindicações. Estaríamos, sim, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, que de norte a sul, de leste a oeste levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será como complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria. Ameaça à democracia não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo explorando seus sentimentos cristãos, mistificação de uma indústria do anticomunismo, pois tentar levar o povo a se insurgir contra os grandes e luminosos ensinamentos dos últimos Papas que informam notáveis pronunciamentos das mais expressivas figuras do episcopado brasileiro. O inolvidável Papa João XXIII é quem nos ensina que a dignidade da pessoa humana exige normalmente como fundamento natural para a vida, o direito ao uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade privada a todos (MARCELINO, 2010, p. 80-81).

Trata-se de um discurso bastante didático para compreendermos o modo como a radicalização da linguagem política aprofunda o impasse e busca, na formação de uma maioria social, superar o obstáculo político ao programa reformista. Jango, reconhecidamente moderado e conciliador, acredita, nesse momento de cerco, que a radicalização da linguagem pode ser efetiva para remover, quiçá pela força, as resistências da reação, que, também radicalizada, articula por sua vez, a derrubada à força do presidente.

A dicotomia entre o povo e seus inimigos será uma constante ao longo de todo o discurso. Ao abandonar o centro político, Jango superestima o poder da esquerda em conseguir mobilizar o povo para duas de suas principais reformas, a reforma agrária e a reforma eleitoral, que concederia o direito de voto aos analfabetos. Como dissemos, a direita, também influenciada e financiada pelos Estados Unidos, é completamente refratária a essas alterações constitucionais, porque as considera subversivas e socializantes. Jango, por seu turno, insiste:

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas... O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos... Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano... A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida (MARCELINO, 2010, p. 82)

A realização de grandes comícios para mobilizar o povo e pressionar o Congresso pelas reformas foi a forma que Jango, comandando um governo fraco e uma sociedade dividida, achou para tomar a dianteira do processo político e não ser paralisado pelas circunstâncias:

[...] em nome do povo brasileiro, em nome destas 150 ou 200 mil pessoas que aqui estão, caloroso apelo ao Congresso Nacional para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente para melhores dias (MARCELINO, 2010, p. 87).

Assim, ainda que os discursos de realização de reformas “na lei ou na marra” estivessem na ordem do dia da esquerda mais radical, o próprio presidente, ao colocar o “povo brasileiro” para fazer um “apelo caloroso” ao Congresso Nacional, insiste até o último momento na saída institucional para a crise, até porque seu poder residia, sobretudo, na institucionalidade da cadeira presidencial.

Em seguida, após anunciar a encampação de refinarias de petróleo, atendendo às demandas dos nacionalistas, Jango retoma o legado de um dos significantes vazios mais eficazes para mobilizar o povo na República Liberal, qual seja, Getúlio Vargas: “O imortal e grande patriota Getúlio Vargas tombou, mas o povo continua a caminhada, guiado pelos seus ideais” (MARCELINO, 2010, p. 87). Com a evocação do nome de Getúlio, que “tombou” em nome do povo, o presidente consagra a operação populista, ao articular diversas identidades

(quando atende a diversas demandas populares ao longo do discurso), contra os inimigos da pátria, “contra aqueles que exploram o povo e a Nação”, estabelecendo uma clara fronteira social antagonica. Com isso, sublima o significante vazio em torno de um símbolo positivo, que é o nome do líder “imortal”, Getúlio Vargas, honrando o que o próprio estadista vislumbrou em sua carta-testamento: “**e meu nome será a vossa bandeira de luta**”. Assim, Jango, além de se autoproclamar como herdeiro natural de Getúlio, busca constituir “o povo brasileiro” como ator histórico.

Porém, no meio do caminho do “povo brasileiro”, havia “os inimigos do povo”. Cinco dias após este comício, as direitas, agora unidas na mesma indignação e medo em relação aos argumentos de Jango em prol das reformas, aboletaram nas ruas de São Paulo, o epicentro do antigetulismo, mais de 500 mil pessoas naquilo que foi a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Dias depois, após ruzgas com o oficialato da Marinha, por ter apoiado reivindicações de marinheiros, Jango, sem oferecer resistência, é apeado do poder por meio de um golpe civil-militar, precisamente em 31 de março de 1964:

As direitas saudaram nas ruas a vitória *imprevista*. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, comemorou o sucesso do *golpe* e festejou a derrocada de Jango e das forças favoráveis às reformas e ao projeto nacional- estatista popular. Sem saber exatamente o que iria acontecer, o país ingressara em uma longa ditadura (REIS, 2014, p. 45, grifo nosso).

Passemos, pois, às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Menos na academia e mais na mídia, o termo populismo é utilizado para designar pejorativamente fenômenos políticos. Rosanvallon (2011), por exemplo, realiza uma abordagem crítica do fenômeno populista, entendendo o populismo como um óbice ao ideal de aprofundamento democrático. O autor associa o conceito a três concepções principais, quais sejam: 1) à simplificação de se considerar o povo como um ente homogêneo em oposição a uma elite; 2) à rejeição aos procedimentos institucionais próprios das democracias liberais e, por consequência, a defesa de plebiscitos e referendos e 3) à simplificação em relação aos laços sociais que culmina na estigmatização do “Outro”, como, nos casos de estigmatização do estrangeiro.

No Brasil, um exemplo clássico dessa afirmação, para além da constante abordagem descuidada da imprensa, é a abordagem de parte da sociologia paulista, que tendeu a ocultar aspectos positivos embutidos em uma incipiente experiência de democracia de massas. Primeiramente, negligenciou-se a história das lutas dos trabalhadores, considerados alienados e passivos. Em segundo lugar, o conceito tendeu a desvalorizar uma série de conquistas sociais e de desenvolvimento oriundas das políticas públicas de governos tidos como “populistas”, acusados de serem manipuladores e de desviarem as massas de seu dever revolucionário. Além disso, se em um primeiro momento a ascensão política das massas é uma imensa novidade na República Liberal, com o tempo, se torna um dado da democracia brasileira. Qualquer vitória política, portanto, exigirá do líder estratégias de apelo às massas para formar uma maioria social na disputa pelo poder.

Além desses e de outros fatores, se aceitarmos a conveniência do termo “populista” para caracterizar os governos progressistas da República Liberal, devemos aceitar que os opositores, notadamente os mais reacionários, refratários ao nacional-estatismo, sejam considerados como “antipopulistas”. Mas, como discutimos, tanto os políticos considerados “populistas” quanto os considerados “antipopulistas” se valeram de elementos discursivos e de práticas políticas notadamente populistas no embate político do período. Portanto, consideramos imprecisa a percepção segundo a qual o embate político essencial da República Liberal se deu entre populistas e antipopulistas.

Uma afirmação nesse sentido tende, em essência, a reproduzir insidiosamente uma concepção pejorativa de governos nacionalistas, reformistas e populares da República Liberal,

ao mesmo tempo em que, veladamente, atribui à oposição udenista, aos “antipopulistas”, um simpático significante relacionado a sentidos como austeridade orçamentária, espírito tecnocrático e liberalismo político e econômico. Por outro lado, o significante populismo sugere significados relacionados ao estatismo, à irracionalidade econômica, ao assistencialismo, à corrupção e à manipulação, como coloca Lacerda em seu discurso, quando, insolitamente, critica o “populismo” se valendo de um discurso repleto de elementos populistas.

A disputa política fundamental da “Democracia Populista” (IANNI, 1968) se deu entre ideologias e projetos de país opostos. Os conceitos de populismo e de antipopulismo tendem a retirar da disputa política o crucial elemento ideológico. Dulci ressalta o aspecto “coligacional” do populismo, na forma de diluição de fronteiras entre os diversos grupos sociais, obscurecendo as linhas de demarcação das classes sociais (DULCI, 1986), corroborando a tese do “Estado de Compromisso” da escola paulista. Entretanto, mesmo em governos pluriclassistas, a disputa entre diferentes projetos políticos, a competição ideológica entre nacionalismo e liberalismo econômico ou entre reformismo e conservadorismo, estiveram no centro da conflagração política ao longo de toda República Liberal.

Ademais, vimos sobretudo nos discursos de Vargas a manifestação de um ideal trabalhista de bem comum, de harmonia entre capital e trabalho, sempre orientando pedagogicamente os trabalhadores a se organizarem para disputar influência política frente a outros grupos mais organizados na rinha social por recursos escassos. Mas Getúlio também operava claramente como líder populista nos momentos politicamente mais tensos, quando reproduzia discursos radicalizados, procurando estabelecer uma clara fronteira social antagônica entre as “aves de rapina” e os “trabalhadores do Brasil”, por exemplo.

Já em Lacerda, captamos o populismo do anticomunismo em sua luta em defesa do liberalismo, contra a ameaça vermelha, atribuindo aos seus adversários políticos, independente da diversidade de suas ideologias, a pecha de “comunistas”, **“irrecuperáveis para a democracia”**. Insta retomar o contexto particular do discurso analisado de Lacerda, de ascensão das direitas. Por isso, diferente da maioria dos discursos analisados de seus adversários, não se trata de uma conjuntura de profunda crise. Mas mesmo nessa conjuntura particular favorável ao projeto político do udenista, encontramos diversos elementos populistas em seu discurso, o que ratifica a existência de um “populismo antipopulista”. Ao escolher seu

discurso de posse, nossa preocupação foi, além de buscar a simetria dos pronunciamentos analisados, não caricaturar a figura de um líder amplamente reconhecido por sua virulência retórica e radicalidade discursiva. Um nato populista de direita.

Porém, é precisamente no discurso analisado de Lacerda que palavras que remetem a ideias relacionadas à luta de classes, como “trabalhadores” e “classes abastadas”, muito evidentes nos discursos de Vargas e de Jango, se diluem na forma de significantes como “forte” e “fraco”, “poderoso” e “humilde”, na busca pela ocultação do antagonismo de interesses sociais diferentes, em uma espécie de naturalização das desigualdades. Notamos, portanto, um pronunciamento de claro viés economicamente liberal e socialmente conservador, proferido por um crítico do “populismo”, que obscurece a luta de classes por meio da moral cristã, materializada no afeto da caridade: “[...] quando [**o povo**] vê em nós [**governantes**] o empenho de exigir que seja dado ao fraco o que o forte lhe deve, ao humilde, o que o poderoso não pode negar” (DEBERT, 1979, p. 122, grifo nosso). Desse modo, neste trecho, o “antipopulista” Lacerda promove em seu discurso o “obscurecimento das linhas demarcatórias das classes sociais”, o que representaria, mesmo para Dulci, uma característica do fenômeno populista.

No caso de Jango, vimos principalmente a contraposição entre a “democracia do povo” e a “democracia deles”, na crítica ao formalismo liberal, que entende a democracia como um simples conjunto de procedimentos formais de participação eleitoral, em contraposição à “democracia substantiva”, que, grosso modo, pressupõe que a igualdade material entre indivíduos deve ser um requisito para um sistema que se queira realmente democrático. Jango também estabelece uma fronteira antagônica ao fustigar os elitistas refratários à participação popular na política e ao reformismo social. O líder, portanto, mobiliza um povo contra uma elite considerada inimiga do povo, da pátria e da democracia. Um populismo à esquerda, nacionalista e reformista. Nessa perspectiva, ressalta-se-se que, ao contrário de Rosanvallon, Nancy Fraser (2018) encara o populismo como uma possível contribuição positiva para a democracia americana. Ao analisar a ascensão de Trump nos EUA, ela defende a ideia da formação de um bloco contra-hegemônico na forma de um “populismo progressista” para fazer frente tanto ao “neoliberalismo progressista”, à esquerda, quanto ao “populismo reacionário”, que como o governo Trump é caracterizado.

Por tudo isso, buscamos formatar um conceito mais acabado de populismo e de discurso populista que nos permitiu analisar fenômenos políticos de forma mais precisa, ainda que este trabalho careça da necessária reflexão acerca da relação entre populismo e democracia. De todo modo, consideramos populismo um fenômeno ou um tipo de discurso político que, independente da ideologia que o acompanha, tende a se manifestar em democracias permeadas por crises de hegemonia política, cuja característica principal é a ideia de divisão social, geralmente não classista (MUDDE; KALTWASSER, 2017; LACLAU, 2013). Essa divisão se torna mais efetiva à medida que o líder radicaliza, simplifica e dota de emoção o discurso político. Para que essa a ideia de divisão faça sentido em determinada conjuntura, um líder carismático opera a constituição de uma identidade popular, um “povo”, que é levado a interpretar a realidade social de forma binária, como se a sociedade atravessada fosse por uma fronteira antagônica. De um lado tem-se um “povo” (a expressão da vontade popular, “o povo puro”) e, do outro lado dessa fronteira, há uma elite corrupta, um sistema degenerado, que atua contra os interesses desse “povo legítimo”, que é a maioria social.

Assim, para que interessados no assunto evitem o “senso comum” midiático, que explora diariamente o termo desconhecendo seus principais pressupostos, sugere-se que seja coletado um *corpus* – um punhado de pronunciamentos de determinada liderança- em determinado contexto, e se identifique nos textos, por meio de uma análise de discurso qualitativa, os elementos populistas mencionados no Quadro 2. Além disso, deve-se observar a natureza ideológica do discurso e realizar uma análise política e sociológica da conjuntura para se compreender como a linguagem reflete as disputas sociais, ou ainda, e mais precisamente, o modo como o populismo se manifesta por meio discursos políticos, conforme buscamos evidenciar neste trabalho. Grosso modo, foi por meio deste procedimento adotado neste trabalho que conseguimos responder nossa pergunta de pesquisa, qual seja, “como o populismo se manifesta no discurso político?”.

Diante disso, podemos também extrair duas conclusões: a primeira é que o termo “populismo” é bastante insuficiente, quiçá equivocado, para caracterizar a complexidade da disputa política no interior da República Liberal. Em segundo lugar podemos dizer que, ainda assim, “elementos populistas” estiveram muito presentes em pronunciamentos dos líderes políticos durante toda a República de 1946, em que pese a busca por uma saída

conciliatória ter sido uma constante do período. Portanto, a análise de discursos sob a ótica do populismo pode ser uma boa forma de nuançar fenômenos populistas em determinado contexto político.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CARONE, Edgard. **A república liberal**: I instituições e classes sociais (1945-1964). Rio de Janeiro: Difel, 1985.

CARONE, Edgard. **A república liberal**: II evolução política (1945-1964). Rio de Janeiro: Difel, 1985.

CHALOUB, Jorge. Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 294-311, 2013.

CHALOUB, Jorge. Os resquícios de 1946: populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambú, MG. **Anais [...]** Caxambú, MG: ANPOCS, 2014.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**: Rethinking Critical Discourse. Edimburgo, Escócia: Edinburgh University Press, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. São Paulo: Ática, 1982.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e Populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. São Paulo: TA Queiroz, 1979.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1986.

FAUSTO, Boris. Duas faces do populismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://bit.ly/2XFi05i>. Acesso em: 1 jun. 2019.

FERREIRA, Jorge Luiz (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump—e além. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória um conceito. *In*: FERREIRA, Jorge Luiz (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAN, Byung-chul. **O que é poder?** Petrópolis: Vozes, 2019.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LIMA, Pedro Luiz. Entre massas afônicas e o interesse soberano: Fernando Henrique Cardoso e a gênese marxista da teoria do populismo no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 26, n. 1, p. 118-148, 2017.

LIMA, Pedro Luiz. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-21, 2013.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: UnB, 2017.

MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A very short introduction**. Estados Unidos: Oxford University Press, 2017.

OLIVEIRA, André Lopes de. **O poder das idéias: a construção e a demolição da imagem presidencial de Carlos Lacerda**. 2018. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. **A reinvenção do trabalhismo no "vulcão do inferno": um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo: A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e a sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ROSANVALLON, Pierre. Pensar o Populismo. **Blog do Sociofilo**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2XBucnz>. Acesso em: 18 maio 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. *In*: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. O PT é quase um partido liberal. **Acessa.com**, Juiz de Fora, MG, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2XCUjeb>. Acesso em: 12 jan. 2019.

VITULLO, Gabriel. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 271-301, 2009.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2. ed. Califórnia, Estados Unidos: Sage, 2009.